



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

VINÍCIO BRÍGIDO SANTIAGO ABREU

ENTRE O MARGINAL E O LABORAL: O TRABALHO DE GAROTOS DE
PROGRAMA DA CIDADE DE FORTALEZA

FORTALEZA

2014

VINÍCIO BRÍGIDO SANTIAGO ABREU

ENTRE O MARGINAL E O LABORAL: O TRABALHO DE GAROTOS DE PROGRAMA
DA CIDADE DE FORTALEZA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Psicologia. Área de concentração: Psicologia Social do Trabalho.

Orientador: Prof. Dr. Cássio Adriano Braz de Aquino.

FORTALEZA

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

-
- A146e Abreu, Vinício Brígido Santiago.
Entre o marginal e o laboral : o trabalho de garotos de programa da cidade de Fortaleza /
Vinício Brígido Santiago Abreu. – 2014.
116 f. : il. color., enc. ; 30 cm.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades,
Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fortaleza, 2014.
Área de Concentração: Psicologia.
Orientação: Prof. Dr. Cássio Adriano Braz de Aquino.
- 1.Prostitutos – Fortaleza(CE) – Atitudes. 2.Prostituição masculina – Aspectos sociais –
Fortaleza (CE). 3.Emprego precário. 4.Psicologia industrial. I. Título.

VINÍCIO BRÍGIDO SANTIAGO ABREU

ENTRE O MARGINAL E O LABORAL: O TRABALHO DE GAROTOS DE PROGRAMA
DA CIDADE DE FORTALEZA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Psicologia. Área de concentração: Psicologia Social do Trabalho.

Aprovada em: ____ / ____ / _____.

BANCA EXAMINADORA

Profº. Drº. Cássio Adriano Braz de Aquino (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profª. Drª. Leny Sato
Universidade de São Paulo (USP)

Profº. Drº. Aluisio Ferreira de Lima
Universidade Federal do Ceará (UFC)

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Ceará, que me acolheu por oito anos da minha formação pessoal/profissional.

A Cássio Braz de Aquino, professor e orientador que possibilitou abertura, segurança e liberdade na realização dessa dissertação.

Aos professores Aluisio Lima, Leny Sato e Fernando Pocahy, por suas observações, críticas e elogios.

Aos professores do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará, mestres e exemplos de vida.

A meus pais que me possibilitaram autonomia para minhas escolhas de vida.

A Helder Hamilton, pela competência em seu trabalho no Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

Aos colegas de mestrado, melhores companheiros de discussões e debates. Em especial às amigas Lorena, Luara, Diva, Juliana S., Rafaella, Juliana M. e Irvina.

Aos amigos-coxinhas Andreza, Bruna, James, Joyce e Thaís, pelas risadas e acolhimento presentes em 10 anos de amizade.

Aos amigos, Claudia, Gilson, Janaina, Jussara, Lorena, Patrícia e Roberta, que me apresentaram os prazeres da docência.

A Viviane Souza, corretora mais eficiente e rápida que conheço.

A Lorena Nessim, companheira de tema, conversas e alegrias de vida.

Aos informantes dessa pesquisa, em especial a Gustavo Matos que com sua ajuda possibilitou a existência desse trabalho.

A Humberto Torres, pelos 8 anos de confiança, paciência e força.

Ao Programa de Orientação e Operacionalização da Pós-Graduação Articulada à Graduação (PROPAG) e à Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio à minha produção acadêmica através da bolsa de mestrado.

“Minha profissão é suja e vulgar. Quero um pagamento para me deitar. Junto com você estrangular meu riso. Dê-me seu amor que dele não preciso.” (Zé Ramalho)

RESUMO

A prostituição alcança hoje visibilidade acadêmica e social notável – o que se diferencia de aceitação, respeito e abertura para a convivência – de modo a personalizar muitas das discussões relativas à interseção trabalho-sexualidade. Concebe-se prostituição enquanto trabalho sexual no qual se executam atos sexuais/eróticos/afetivos de diversos modos, mediados por trocas de recursos materiais e simbólicos e, desta forma, sendo configurado um empreendimento comercial para a obtenção de ganhos financeiros. O garoto de programa, figura chave da chamada prostituição masculina e desse estudo, pode ser definido como todo indivíduo que, mediante remuneração, de maneira habitual, sob qualquer forma, entrega-se em relações sexuais com pessoas do mesmo sexo ou do sexo oposto. Atualmente esses trabalhadores do sexo são relegados à marginalização, exclusão social, precariedade no trabalho e culpabilização; tendo o acesso à Saúde, ao Direito do Trabalho, à Segurança Pública e, principalmente, à dignidade, relegados quando associados a sua atividade laboral. Tal atividade lhes confere uma situação de vínculo aparentemente intermitente ou debilitado em relação ao mercado de trabalho. Estes vínculos precários ocorrem despossuídos de objetivos coletivos bem definidos, carecendo de “*inscrição do sujeito em estruturas portadoras de um sentido*” e ainda de projetos integrados que deem sentido às interações sociais. Com base nisso, objetivou-se investigar a atividade laboral realizada por garotos de programa na cidade de Fortaleza, compreendendo suas implicações e repercussões na vida desses trabalhadores, assim como identificar e caracterizar os pontos de prostituição masculina e seus atores, em especial as saunas gays; conhecer as negociações e regras presentes nestes contextos; examinar as diferenças relativas aos locais, público-alvo ou características dos garotos; e analisar os processos de filiação/desfiliação vivenciados pela inserção/marginalização laboral e social dos garotos de programa. Optou-se por uma metodologia qualitativa na concepção da pesquisa, através de recursos etnográficos na inserção e permanência do pesquisador nos espaços de prostituição masculina da cidade e pela Análise Sociológica do Discurso como recurso para a realização de entrevistas e de análise dos dados. Após a identificação dos espaços de prostituição, foram escolhidas duas saunas gays da cidade como lócus de investigação. Ao todo, foram dedicados 10 meses de observação nesses locais, tendo sido realizadas 4 entrevistas formais e várias outras conversas informais com garotos de programa dessas saunas. A prostituição masculina em Fortaleza mostrou-se como um espaço de conflitos, de ausência de direitos trabalhistas e, muitas vezes, civis e de cumprimento às leis. Destaca-se, pela fala dos entrevistados, a violência simbólica durante o trabalho, a ausência de representatividade de classe, de visibilidade de interesses e de participação na elaboração de políticas voltadas a eles. É nesse espaço marginal que os garotos de programa atuam, utilizando recursos de criatividade para permanecer na atividade. Ao mesmo tempo, essa atividade está diretamente vinculada com a formação de suas identidades pessoais, seu posicionamento diante do mundo e seu auto-julgamento de valor.

Palavras-chave: Prostituição Masculina. Psicologia Social do Trabalho. Trabalho Marginal.

ABSTRACT

Prostitution today achieves outstanding academic and social visibility - which differs from acceptance, respect and openness for coexistence - in order to customize many of the discussions on the intersection work-sexuality. I understand prostitution as sex work that performs affective / erotic / sexual acts in various ways, encouraged by exchanges of material and symbolic resources and being set up as a commercial venture for financial gain. The rentboy, male prostitution main character and focus of this study, can be defined as any person who, for remuneration, in the usual way, in any form, indulges in sexual relations with persons of the same sex or opposite sex. Nowadays these sex workers are relegated to marginalization, social exclusion, job insecurity and guilt; having access to health, to Labor Law, Public Safety and to mainly dignity, relegated when associated with their work activities. This activity gives them a situation of intermittent or link apparently weakened in relation to the labor market. These precarious work contracts occur without well-defined collective goals, lacking "description of the subject in carrying structures of meaning" and integrated projects that give meaning to social interactions. Based on this, we aimed to investigate the work of male prostitutes in the city of Fortaleza, understanding the implications and impact of this work on the lives of rentboys, as well as identify and characterize the points of male prostitution and its actors, in particular the work performed in gay saunas; searches negotiations and rules contained in these contexts; examine differences related to local, targeted audience and characteristics of boys; and analyze the processes of affiliation / disaffiliation experienced by insertion / labor and social marginalization of male prostitutes.. We opted for a qualitative research methodology, through ethnographic resources in the insertion and retention of the researcher in the areas of male prostitution in the city and the Sociological Discourse Analysis as a resource for conducting interviews and data analysis. After identifying the areas of prostitution, two gay saunas in Fortaleza as a locus for research were chosen. 10 months of observation were dedicated saunas, 4 interviews were conducted formal and several informal conversations occurred with rentboys. Male prostitution in Fortaleza proved to be an area of conflict, the lack of labor rights and often civilians and comply with the laws. Were featured in the interviews: the symbolic violence at work, the lack of representation of class, visibility of interests and involvement in the development of policies to them. In this marginal space rentboys acts using resources of creativity to stay in the activity. At the same time, this activity is directly linked with the formation of their personal identity, their attitudes towards the world and its self-value judgment.

Keywords: Male Prostitution. Social psychology. Work psychology. Marginal work.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa de ruas e localização de equipamentos frequentados por michês.....	28
Figura 2 – Cinevídeos pornôis da Rua Assunção.....	29
Figura 3 – Ponto de prostituição masculina e travesti na Rua Clarindo de Queiroz.....	29
Figura 4 – Ponto de prostituição masculina e travesti na Beira-mar.....	30
Figura 5 - Classificados do Jornal Diário do Nordeste.....	31
Figura 6 – Site de acompanhantes 1.....	31
Figura 7 – Site de acompanhantes 2.....	32
Figura 8 – Site pessoal de garoto de programa.....	32
Figura 9 – Divulgação de serviços sexuais no Facebook.....	33
Figura 10 – Divulgação de serviços sexuais por aplicativos de celular (Scruff).....	33
Figura 11 – Localização da Dragon na Rua Almirante Jaceguai em frente à Praça Verde do Centro Dragão do Mar.....	43
Figura 12 – Fachada e entrada da Dragon Health Club.....	44
Figura 13 – Vestiário da Dragon Health Club.....	45
Figura 14 – Fachada e entrada do Thermas Califórnia.....	52

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Publicações sobre prostituição a partir da diferença de gênero.....	14
Gráfico 2 – Visão dos artigos sobre prostituição.....	15
Gráfico 3 – Número de artigos que veem prostituição como trabalho.....	15
Gráfico 4 – Número de publicações por ano.....	16

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO: (RE) ENCONTRO COM A PESQUISA.....	11
INTRODUÇÃO: A PROSTITUIÇÃO MASCULINA COMO OBJETO DE INVESTIGAÇÃO.....	18
CAPÍTULO 1 – O MÉTODO DA PESQUISA.....	23
1.1. Escolhendo e sendo escolhido pelo método.....	23
1.2. A prostituição masculina em Fortaleza: os locais de pesquisa.....	27
1.3. O olhar etnográfico na coleta de dados.....	36
1.4. Homens de vida (nada) fácil: os sujeitos pesquisados.....	38
CAPÍTULO 2 – A NUDEZ DO PESQUISADOR: A INSERÇÃO NO CAMPO.....	41
2.1. Das sensações de entrar no campo.....	41
2.2. Dragon Health Club.....	42
2.3. Thermas Califórnia.....	51
CAPÍTULO 3 – PROSTITUIÇÃO E TRABALHO: ENTRE O MARGINAL E O LABORAL.....	58
3.1. Entendendo a prostituição como trabalho.....	58
3.2. O processo de marginalização dos trabalhadores do sexo.....	63
3.2.1. A prostituição e sua relação trabalhista.....	68
3.2.2. O estigma e o preconceito na prostituição masculina.....	74
3.2.3. Questões de sexualidade e gênero.....	77
3.3. No laboral.....	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	96
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....	107
ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA.....	110
ANEXO B – LEI GABRIELA LEITE.....	113
ANEXO C- PARECER DA QUALIFICAÇÃO.....	116

APRESENTAÇÃO

(RE) ENCONTRO COM A PESQUISA

Em meados de maio de 2006, a partir de conversas nos corredores do curso de graduação em Psicologia da UFC, eu e alguns amigos decidimos criar um grupo de estudos que discutisse questões sobre sexualidade. Tateando uma seara até então desconhecida para nós nos espaços formais de sala de aula, iniciamos encontros de forma independente, sem professores, sem orientação e sem lugar fixo, deixando que nossa curiosidade e achados em bibliotecas, internet e vivências guiassem a trajetória do grupo que, a cada dia, recebia novos integrantes interessados nessa temática e no funcionamento dos encontros. Pouco tempo depois, surgiu o interesse de institucionalizar o grupo, dando a esse um caráter mais formal e certificando a existência dele para além das reuniões nos corredores do curso de Psicologia. Para tanto, aproveitamos que três integrantes faziam parte como bolsistas do Programa de Educação Tutorial (PET), do Departamento de Psicologia da UFC, para propor que o grupo ocorresse nos espaços e sob a legitimação acadêmica desse programa, transformando-se, então, de um “Grupo de estudos”, em um “Grupo de Discussão e Pesquisa (GDP) de Sexualidade” no segundo semestre letivo de 2006, agora com orientação da Professora Alessandra Silva Xavier da Universidade Estadual do Ceará e contando com a participação de outros bolsistas PET e de alunos da graduação em Psicologia.

Atendendo aos interesses e às demandas oriundas desse grupo de estudo, iniciou-se, no final de 2006, uma pesquisa sobre uma das temáticas debatidas, a prostituição. A busca por uma pergunta de partida, um objetivo geral e um grupo de informantes para serem entrevistados foi longa e calorosa, até chegarmos ao interesse de pesquisar a prostituição realizada por homens. Na época, dizíamos que esse interesse tinha surgido pela quase inexistência de produção sobre o assunto, pois o foco das pesquisas sobre prostituição, em nosso levantamento inicial, girava em torno da prostituição feminina e da exploração sexual infantil. Hoje, ao voltar a ler essa justificativa, questiono-me sobre os motivos reais da escolha dos sujeitos que queríamos pesquisar. Será que nossa possibilidade de busca por bibliografia era tão restrita (vide uma série de estudos prostituição que já existiam, principalmente fora do Brasil) ou nosso desejo de investigar algo supostamente tão distante da nossa realidade e, justamente por isso, excitante, levou-nos a essa escolha?

Independentemente da resposta para a questão, a pesquisa foi tomando formatação até chegarmos a um questionamento que nos orientasse: quais os sentidos produzidos pelos garotos de programa acerca de sua própria prática prostituinte e qual a vinculação desses sentidos com a produção de sofrimento psíquico? Iniciou-se, então, a formulação da pesquisa que tinha o interesse de ser concluída durante o ano letivo de 2007.

Durante esse mesmo período, eu e dois outros integrantes do grupo de estudos e bolsistas PET, matriculados nas disciplinas de Pesquisa I e II do curso de Psicologia da UFC, decidimos realizar o trabalho da disciplina, uma pesquisa, seguindo o mesmo foco do grupo de estudos. Criamos, assim, uma segunda pesquisa com pergunta e objetivos diferentes, mas em que pudemos aproveitar o campo, os informantes e a metodologia já empregada. Nosso intuito, então, foi compreender como são produzidos e articulados os sentidos envolvendo masculinidade nas práticas discursivas do cotidiano dos garotos de programa.

A partir do interesse em investigar a produção de sentidos sobre masculinidade e a produção de sentidos sobre seu trabalho, iniciei meus estudos acerca do universo da prostituição masculina. Vejo hoje que minha aproximação da prostituição significou a entrada no campo dos invisíveis e/ou rechaçados socialmente, possibilitando-me uma forma de ressignificar os objetivos do fazer científico e assumindo um viés de defesa da cidadania e dos direitos de pessoas que realizam essas atividades. Para tanto, tornou-se necessário o despreendimento de amarras sociais e pré-conceitos que costumeiramente impedem a aproximação desses sujeitos e de suas práticas.

Dentre os resultados obtidos com a pesquisa relacionada à produção de sentidos sobre trabalho, estão a não visualização da prostituição como um trabalho para os garotos de programa, sendo essa uma atividade na qual o mercador e a mercadoria são confundidos. Além disso, foi constante a vinculação dessa atividade com uma metáfora do teatro, na qual os garotos de programa estariam encenando um papel, como forma de explicar uma suposta ojeriza à prática prostituinte, conduzindo a relação entre prazer e trabalho a um espaço de profissionalismo dos garotos de programa frente às práticas realizadas em seus trabalhos.

Quanto à pesquisa envolvendo a produção de sentidos sobre masculinidade, encontrou-se como resultados que os termos virilidade e masculinidade, proferidos nas falas dos garotos de programa, são diferentes, sendo a masculinidade uma “questão de atitude”, de forma que o gênero pertenceria à esfera da vivência, não preso às estruturas binárias

masculino/feminino. Para eles, a masculinidade não poderia ser definida a partir de uma prática sexual, sendo a atividade dos garotos de programa legitimada por um “profissionalismo” e, assim como na pesquisa anterior, como um teatro. Conclui-se que, em ambas as pesquisas, os sentidos atribuídos ao trabalho prostitucional e à masculinidade estão diretamente vinculados com a formação de suas identidades pessoais, seus posicionamentos diante do mundo e seus autojulgamentos de valor.

Essa dissertação é um retorno. Não só à pesquisa com garotos de programa da cidade de Fortaleza, num intuito de retornar e progredir as pesquisas anteriormente realizadas através de focos diferenciados do tema; mas também à pesquisa científica e à produção acadêmica. Após cinco anos afastados da temática, precisei, logo de início, descobrir o que esse tempo trouxe de mudanças e/ou novidades na produção sobre a temática.

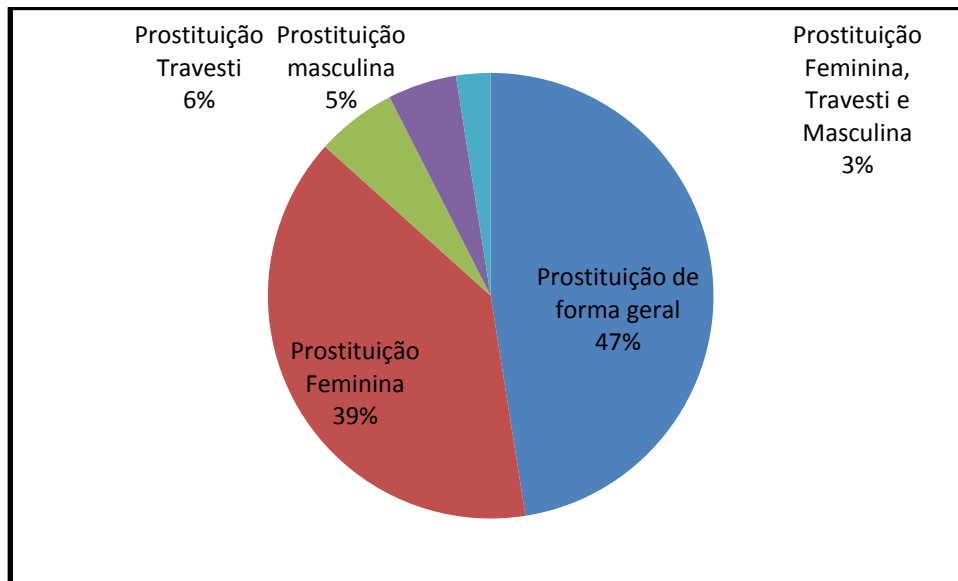
Realizei, no planejamento da pesquisa em abril de 2012 e atualizei em janeiro de 2014, um levantamento bibliográfico através da busca pelo verbete “prostituição” nos artigos presentes no portal dos Periódicos Capes¹ contemplando os últimos cinco anos de publicações, dos anos de 2009 até 2013. Ao todo, foram localizados 135 artigos que continham o verbete. Desses, 8 artigos estavam duplicados e 13 eram resenhas de livros ou teses, deixando para análise 114 artigos nacionais e internacionais.

Embora muitos falem de prostituição de forma geral (57 artigos), não especificando quem seriam os indivíduos que exercem essa atividade, a maioria dos achados se referia ao que eles chamam de “prostituição feminina” ou simplesmente “prostituição” para falar sobre a mulher nessa atividade, em um total de 47 artigos. Vale ressaltar que, dos que falam sobre a prostituição sem a indicação de gênero, muitos assumem a mulher como figura central nesse contexto. Os 16 artigos restantes se dividiam entre a produção acadêmica sobre a atividade prostitucional de travestis (7 artigos), a prostituição masculina (6 artigos) e a prostituição masculina, feminina e travesti juntas (3 artigos)².

¹ O Portal de Periódicos da Capes se define como uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza, em seu acervo, mais de 35 mil periódicos com texto completo, 130 bases referenciais, 11 bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual de fontes nacionais e internacionais.

² A diferenciação entre prostituição masculina, feminina e travesti apresentada será discutida nessa dissertação.

Gráfico 1 - Publicações sobre prostituição a partir da diferença de gênero.

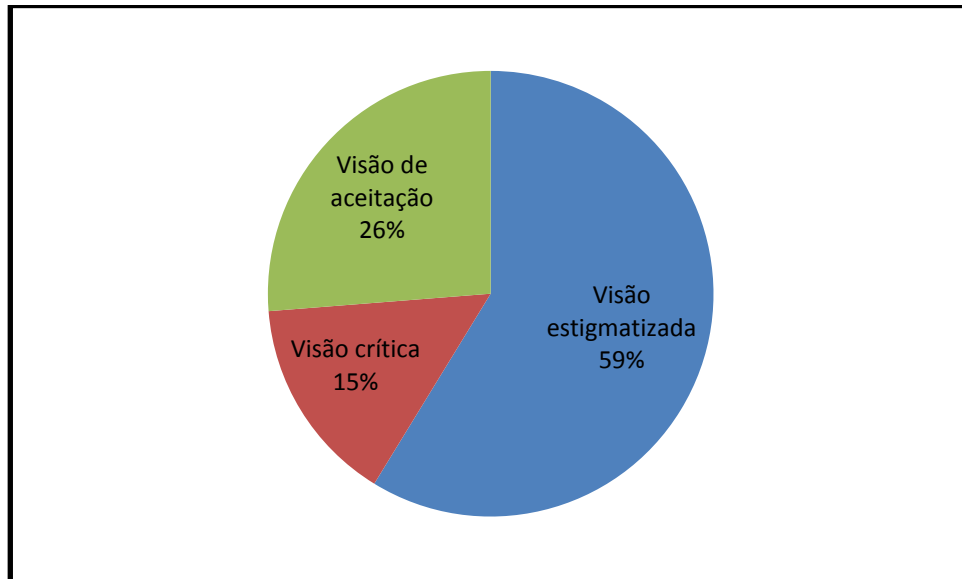


Fonte: Abreu, 2014.

Quanto à visão sobre o fenômeno prostituinte, 47 trouxeram uma visão estigmatizada da atividade, associando-a ao crime, ao tráfico de drogas, ao tráfico de pessoas, ao risco de doenças, à violência, à taxa de homicídios, à taxa de estupro, à pobreza, à violência sexual infantil, à exploração sexual infantil, ao desemprego, à degradação do meio ambiente, à escravidão e, principalmente, como um “mal social”, como uma disfunção social que corrompe os valores sociais, trazendo prejuízo à população. Somente com esses dados já podemos nos questionar: qual o papel da produção acadêmica na propagação de estigmas sociais? Quais fatores ideológicos estão presentes nos discursos construídos pela academia? Qual a criticidade das produções acadêmicas sobre prostituição?

Dos 114 artigos, somente 12 buscaram questionar o fenômeno da prostituição sem os preconceitos e estigmas sociais, de forma que seus praticantes e usuários fossem pensados buscando a suposta neutralidade científica e/ou tratados de maneira não estereotipada, o que chamei, para fins didáticos, como “visão crítica”; e 21 trouxeram uma visão de aceitação dessa atividade tão plural e fortemente ligada à vida em sociedade, transparecendo uma defesa dessa atividade.

Gráfico 2 – Visão dos artigos sobre prostituição.



Fonte: ABREU, 2014.

Dos artigos que trouxeram uma visão de aceitação da atividade prostitucional, somente 13 se posicionaram de forma a entender essa atividade como laboral, como um trabalho.

Gráfico 3 – Número de artigos que veem prostituição como trabalho.

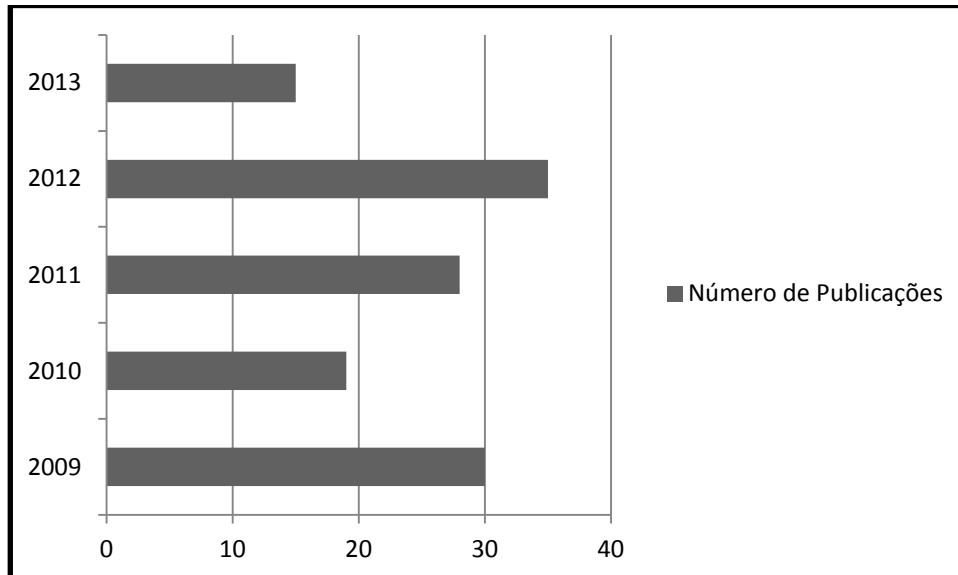


Fonte: ABREU, 2014.

A partir desse levantamento, pude observar, em comparativo com minhas produções e pesquisas de cinco anos atrás, que o número de produções sobre prostituição tem se mantido

com o passar dos anos, com picos de produção nos anos de 2009 e 2012. Infelizmente essa produção se mantém, em sua maioria, relacionando a prostituição com uma série de práticas ilegais e socialmente rechaçadas.

Gráfico 4 – Número de publicações por ano.



Fonte: ABREU, 2014.

Na busca por referenciais teóricos que discutissem a prostituição de forma geral e a prostituição masculina em específico, descobri que os autores utilizados cinco anos atrás se mantêm fundamentais na definição e no entendimento dessa atividade. Autores como Adriana Piscitelli, Ana Paula da Silva, Brigido Camargo, Claudia Mayorga, Daniel Rogers Ferreira, Douglas do Lago Westphal, Edgar Merchan-Hamann, Elisiane Pasini, Eptácio Souza Neto, Fernando Pocahy, José Miguel Olivar, Katia Guimarães, Larissa Pelúcio, Letícia Barreto, Luis Oltramari, Marlene Rodrigues, Nestor Perlongher, Thaddeus Gregory Blanchette e Victor Hugo Barreto me auxiliaram na compreensão do fenômeno da prostituição nessa dissertação. Em conjunto com autores que discutem ‘Trabalho’ como Antonia Colbari, Cássio Aquino, Christophe Dejours, Giovanni Alves, Henrique Nardi, Karl Marx, Leny Sato, Ricardo Antunes, Robert Castel e Suzana Albornoz construí essa dissertação buscando dar visibilidade acadêmica ao trabalho marginalizado de garotos de programa.

Nesse estudo, as categorias “Trabalho” e “Sexualidade” surgem como pressupostos no entendimento do trabalho sexual: a junção desses campos traz as condições que levam ao entendimento da vivência vulnerável, em especial nos eixos social e trabalhista, que atinge

esses trabalhadores. Ambas estão imersas em regras morais e segregadoras, tendo servido como ferramenta na constituição da nossa sociedade.

O primeiro passo no movimento de desconstrução dessa situação é o entendimento da prostituição como um ato laboral. O que diferenciaria o trabalho de profissionais do sexo de outros trabalhadores? O uso do corpo? A presença da sexualidade? O contato íntimo com outras pessoas? O “sexo” aparece aqui como o divisor de águas dessa atividade para as outras. As interdições do corpo e da sexualidade no Brasil surgem como possíveis explicações desse campo, de forma que o aceito somente seja o que segue a norma higienista-cristã.

A resposta dada aos que se mantêm nesse trabalho é a marginalização. Existindo às escondidas, sofrendo agressões, sendo estigmatizados e relegados a guetos, os trabalhadores do sexo são obrigados à (sobre) vivência, à permanência no limite. A conservação desses sujeitos na marginalidade não é inócua: parece existir um movimento, a nosso ver, perverso, encabeçado pelas mesmas figuras que os discriminam, que exigem a existência deles, que pedem os seus serviços. Estar nesse lugar, nesse verdadeiro campo de guerra, pede a utilização da criatividade na criação de estratégias de sobrevivência.

Ocupar esse espaço traz repercussões diretas na vida dessas pessoas. Viver/trabalhar – e muitas vezes negar esse trabalho – à margem influencia diretamente a produção de subjetividade desses trabalhadores, sendo necessária a compreensão dos jogos de verdade produzidos no cotidiano deles. Trazer essas vivências e repercussões ao campo acadêmico é uma das ações que permitiriam a visibilidade dos invisíveis, o deslocamento do lugar da desfiliação em direção à integração social.

A discussão teórica sobre o trabalho sexual na atualidade, a prostituição como ato laboral, o processo de marginalização dos trabalhadores do sexo e as repercussões dessa atividade na vida desses profissionais são apresentadas a seguir. Não se pretende aqui esgotar essa discussão, pois o objetivo principal é deixar que ela reverbere e continue a ser pensada a fim de conseguir benefícios aos marginalizados.

INTRODUÇÃO

A PROSTITUIÇÃO MASCULINA COMO OBJETO DE INVESTIGAÇÃO

O “Trabalho” e a “Sexualidade”, enquanto campos multidisciplinares de conhecimento, vêm, na contemporaneidade, construindo espaços para o diálogo e a interseção temática a partir dos estudos de gênero e produção de subjetividades (BUTLER, 2004; LOURO, 2004; RAGO, 1998; SCOTT, 1995). Esses, entretanto, não dão conta da polissemia construída a partir da aproximação dessas áreas, principalmente devido ao peso normatizante que o termo “trabalho” adquire ao ser aproximado de “sexualidade” (NARDI, 2006; COLBARI, 1995). Sofrem-se, ainda hoje, os fortes resquícios das grandes proibições do século XVII – época vitoriana –, assim como se experimenta as consequências do suposto afrouxamento de tais proibições/interdições ocorridas no século XX (FOUCAULT, 2005). Para Foucault (2005), Trabalho e Sexualidade surgem como dispositivos nos processos de subjetivação, isto é, como um conjunto que compreende discursos, instituições, leis, enunciados científicos, proposições morais, dentre outros elementos, em rede. São esses dispositivos fundamentais no entendimento das *sexualidades periféricas* (FOUCAULT, 2005), compreendidas como formas de vivência da sexualidade que fogem do padrão afetivo/sexual vigente, sendo destinados à margem e, por conta disso, sofrendo devido ao preconceito, à discriminação e à invisibilidade.

A prostituição, conhecida popularmente como a “profissão mais antiga do mundo”, alcança hoje visibilidade acadêmica e social notável – o que se diferencia de aceitação, do respeito e da abertura para a convivência – de modo a personalizar muitas das discussões relativas à interseção trabalho-sexualidade. Ela é compreendida como uma atividade na qual ocorre a troca de sexo por dinheiro, porém, como nos afirma Araújo (2006), essa definição simplista não dá conta da diversidade da prostituição, de forma tal que hoje não poderíamos falar de prostituição, e sim de “prostituições”. Olivar (2011) reforça essa visão explicando que essa atividade envolve uma diversidade de indeterminadas práticas, nem todas de cunho econômico ou sexual.

Para Piscitelli (2006), a prostituição abarca trocas que vão além da financeira, como a afetiva ou a sexual, com margem ainda para a permuta de favores, presentes e proteção. Blanchette e Silva (2009) trabalham com a definição de ‘trabalhador sexual’, incorporando esses atores como agentes ativos num contexto de trabalho e prestação de serviços,

reivindicando o reconhecimento do trabalho do sexo como atividade legítima e que sua regulação seja através de leis civis e não penais.

Concebe-se aqui prostituição enquanto trabalho sexual no qual se executam atos sexuais/eróticos/afetivos de diversos modos, mediados por trocas de recursos materiais e simbólicos e, desta forma, sendo configurado um empreendimento comercial para a obtenção de ganhos financeiros (BACELAR, 1982; ABREU, 1998; ARENT, 2001; BARRETO, 2011). Ocorre em territórios e espaços relativamente circunscritos, incluindo pontos de passagem e perambulação (PERLONGHER, 1987), como ruas, boates, hotéis, saunas, cinemas pornô, jornais, internet, possuindo características variáveis de organização do trabalho e da forma como profissionais percebem e se colocam nele. Nessa atividade, os campos “trabalho” e “sexualidade” são fundidos, pois, na prática laboral desses trabalhadores, utiliza-se a sexualidade em seus vários aspectos – não só o sexual –, configurando-se essa como um instrumento de trabalho.

Para além das definições apresentadas, a vivência prostituinte coloca o trabalhador em um contexto social e histórico de marginalização, estigma e preconceito. Na obra “A hidra de muitas cabeças”, Linebaugh e Rediker (2008), ao falar sobre o proletariado atlântico dos séculos XVII a XIX (marinheiros, escravos e plebeus), apresentam características que poderiam ser transpostas à prostituição na atualidade:

Essa classe era anônima, desconhecida [...]. Era sem terra, expropriada [...]. Era pobre [...]. Geralmente não era assalariada [...]. Era móvel [...]. Foi aterrorizada, submetida à coerção. [...] Era macho e fêmea, de todas as idades. [...] Era multitudinária, numerosa e crescente. [...] Era cooperativa e trabalhadora. [...] Era vulgar. (LINEBAUGH & REDIKER, 2008, p. 346-347).

Hoje os trabalhadores do sexo ocupam o lugar desses personagens ocultos na história, pois são relegados à marginalização, exclusão social, precariedade no trabalho e culpabilização, tendo o acesso à Saúde, ao Direito do Trabalho, à Segurança Pública e, principalmente, à dignidade, relegados quando associados a sua atividade laboral. Tal atividade confere a seus atores uma situação de vínculo aparentemente intermitente ou debilitado em relação ao mercado de trabalho. Estes vínculos precários ocorrem despossuídos de objetivos coletivos bem definidos, carecendo de “*inscrição do sujeito em estruturas portadoras de um sentido*” e ainda de projetos integrados que deem sentido às interações sociais (CASTEL, 1998, p. 536). Eles vivenciam uma situação de flutuação na estrutura social, devido à instabilidade de seus vínculos sociais e à ausência de trabalho – de acordo com

as definições de trabalho desses sujeitos e da sociedade (ABREU et al, 2005; ABREU et al, 2007) – o que produz vulnerabilidades sociais atreladas à perda de seus lugares de “trabalhadores”.

As vulnerabilidades da profissão convivem com movimentos para a quebra de estigmas e preconceitos. Para autores como Eva Faleiros (2004), Leite (1993) e entidades como Organização Mundial da Saúde – OMS (1999), Organização Internacional do Trabalho – OIT (2012) e Ministério do Trabalho e Emprego – MTE (2002), a prostituição, enquanto fenômeno social complexo, deve ser compreendida como uma profissão. Reforçando esse pensamento, a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE) (2013), incorporou os trabalhadores do mercado do sexo, a partir de 2000, como “profissionais do sexo”, ocupação reconhecida e incluída no grupo de “prestadores de serviços”.

Seguindo essa linha de regulamentação ou de reconhecimento social, em novembro de 2012, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Deputados recebeu o Projeto de Lei nº 4.211/2012, do deputado Jean Wyllys (PSol-RJ). Intitulada “Lei Gabriela Leite”, em homenagem à fundadora da grife Daspu, idealizadora da ONG Davida, autora do livro “Filha, mãe, avó e puta” e defensora dos direitos das prostitutas, a proposta regulamenta a prostituição no Brasil e assegura às profissionais do sexo o direito ao trabalho voluntário e remunerado, fortalecendo ainda mais a luta social dos trabalhadores do sexo.

Estar entre o laboral do trabalho sexual reconhecido por diversas entidades e o marginal dos preconceitos e estigmas sociais presentes no cotidiano traz repercussões na maneira como os trabalhadores do sexo visualizam e desenvolvem suas atividades laborais. No questionamento desse lugar ocupado por esses trabalhadores, e, em específico, homens que desenvolvem a atividade prostitucional na cidade de Fortaleza, busquei nessa dissertação investigar as repercussões do prostitucional no cotidiano laboral de garotos de programa.

Em meio a diversidades das prostituições, a escolha por investigar garotos de programa surge da necessidade de uma maior produção teórica e científica sobre essa atividade, buscando dar visibilidade a um trabalho relegado à obscuridade da margem. Para Fonseca (1996), a diversidade das prostituições emerge em meio da pluralidade das características dos atores envolvidos nesse fenômeno (idade, sexo, raça e classe social) e das suas formas de inserção (tempo de permanência, objetivos, espaços de atuação). Embora a

prostituição possa ser desempenhada de diversas maneiras por diversos atores, o foco em homens que se prostituem torna clara a diferença em relação ao trabalho e à sexualidade e em comparação com as prostitutas e as travestis que se prostituem.

Com o objetivo de investigar a atividade laboral realizada por garotos de programa na cidade de Fortaleza, compreendendo suas implicações e repercussões na vida desses trabalhadores, tornou-se necessário realizar uma aproximação com o campo de atuação dos garotos de programa, buscando identificar e caracterizar os pontos de prostituição masculina e seus atores, em especial as saunas gays; conhecer as negociações e regras presentes nestes contextos; examinar as diferenças relativas aos locais, ao público-alvo ou às características dos garotos; compreender os processos de subjetivação dos garotos de programa relacionados a suas atividades laborais; e analisar os processos de filiação/desfiliação vivenciados pela inserção/marginalização laboral e social dos garotos de programa.

A coleta de dados foi feita através de métodos de observação, conversas informais, entrevistas semi-estruturadas e registros em diários de campo. Durante minha inserção no campo, dei-me conta de que estava realizando uma etnografia, alternando os dados de campo com leituras bibliográficas (FONSECA, 1999), favorecendo a explicitando das relações teórico-práticas (PEIRANO, 1995). O “olhar etnográfico” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000) presente nesse trabalho me possibilitou focalizar linguagens que, por vezes, são pouco evidenciadas através de técnicas como entrevistas, sendo possível o registro de impressões, situações, descrições e cenas do cotidiano laboral dos garotos de programa.

Alguns garotos de programa também foram entrevistados individualmente, sendo essas entrevistas gravadas e os termos de consentimento livre e esclarecido devidamente assinados. Foram entrevistas qualitativas com foco nos temas e objetivos da pesquisa conforme pressupostos da Sociohermêutica, também chamada de Análise Sociológica do Discurso. Alonso (1998) esclarece que, em seu método, as perguntas, suas sequências e fraseologia devem ser realizadas tomando o cuidado de criação de um vínculo entre entrevistador e entrevistado a fim de que sejam captados seu cotidiano e de que, nesse processo, os sujeitos informantes possam falar e descobrir sobre suas próprias vidas através de suas palavras. A meta é entrar em contato com as “regras” do jogo social existentes no trabalho dos garotos de programa e, dessa forma, investigar as consequências/ repercussões dessa atividade para eles.

Através da entrevista, o pesquisador pode questionar seus conceitos teóricos e abstratos com a realidade observada e falada pelos entrevistados. Para Bingham e Moore, a entrevista é "uma conversação séria, cujas finalidades são: recolher dados, informar e motivar" (1941, p. 192). Para Alonso (1998), a entrevista, em sua forma aberta, é útil para se obter informações sobre como os sujeitos atuam e reconstruem o sistema de representações sociais em suas práticas individuais.

A investigação da atividade laboral dos garotos de programa de Fortaleza só se tornou possível ao compreendermos a importância do cotidiano nas falas dos entrevistados. Luis Enrique Alonso (1998) propicia as ferramentas e a segurança teórica necessárias para se investigar o contexto social, histórico e econômico vivenciado por esses trabalhadores, assim como as repercussões sobre a formação social da subjetividade deles.

No primeiro capítulo dessa dissertação, "O Método Pesquisa", delinco os percursos metodológicos adotados, discutindo o fazer etnográfico na pesquisa em Psicologia e como esse olhar foi necessário para apreender os achados dessa pesquisa. Continuo o capítulo configurando os espaços de prostituição em Fortaleza e suas peculiaridades, definindo as saunas *gays* como locus privilegiado para essa investigação – compreendendo que essa atividade ocorre em diversos outros espaços da cidade –, apresento a definição de olhar etnográfico utilizado e finalizo definindo os sujeitos pesquisados aqui, os garotos de programa de Fortaleza que trabalham, prioritariamente, em saunas *gays* da cidade.

No capítulo dois, "A Nudez do Pesquisador: a Inserção no Campo", apresento os resultados encontrados na inserção etnográfica nas duas saunas *gays* da cidade pesquisadas: a Dragon Health Club e o Thermas Califórnia. Para tanto, as emoções, sensações e sentidos relacionados aos meses que fiquei em observação nesses espaços são resumidos nesse capítulo, de forma a apresentar os dados de observação que compreendi como mais importantes para essa pesquisa.

No capítulo três, "Prostituição e Trabalho: entre o Marginal e o Laboral", retomo o título da dissertação para discutir os dados colhidos a luz de meus referenciais teóricos, discutindo e me posicionando acerca da discussão sobre o trabalho da prostituição, a localização dessa atividade em um lugar marginalizado, sua possível relação trabalhista, os estigmas e preconceitos ligados à atividade de garotos de programa, a questão da sexualidade e gênero, encerrando com uma apresentação do lado "laboral" dessa atividade.

CAPITULO 1

O MÉTODO DE PESQUISA

Nesse capítulo, apresento os percursos metodológicos adotados para a realização dessa pesquisa. A decisão pela pesquisa qualitativa com enfoques etnográficos ocorreu a partir da compreensão de que somente através da inserção nos ambientes laborais dos garotos de programa da cidade de Fortaleza seria possível me aproximar de suas visões, concepções e vivência do trabalho da prostituição masculina.

1.1. Escolhendo e sendo escolhido pelo método

Em 2006, comecei a pesquisar o campo da prostituição masculina em Fortaleza. Nas pesquisas anteriores, a coleta de dados era realizada através de contatos com ONGs, com ex-garotos de programa e com donos de saunas para obter as entrevistas em locais fora do ambiente de trabalho dos garotos de programa, perdendo muito do entendimento das relações que ocorriam no cotidiano de vida deles e em seus locais de trabalho. Para alcançar o objetivo da pesquisa sobre a atividade laboral realizada por garotos de programa na cidade de Fortaleza, compreendendo suas implicações e repercussões na vida desses trabalhadores, tornou-se necessária a investigação da realidade de trabalho em seus locais de trabalho. Velho (1978) afirma que somente a aproximação da realidade dos sujeitos pesquisados pode assegurar minimamente o conhecimento produzido sobre ela, uma vez que nossas concepções são frequentemente fundadas em estereótipos, dificultando nossa capacidade de reflexão e criticidade frente aos fatos estudados.

A escolha por um método qualitativo ocorreu naturalmente, a partir do foco na compreensão histórica e particular dos participantes e suas atividades laborais, de forma a expandir o entendimento sobre o fato pesquisado (CRESWELL, 1994; MINAYO & SANCHES, 1993). Para González Rey e Fernando (2002), a perspectiva qualitativa entende o conhecimento como uma produção construtivo-interpretativa, na qual a relação entre o sujeito participante e o pesquisador é de profunda importância: o primeiro traz sua visão sobre o fato estudado para que o segundo possa significar as expressões coletadas, permitindo, assim, a construção de um conhecimento teórico a partir de uma realidade plurideterminada, interativa e histórica. Para Minayo (1994), a pesquisa qualitativa surge como uma ferramenta de

aprofundamento na realidade social e histórica investigada, tendo como foco a compreensão da palavra expressa pela fala em situações cotidianas no tempo real (DESLANDES; ASSIS, 2002). Para Sato e Souza (2001), as situações do dia a dia devem ser apreendidas pelo método que deve possibilitar a apreensão de negociações cotidianas.

Ao decidir realizar minha pesquisa em uma realidade urbana de uma sociedade ocidental e complexa e buscar compreender nesse lócus como os sujeitos pesquisados constroem-se em seus contextos sociais, como suas subjetividades se expressam, como se relacionam coletivamente e como falam sobre essas experiências, necessitei adentrar nos locais de trabalho dos garotos de programa e nesses observei e analisei seus cotidianos no contexto em que naturalmente acontecem. Frequentei esses espaços de prostituição masculina durante 10 meses, realizando registros para posteriormente realizar entrevistas. Nesse caminho metodológico fui me dando conta de que estava realizando uma etnografia sobre o trabalho prostitucional masculino na cidade de Fortaleza. Bronfmann e Martinez (1996) afirmam que a etnografia pode ser definida como uma ciência da descrição cultural, tendo se desenvolvido segundo os modelos das investigações antropológicas, em que o investigador permanecia um tempo prolongado com um determinado grupo de pessoas, acompanhando suas atividades cotidianas. Fonseca (1999) reforça essa ideia ao afirmar que, na etnografia, é necessário realizar um mergulho em situações cotidianas de grupos dos quais você não faz parte para conhecer seu universo simbólico.

Em um sentido mais amplo, compreendo que a etnografia é um processo sistemático de observar, documentar, detalhar, analisar e descrever o estilo de vida ou padrão específico de uma cultura ou subcultura, objetivando apreender e se aproximar de fatos do modo de viver no seu ambiente natural (Gualda; Hoda, 1997). Ela se dedica a compreender crenças, valores, desejos e comportamentos dos sujeitos por meio de uma experiência vivida. Suas características principais são: documentar o não documentado; obter como produto de trabalho analítico sempre uma descrição; permanecer longamente no campo; interpretar e integrar conhecimentos locais à elaboração da descrição; construir conhecimento, descrever realidades particulares buscando relações relevantes às inquietações teóricas mais gerais (ROCKWELL, 1991 apud SATO & SOUZA, 2001).

A etnografia tem suas origens na Antropologia Social e utilização em contato e inserção em campos de pesquisa, tendo como preocupação fundamental o estudo das diferentes práticas culturais humanas desvinculadas de uma leitura evolucionista, em que o

outro não é pensado como exótico ou primitivo, mas como portador de uma diversidade cultural (DINIZ, 2013). Enquanto método, a etnografia vem sendo utilizada por várias abordagens teóricas de diferentes disciplinas em pesquisas quantitativas (WOLCOTT, 1987). Sato e Souza (2001) afirmam que a utilização da Etnografia em estudos da área da Psicologia sobre os processos de interação social permite o acesso de diversas formas às expressões pessoais, singulares e comuns, sendo a verbalização dessas características apenas um dos canais de sua expressão.

A utilização desta abordagem em pesquisas de Psicologia do Trabalho tem se mostrado fértil na medida em que o estudo da subjetividade não se restringe ao que as pessoas “pensam ou conhecem”, mas ao que “faz sentido” para elas e, em segundo lugar, porque é importante, para o estudo desses processos, conhecer o contexto material no qual as interações se dinamizam (SATO & SOUZA, 2001).

Andrada (2010) expõe a existência de dois principais pontos de contato entre a Antropologia e a Psicologia Social: o olhar do pesquisador em direção ao outro, tendo como objetivo a aproximação da complexidade deste; e as relações em campo entre pesquisador e pesquisados enquanto um processo de negociação. Spink (2008) fortalece esse discurso ao buscar a recuperação da noção de Psicologia Social como prática social de conversa e de debate, enfatizando o conceito de “micro-lugar”. Para essa autora, “micro-lugar” surgiria como produto de uma tarefa coletiva que dá sentido às práticas do pesquisador:

Para o pesquisador, a noção de micro lugares é um duplo desafio: primeiro de aprender a prestar atenção a nossa própria cotidianidade, reconhecendo que é nela que são produzidos e negociados os sentidos e, segundo, de aprender a fazer isso como parte ordinária do próprio cotidiano, não como um pesquisador participante e muito menos como um observador distante, mas simplesmente como parte. (SPINK, 2008, p. 72).

A ênfase no cotidiano permite uma compreensão de eventos do dia - a - dia como uma prática intersubjetiva e relevante, base da produção e reprodução de processos sociais (SPINK, 1996). O pesquisador em contato direto com o objeto de pesquisa apreende as transformações e nuances que o caracterizam, podendo descrever um retrato mais próximo da complexidade da realidade. O objeto de pesquisa nunca se mostra, nesta perspectiva, como fechado em si mesmo, mas como algo mutável e muitas vezes confuso.

Durante os 10 meses que estive inserido no ambiente laboral de garotos de programa, realizei, de forma a complementar a observação etnográfica, algumas entrevistas. Essa

ferramenta surgiu como forma de complementar o observado, fortalecendo os significados, os motivos, as aspirações, as crenças, os valores e as atitudes dos garotos de programa em seus ambientes de trabalho por meio dos seus discursos falados. A perspectiva da Análise Sociológica do Discurso, também conhecida como Sociohermenêutica, proposta por Luis Enrique Alonso, tem como elemento principal de análise os discursos, que são compreendidos como

[...] modos de hablar, escribir y, en general, de expresar que llevan a los participantes de cualquier situación comunicativa a adoptar determinadas actitudes ante ámbitos de la actividad sociocultural (HATIN e MASON, 1995 apud. ALONSO, 1998).

O discurso, enquanto campo de análise multidisciplinar e interdisciplinar, tem raízes em disciplinas como a Linguística, a Psicologia Social e Cognitiva, a Inteligência Artificial, a Antropologia e a Teoria da Comunicação. Alonso (1998), na busca por compreender e sistematizar as abordagens diversas da Análise do Discurso, propôs três eixos básicos:

- a) **informacional-quantitativo**: tem a palavra como parâmetro de análise, entendida como a dimensão mais denotativa e manifesta do discurso. A análise de conteúdo é um exemplo dessa perspectiva.
- b) **estrutural-textual**: os textos são concebidos nesse eixo como o resultado de estruturas formais invariantes e universais. Incluem-se aqui a análise de discurso de tradição francesa.
- c) **social-hermenêutico**: leva em consideração, em sua análise, o discurso social que é visto em seu contexto social. A Análise Sociológica do Discurso, que será utilizada nesse estudo, inclui-se nesse eixo.

Para Godoi (2006), o salto diferencial do eixo social-hermenêutico para os outros dois é a recuperação do sujeito no texto, permitindo a busca de regras de coerência da estrutura dos discursos investigados. Esse sujeito, ao falar sobre sua realidade social, não é passivo: seu discurso é produzido em uma realidade social e histórica que é repassada durante a fala, cabendo ao pesquisador buscar a *mirada* proporcionada por essa metodologia para alcançar os processos sociais. Alonso afirma que sua Análise Sociológica do Discurso é uma análise tanto do texto, quanto da situação social nas esferas micro e macro que geraram as ações dos sujeitos sociais, de forma que os argumentos somente tomam sentido na relação entre os atores que os enunciam e no contexto social (ALONSO, 1998).

1.2. A prostituição masculina em Fortaleza: os locais de pesquisa.

A compreensão da prostituição masculina perpassa o entendimento do território ocupado por esses trabalhadores, num intuito de problematizar como esses espaços destinados à prostituição se define, constitui-se e se condiciona na prática dos garotos de programa. Ao se pensar na configuração da prostituição masculina em Fortaleza, torna-se necessário apresentar a cidade de Fortaleza e sua relação com o mercado do sexo, compreendendo que, no universo do mercado sexual, existe uma variedade de espaços, sujeitos e mecanismos de interação entre trabalhadores sexuais e seus respectivos clientes.

A cidade de Fortaleza é reconhecida nacional e internacionalmente por seu turismo sexual, fazendo com que a academia volte seus olhos para esse fenômeno, classificando-o e denominando-o de diversas formas, como pornoturismo, prostiturismo, exploração sexual, turismo sexual (Cavalcante, 2011; Costa, 2008; Gonçalves, 2008; Colares, 2006; Costa, 2005; Boueri, 2004; Gondim, 1998). Fazem parte dessa rede sexual, além da prostituição de mulheres, homens e travestis, a exploração sexual de crianças e de adolescentes, a migração com fins de trabalho sexual, o tráfico de pessoas, a criação e manutenção de “casas de prostituição”, dentre outras formas de utilização do mercado do sexo.

Segundo Melo et al. (2001), o fenômeno da prostituição foi identificado no universo brasileiro no século XIX. Fortaleza hoje, de acordo com Alves Filho (2004), está entre os quatro maiores centros de tráfico de mulheres no Brasil, ficando atrás de São Paulo, Rio de Janeiro e Goiânia. A Associação de Prostitutas do Ceará – APROCE possuía até junho de 2013 mais de 3 mil integrantes. Contudo esses dados ainda não dão conta da pluralidade do mercado sexual em Fortaleza, pois o estigma e os preconceitos sociais ainda fazem com que muitas prostitutas ocupem o espaço de marginalização, inclusive enquanto classe trabalhadora. Já a prostituição travesti e masculina encontram-se em um local mais obscuro que a prostituição feminina, vivenciando a quase invisibilidade social e acadêmica.

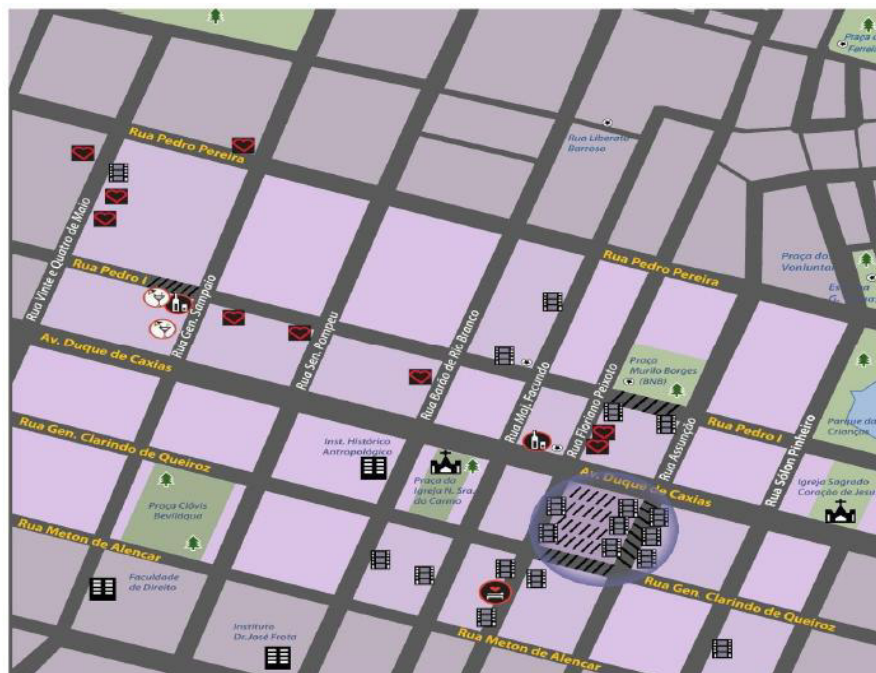
Ao optar estudar o fenômeno da prostituição masculina em Fortaleza, precisei investir por caminhos diferentes das outras formas de prostituição, porém sem deixar de compreendê-los enquanto agentes no contexto do mercado do sexo. Não se pode pensar no trabalho de garotos de programa de forma individual, mas, enquanto trabalho sexual, ele faz parte de uma rede, de um mercado que gira em torno do sexo (BENITEZ, 2010). O contexto social requerido na metodologia de Alonso (1998) se faz necessário aqui. Becker afirma que:

Se quisermos representar de modo adequado as atividades de um pequeno grupo, não podemos apenas focalizar as pessoas envolvidas. Cada atividade, por pequena que seja, engloba pessoas que agem juntas, e, em princípio, queremos representar a variedade de pessoas nessa atividade. Assim, deveríamos olhar para suas conexões com outros grupos e organizações. (2010, p.203).

Perlongher (1987) sustenta esse pensamento através de sua noção de “território” que não se caracteriza somente geograficamente, mas que também surge conforme o comportamento daqueles que nele se encontram, impondo e propondo novas formatações no espaço.

Os territórios de prostituição masculina em Fortaleza se mantêm os mesmos das pesquisas realizadas anteriormente com poucas modificações (ABREU et al 2003; ABREU et al 2007): vias públicas, instituições privadas e através de contatos diretamente com o garoto de programa. As vias publicas utilizadas na atividade prostitucional masculina costumam ser próximas a regiões turísticas da cidade e também as localizadas no bairro Centro. Daniel Rogers Ferreira (2011) em sua pesquisa sobre a relação entre policiais e michês em Fortaleza percorreu os espaços de prostituição nas ruas do centro da cidade, principalmente aquele localizado no cruzamento das ruas Assunção e Clarindo de Queiroz. Essas ruas são conhecidas pela presença de Cinevídeos pornô, de prostituição travesti e de garotos de programa.

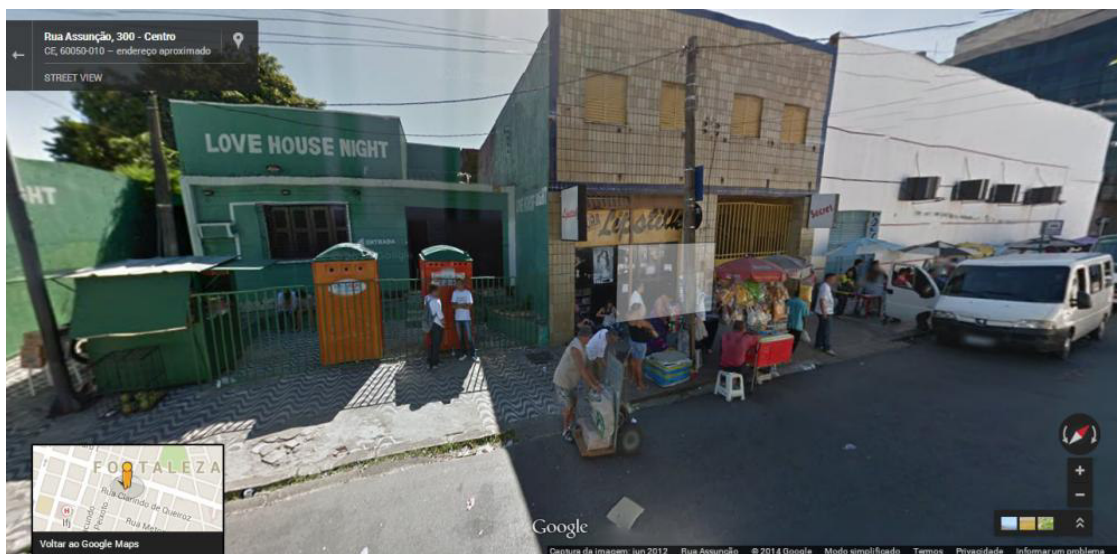
Figura 1 - Mapa de ruas e localização de equipamentos frequentados por michês.



Fonte: Ferreira, 2011, com adaptação de Santos, 2013.

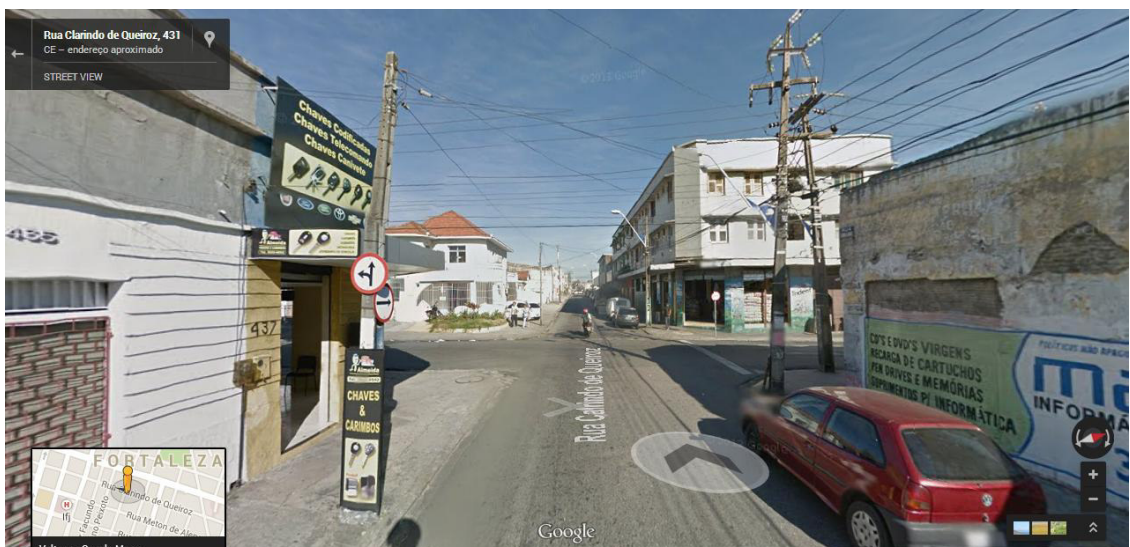
Durante o dia, essas ruas são ocupadas por lojas, pontos de ônibus e transportes alternativos intermunicipais, colégios, dentre outras atividades “socialmente aceitas”. À noite, esse ambiente se transtorna: os “comportamentos marginais” se apropriam do espaço e passam a dominá-lo, até que a manhã do outro dia chegue e o ciclo de utilização do espaço se reestabeleça. Importante notar que essas práticas são de conhecimento comum da população que, por vezes, finge uma invisibilidade sobre as relações do mercado do sexo que ocorrem lá nos horários noturnos.

Figura 2 – Cinevídeos pornôns da Rua Assunção.



Fonte: Google Maps, 2014.

Figura 3 – Ponto de prostituição masculina e travesti na Rua Clarindo de Queiroz.



Fonte: Google Maps, 2014

Outro espaço de prostituição masculina em vias públicas é a Av. Beira-mar e seu entorno, local de muita movimentação turística e, por consequência, de prostituição feminina, travesti e masculina.

Figura 4 – Ponto de prostituição masculina e travesti na Beira-mar.



Fonte: Google Maps, 2014

Por se tratar de um espaço dominado pelo turismo, as formas de prostituição também são modificadas (se comparadas com as do bairro Centro). A beira-mar é dominada pela prostituição feminina e travesti. Elas dividem as “esquinas” de ruas e avenidas movimentadas à noite, abordando os carros que por ali passam. A prostituição masculina é bastante reduzida nesses espaços, embora ainda exista. Preferencialmente eles se localizam na região próxima ao aterro da praia de iracema, por vezes dividindo o “ponto” com as travestis.

Para além da exposição dos trabalhadores do sexo em vias públicas, discutido em pesquisas anteriores (ABREU, 2005; 2007), nas quais o risco de violência e constante insegurança imperam, outra forma de se inserir no mercado do sexo é através de contatos diretos com trabalhador do sexo. O contato pode ser feito através de diversas ferramentas, sendo mais comum e popular a utilização de anúncios em uma área destinada ao oferecimento de serviços sexuais nos classificados dos jornais de maior circulação no estado. Esses anúncios são utilizados por prostitutas, travestis que se prostituem e por garotos de programa, seguindo, salvo algumas exceções, a mesma linha de *marketing*: exacerbação de atributos e dotes físicos, nomes provocantes, divulgação de “diferenciais”, os locais em que atendem e, por vezes, o valor do serviço.

Figura 5 - Classificados do Jornal Diário do Nordeste.

G. 56 **Classificados O POVO** FORTALEZ

TERMAS COMPANHANTES

ATENÇÃO
A EXPLORAÇÃO SEXUAL E A PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIL SÃO CRIMES PUNÍVEIS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE. 100 (Ligação gratuita e sigilo garantido)

ELA 8715-5444
nto, Av. Universidade Nº 38. RS 20. ☎ 9922-0021.

ELAS 3094-1766
asa é conhecida por ter liberes bonitas de Fortaleza, bar e casa climatizada. Aceitamos cartões.

OMPANHA. 3248-0190
inaugurada bellissima novo endereço. Ambiente confortável, suites inchevantes, ar, som, v. 3, serviço de bar. Atendimento especiais p/ homens, mulheres e casais, cal e domicílio. 24h. etamos cartões e cheques-pré. Confrial

OMPANHA. 9936-7487
cisa-se de mulheres para de massagem bem vimentada, ótima localização. So p/ a noite ou so p/ ia. Pode ligar a cobrar.

OMPANHA 3248-2238
cisa-se de mulheres para de massagem bem vimentada, ótima localização. So p/ a noite ou so p/ ia. Pode ligar a cobrar.

ALEXANDRA 9688-2391
Marques, 100% mulherão, loiraça, corpo sarado. www.garotamais.com.br

ALEXANDRA 9688-2391
Loira, 26 anos, educada, carinhosa, quente. www.topdelinha.com.br

ALEX 8503-9775
Morenaca, bem abençoado e liberal, com local. 24h.

ALEXIA 8754-6712
Novidade 11 mão, você não vai se arrepender. www.garotamais.com.br

ALINE 3063-7770
Morena, 19 anos, sexy, lindo quadril, 24hs ☎ 8734-0746.

AMANDA 4101-1878
Massagens sensuais a partir de R\$ 50,00 na Av. Santos Dumont. ☎ 4101-1878

ANDERSON 8820-8093
Novidade, sarado, show de bola. Local Bora Mar. 24h.

ANDRÉ 8765-7475
Moreno, 18 anos, ativo, passivo, c/local, 24 horas.

ANDRÉ 9648-8482
18 anos, carinhoso. www.garotamais.com.br

ANDREIA 3251-1819
E Claudia, 2 gatas liberais entre si. ☎ 3087-4373.

ANDREIA 8704-7243
Massagens caríneas e deplação R\$50 ☎ 3264-4588

ANDREZA 8601-9074
Mulata, linda, corpo lindo faço o que você quiser. www.garotamais.com.br

BRUNA 3478-1270
Estilo dançarina, busto impecável, 110 quadril.

BRUNA 8114-7373
Alto nível. Para pessoas exigentes. R\$ 400.

CAIO 9648-1469
Capa G. - www.haleyvip.blogspot.com

CAMILA 8537-6323
Universitária, 20 anos, privativo, mais amiga.

CIBELE 9662-1080
1 vez, desinibida, amor sem pressa. www.fortalezacaompanhante.com.br

CINDY 8741-5038
Transex, loira bonita, alta bellissimo corpo bronzeada. www.garotamais.com.br

CINEJANGA 3087-5921
Serviço de bar, ambiente climatizado, cabine individual grátis, de 11h às 20.30h (R. Senador Pompeu 636, alto, Centro).

DANIELA 8537-6323
Massagem sensuais, entregue-se meus delirios.

DANIELLE 3251-1819
E Caron assita e participe d/2 gatas! ☎ 3087-4373

DANIELLY 3248-0447
19 anos, 1,65m, bronzeada, corpo perfeito. R\$ 100

AS PATRICINHAS - BELAS MULHERES, AMBIENTE CLIMATIZADO, SUITE CONFORTAVEL E SERVIÇO DE BAR ACEITAMOS CARTÕES.

DANTE 8743-9486
Muito bonito, branco, estilo mauricinho. Local domicílio.

DEBORA 3218-2114
18 anos, meiga e carinhosa, cintura fina, gatinha.

DEBORA 3478-1270
Ruiva, 19 anos, c/ 108 quadril, muita gata.

DIANE 3254-5955
E Taty, 2 que se curtem. Seja o 3º. ☎ 9651-5753

DIEGO 9675-4601
Malhado, alto, ativo, motel, hotel e no meu local. www.garotamais.com.br

DIVA 3251-1819
As mais lindas da cidade. R. Sena Madureira nº 961, Apto 103/108. 3254-5955 ☎ 3253-2339

EDUARDA 3094-1766
121 de comissão de coita, loira linda, Aceita cartão. ☎ 8863-0155

ERIKA 8724-6260
Sensações classe A, fuja da rotina e venha relaxar. ☎ 9996-5127

ESMERALDA 9626-4722
Sou uma pedra rara, estou disponível, mi liga. www.garotamais.com.br

ESTELA 9933-3197
Morena, bonita gostosa, faço o que você quiser. www.garotamais.com.br

FABIO 8772-4704
Másculo, totalmente discreto. ☎ 9643-0076

FABRICIO 8763-3332
Homem discreto e mascu-

HARMANDO 9238-3874
Cor do pecado, classe A 165 de gilete.

LETICIA 8721-2261
Loira Linda, 1,55alt - 50kg, 18 anos, 24hs.

LUKAS 8132-2073
Moreno lindo, malhado seu sonho de consumo. www.garotamais.com.br

MARCIA 8537-6323
Olhos meigos, expressivos, corpo de cinderela.

MASSAGEM 4141-2133
Super Massagens íntimas Alerta máximo - erótica sensual das distorções sexuais. ☎ 3262-8175

MATHEUS 8529-3248
Bronzeado, lindo. www.desejocapital.com.br

MEL 8537-6323
Massagem sensual e exótica, p/ todos os gostos

MICHAEL 9953-5193
Loira 110 quadril, busto GG, corpo de violão. www.garotamais.com.br

MICHELE 9970-9472
Loira, simpática. www.topdelinha.com.br

MIGUEL 8535-6977
Si restrição, lindo. www.desejocapital.com.br

MULHERES 3094-1766
Precisa mulheres p/ trabalhar em casa de massagem c/ ou sem experiência, 24hs ☎ 8863-0155.

MULHERES 8724-0920

www.garotamais.com.br | Aceita cartões

Fonte: Classificados O Povo, 2014

A utilização dos classificados em jornais tem dividido espaço com *sites* especializados em “acompanhantes” e com *sites* pessoais dos trabalhadores do sexo. Esses *sites* seguem a mesma estratégia de *marketing* dos classificados, nos quais a “venda do produto” é feita através da divulgação de atributos físicos e performance sexual, muitas vezes divulgando fotos (com ou sem rosto) dos trabalhadores. O mesmo ocorre nos *sites* que os próprios trabalhadores criam para si.

Figura 6 – Site de acompanhantes 1

TOP DE LINHA INICIO GAROTAS GABRILO DE PROCUARA TRANSEX

ANDRE TAVARES TENHO LOCAL ACEITO CARTÃO
(5 imagens) Acessos: 267

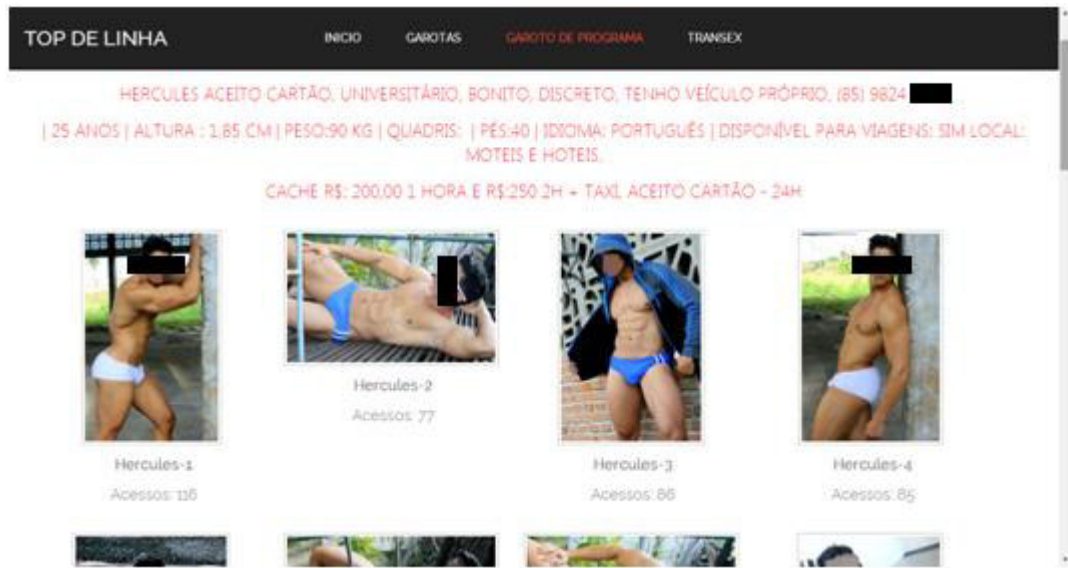
ALEX BRAGA TELEFONE
(8) 9809- [redacted] (1) imagens Acessos: 1245

BRUNO (NOVIDADE) fotos sem photoshop. Sou bonito carinhoso de atissimo nivel. Se você realmente gosta do melhor me lga. Duvidas? Me contrate!
(5 imagens) Acessos: 732

FRED
(8 imagens) Acessos: 377

Fonte: Abreu, 2014.

Figura 7 – Site de acompanhantes 2



Fonte: Abreu, 2014

Figura 8 – Site pessoal de garoto de programa.



Fonte: Abreu, 2014.

Outro recurso de divulgação de serviços sexuais são as redes sociais e os aplicativos voltados para encontros (sexuais ou não). Facebook, twitter, google+ são utilizados para divulgação de serviços sexuais. Muitas vezes os perfis desses trabalhadores sexuais não são abertos, deixando poucas informações disponíveis, como fotos, preço, serviços e performance sexual. Aplicativos de encontros sexuais tendem a ser mais diretos nas proposições dos

encontros sexuais, como preço, número para contato direto, local, preferências sexuais e demais informações que sirvam como atrativo de clientes.

Figura 9 – Divulgação de serviços sexuais no Facebook.



Fonte: Abreu, 2014.

Figura 10 – Divulgação de serviços sexuais por aplicativos de celular (Scruff).



Fonte: Abreu, 2014

Entretando, de acordo com os garotos de programa em outras pesquisas já realizadas (ABREU, 2005; 2007), há uma predominância em Fortaleza pela utilização de instituições particulares e fechadas para o oferecimento de serviços sexuais, sendo as saunas a principal delas. Isso ocorre devido a uma troca de benefícios entre garotos, clientes e proprietários de saunas. Para os garotos de programa, o espaço da sauna oferece a segurança e a praticidade que as vias públicas e os contatos por telefone/internet não propiciam; nesses locais, eles ofertam seus serviços com a comodidade de espaços para relação sexual e muitas vezes o intermédio da casa na cobrança do serviço; além disso, os clientes em potencial já se localizam todos em um mesmo lugar, tendo facilidade para a realização do programa. Os clientes, assim como os garotos de programa, também encontram um espaço de segurança e praticidade, sem ter que correr o risco de abordar estranhos nas vias públicas ou encontros às cegas, entendendo que as saunas possuem um controle na entrada de garotos em seus espaços para o oferecimento de serviços, além de, muitas vezes, ter o pagamento facilitado (algumas oferecem a possibilidade de pagamento do programa através de cartão de crédito ou débito). Por fim, as saunas que oficialmente lucram somente com o valor cobrado na entrada de clientes em seu estabelecimento e na venda de produtos (bebidas, comidas, produtos com a logo da empresa – sungas, toalhas, dentre outros) e serviços (massagens e serviços estéticos) garantem uma clientela fixa que vai à sauna em busca de garotos de programa.

Durante a realização dessa pesquisa, Fortaleza possuía em torno de cinco saunas voltadas para o público *gay* em funcionamento. Essas podem ser definidas como estabelecimentos voltados para encontros sexuais, frequentemente anônimos, de homens com outros homens. Entretando alguns locais e alguns frequentadores as utilizam somente como espaços de socialização, voyerismo ou curiosidade. Comumente esses ambientes possuem saunas (seca e/ou a vapor) e bar, podendo também possuir piscinas, vestiários, chuveiros, cabines individuais, salas de vídeo (porno), *dark rooms*, serviços de estética e demais espaços de socialização.

O público é composto exclusivamente por homens, sendo proibida a entrada de mulheres, crianças e adolescentes. Algumas são especializadas ou possuem dias específicos para determinados clientes presentes nos subgrupos da cultura *gay* que possuem códigos, identidades e características próprias, como bears/ursos (reconhecidos pelos pelos corporais, peso elevado e aparência “hiper-masculina”), daddies (gays mais velhos, com idade por volta de 60 anos), barbies (cujo foco são corpos musculosos e tendência à ausência de pelos), sado-

masoquistas (adeptos a práticas sexuais que incluem sentir dor ou produzir dor no outro), fetichistas³ (grupo heterogêneo, adeptos a práticas sexuais como fist fucking, golden shower, dentre outras) leather/couro (se distigie pela utilização de roupas e acessórios de couro nas práticas erótico-sexuais), twinkies (denominação dada a homens gays com estereótipo jovem, corpo atletico e sem pelos), negros/latinos (homens gays negros ou de ascendência latina), dentre outros. Na entrada, os clientes devem trocar de roupas, trajando somente uma toalha, sendo que alguns optam por usar sob a toalha cueca ou sunga de banho ao invés de ficarem nus, como a maioria.

A presença de garotos de programa nas saunas gays não é obrigatória. Muitas proíbem esse tipo de serviços em seus estabelecimentos. Em Fortaleza, existem duas saunas famosas por esse tipo de serviço sendo oferecido: a Dragon Health Club e a Thermas Califórnia, ambas pesquisadas nessa dissertação.

1.3. O olhar etnográfico na coleta de dados

O intuito dessa pesquisa foi realizar uma observação etnográfica nas saunas *gays* de Fortaleza, lócus selecionado para compreender o trabalho prostitucional masculino na cidade, considerando que a etnografia não abrange somente a descrição dos fatos observados, mas que necessita da interpretação desses dados a partir de um contexto amplo (GEERTZ, 1989). O principal método antropológico utilizado foi a observação participante. Nessa, de acordo com Cicourel (1990), o pesquisador/observador se insere no ambiente/cultura a ser estudada com o objetivo de realizar sua pesquisa científica, colhendo dados através da relação e sendo parte do contexto, e, nesse processo, modificando e sendo modificado pelo campo.

Observação etnográfica pode ser definida como a ação de observar, de olhar detidamente. Enquanto método, a observação surge como mecanismo de captura de uma realidade através dos gestos, da linguagem, das expressões faciais e das demais características que o olhar do pesquisador possa captar. Para tanto, torna-se necessário um preparo por parte do observador para estar atento às condutas humanas que serão apreendidas através dos seus

³ Usa-se aqui o termo “fetichistas” em referência a fetiches sexuais, isto é, a atração ou fixação incontrolável por uma coisa, situação, pessoa ou partes de uma pessoa que dá origem a um prazer intenso. Tal prática está incluída no DSM (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – Publicado pela Associação Psiquiátrica Americana) como parafilia, isto é, atitudes sexuais que fogem do socialmente aceito.

sentidos auditivo e visual, evitando ao máximo distorções ou focalização em aspectos que nem sempre são os mais relevantes para a pesquisa.

Para Florestan Fernandes (1972), o processo de observação envolve três tipos distintos de operação:

1. As operações através das quais são acumulados os dados brutos, de cuja análise dependerá o conhecimento objetivo dos fenômenos estudados;
2. As operações que permitem identificar e selecionar, nessa massa de dados, os fatos que possuem alguma significação determinável na produção daqueles fenômenos;
3. As operações mediante as quais são determinadas, isoladas e coligidas – nesse grupo restrito de fatos – as instâncias empíricas relevantes para a reconstrução e explanação do fenômenos. (FERNANDES, 1972. p. 8-9)

A observação enquanto método parte da “captura” do dado bruto até a identificação dos traços essenciais do fato observado. As formas de “captura” desses dados, isto é, as modalidades do método de observação são diversos (LAKATOS e MARCONI, 2002; RICHARDSON, 1999; SELTZ, WRIGHTSMAN e COOK, 1999; dentre outros autores). Utilizei uma observação assistemática quanto à sua estrutura. Nela recolhi e registrei os dados da realidade sem a utilização de meios técnicos especiais (LAKATOS e MARCONI, 2002), assim como sem a presença de um planejamento e controle prévio.

As observações foram realizadas em campo, isto é, no ambiente real onde ocorrem as relações, e registradas em diários de campo após o término da observação (LAKATOS e MARCONI, 2002; CAMPOS, 2001). A escolha por esse procedimento favorece a redução dos vieses pré-concebidos do fenômeno observado, além da observação de comportamentos novos ou não reconhecidos previamente, além de levar em consideração a totalidade do contexto e os significados que perpassam este, bem como as formas típicas de pensar e agir nestes ambientes (DURHAM, 1978).

Na apreensão dessas informações utilizei ainda outras técnicas de pesquisas além da observação: as conversas informais, a investigação de documentos e entrevistas semi-estruturadas, registrando as atividades, percepções e sensações do pesquisador nos diários de campo.

Passei a frequentar as duas saunas gays que são utilizadas pelos garotos de programa da cidade para a oferta e realização de suas atividades laborais e acompanhar o cotidiano de

trabalho deles nesses locais. Minha entrada em campo foi enquanto cliente das saunas, tentando me integrar no ambiente como um frequentador comum. Não existiu um planejamento inicial de número de visitas, assim como sobre a quantidade de tempo que eu permaneceria nesses ambientes. O desenrolar da pesquisa se deu a partir das aberturas que o campo foi me proporcionando.

Após um período frequentando os ambientes, realizei três entrevistas semi-estruturadas com os garotos de programa. Elas foram gravadas e transcritas de forma a auxiliar a realização do objetivo da pesquisa. Alonso (1998) esclarece que, em seu método, as perguntas, suas sequências e fraseologia devem ser realizadas tomando o cuidado de criação de um vínculo entre entrevistador e entrevistado a fim de captar seu cotidiano e que, nesse processo, os sujeitos informantes possam falar e descobrir sobre suas próprias vidas através de suas palavras. A meta é entrar em contato com as “regras” do jogo social existentes no trabalho dos garotos de programa e, dessa forma, investigar as consequências dessa atividade para eles.

Através da entrevista, o pesquisador pode questionar seus conceitos teóricos e abstratos com a realidade observada e falada pelos entrevistados. Para Bingham e Moore (1941), a entrevista é "uma conversação séria, cujas finalidades são: recolher dados, informar e motivar" (1941. p. 192). Para Alonso (1998), a entrevista, em sua forma aberta, é útil para se obter informações sobre como os sujeitos atuam e reconstruem o sistema de representações sociais em suas práticas individuais. Portanto, ao se realizar uma entrevista, as perguntas adequadas seriam aquelas que se referem aos comportamentos tanto do passado, quando do presente e do futuro, a fim de se investigar os temas na ordem do realizado ou realizável, não somente o que os informantes pensam sobre o assunto investigado. A entrevista se situa, assim, entre o campo do comportamento (ordem do fazer) e o campo da linguística (ordem do dizer), algo como “o dizer do fazer”, baseado fundamentalmente nos atos de fala dos interlocutores em suas vidas cotidianas.

Las entrevistas informales permiten captar la vida cotidiana; permiten a la gente describir y hablar sobre sus propias vidas con sus propias palabras. Incluso, aunque el investigador y el entrevistado se ganen un mutuo respeto y reconocimiento, se puede todavía pensar que es el investigador quien habla, quien tiene el control, el que, en definitiva, es él intruso en el campo que investiga. (ALONSO, 1998. p 76)

A investigação da atividade laboral realizada por garotos de programa na cidade de Fortaleza só se torna possível ao compreender o cotidiano desses sujeitos através de suas

falas. O autor escolhido para realizar essa investigação – Luis Enrique Alonso – propicia as ferramentas e a segurança teórica necessária para se investigar o contexto social, histórico e econômico vivenciado por esses trabalhadores, assim como as repercussões sobre a formação social da subjetividade deles.

1.4. Homens de vida (nada) fácil: os sujeitos pesquisados.

A figura feminina vem ocupando o destaque como principal personagem no cenário das práticas sexuais comerciais, tanto no sentido social, como no acadêmico (MAZZIEIRO, 1998; COSTA, 2004, PASINI, 2005). Uma das leituras atuais da atividade de prostitutas é a de que esse trabalho configura-se como uma atividade que contribui para a manutenção da “normalidade” de uma ordem burguesa, garantindo que as práticas sexuais não aceitas pela moral familiar tivessem uma “válvula de escape” (MAZZIEIRO,1998). Elas são relegadas à margem da sociedade e transformadas em mitos e significados semânticos rígidos. É uma subpopulação mais oculta de uma população que, já por si, é oculta e marginal (OLIVEIRA, 2004; WEITZER, 2000).

Por outro lado, como já citado anteriormente, o universo do mercado sexual é constituído por uma variedade de espaços, sujeitos e mecanismos de interação entre trabalhadores sexuais e seus clientes bem além da prostituição feminina. Hoje não se pode falar em prostituição, e sim de “prostituições” (ARAÚJO, 2006). Essa é formada, dentre outras divisões, pela segmentação dos profissionais em prostituição feminina, travesti e masculina (ABREU, 2007; BARRETO et al, 2012; RIBEIRO; MATTOS, 1996).

A prostituta ocupa uma posição histórica e culturalmente instituída nessa atividade mesmo que submetida a normas ditadas por um domínio masculino (MORAIS, 1996). Ela é estigmatizada como agente de destruição, de desvio dos homens, das famílias, da moral, dos costumes e de tudo mais que entre em seu caminho. Os estereótipos associados às prostitutas, como o uso de roupas marcadamente sensuais, os roubos, os furtos, o consumo abusivo de drogas e a expressão por meio de posturas e gestos considerados imorais, foram fortemente transferidos e impostos às travestis que se prostituem (GARCIA, 2008).

A utilização da expressão “travestis que se prostituem” é proposital: a idéia de que a construção do corpo e do gênero das travestis dá-se única e exclusivamente em função do

interesse pelos rendimentos financeiros proporcionados pela prostituição é um dos sustentáculos do estigma e da exclusão social que cerca este grupo social (PELÚCIO, 2004). Esse pensamento de associação é corrente tanto no senso comum, quanto em alguns setores acadêmicos no Brasil, esquecendo que os espaços de prostituição, além de serem um lugar de trabalho e de procura por ganhos financeiros, são também propícios para sociabilidade e aprendizados dos processos de construção do corpo e do gênero travesti.

O prostituto, figura chave da chamada prostituição masculina, é definido aqui, através do pressuposto da Organização das Nações Unidas (na reunião do seu Conselho Econômico e Social em Tóquio, no ano de 1957), como todo indivíduo que, mediante remuneração, de maneira habitual, sob qualquer forma, entrega-se em relações sexuais com diversas pessoas do mesmo sexo ou de sexo oposto. Para Perlongher (1987), a prostituição viril está associada à prostituição homossexual, diferenciando-se das travestis, que trazem consigo a feminilidade oposta à masculinidade exigida dos michês, estes, geralmente, são jovens que se prostituem utilizando os protótipos gestuais e discursivos da masculinidade.

Fabregas-Martínez (2000), em oposição a Perlongher, afirma que categorizar a prostituição viril como prostituição homossexual é uma operação simplista, pois não se encontra facilmente uma identidade homossexual quando mergulhamos mais na temática, o que se encontra é “uma flutuação dos sujeitos por diferentes categorias sexuais que dependem do contexto em que se encontram a cada momento” (IDEM, p.63).

Por outro lado, é reconhecido que a clientela da prostituição masculina é composta em sua maioria por homens, como apontam Almeida (1986, p.84) e Perlongher (1987, p.23) em seus estudos. Tal realidade é confirmada nas práticas desses profissionais em Fortaleza (ABREU et al, 2005; ABREU et al 2007). A ligação entre prostituição masculina e homossexualidades corrobora para que a prostituição masculina seja analisada socialmente sob a ótica do desvio, fundamentada em um modelo moral que tende a considerar a homossexualidade no âmbito da anormalidade. Para Fábregas-Martínez (2000), tal interpretação da prostituição masculina parte de uma perspectiva pautada na “dominação masculina”, de forma que todos que se distanciam da norma poderiam ser entendidos ou considerados como marginais ou desviantes.

Na minha inserção em campo, foi fácil identificar os garotos de programa alvo da pesquisa: utilizavam sungas pretas ou cuecas em um ambiente onde todos estavam de toalha,

corpos dentro da padrão estético de força e músculos, formas de agir e esperar clientes ora encostados nas paredes da sauna, ora sentados em espaços iluminados, com olhares sempre atentos. Posso afirmar que os garotos de programa observados nas duas saunas possuíam um caráter de profissionalismo em seus trabalhos: a quantidade de dias e horas que ficavam nos espaços, as relações entre eles, a forma de abordagem e a negociação com a sauna pela suite destinada aos programas, todas essas ações eram realizadas profissionalmente. Essa regularidade e profissionalismo foram fundamentais na compreensão da prostituição masculina como um trabalho, o que será discutido nessa dissertação. A escolha por investigar os espaços da saunas *gays* facilitou nesse processo, a entrada dos garotos de programa nesses locais não ocorre de qualquer forma, pois os donos das saunas buscam garantir a segurança do estabelecimento e de seus clientes, triando aqueles que oferecem os serviços de prostituição lá.

A observação foi realizada em todos os ambientes da sauna, deixando que o campo expusesse minhas possibilidade de inserção neles. Entretanto, a escolha dos garotos de programa que foram entrevistados partiu da abertura deles para a realização da pesquisa. A partir da abertura de um deles, outros foram sendo indicados, fazendo com que eu pudesse realizar as três entrevistas de forma satisfatória para os objetivos da pesquisa.

CAPITULO 2

A NUDEZ DO PESQUISADOR: A INSERÇÃO NO CAMPO

Nesse capítulo, apresento como coloquei em prática a metodologia explicada no capítulo anterior, junto às minhas vivências na inserção e permanência durante alguns meses nos campos da prostituição masculina de Fortaleza escolhidos, as saunas *gays* Dragon Health Club e Thermas Califórnia. Em um resumo das principais observações e dos principais eventos ocorridos nos campos, trago alguns pontos necessários para se compreender o processo laboral dos garotos de programa.

2.1. Das sensações de entrar no campo

Minha entrada no campo não foi fácil. Nas pesquisas anteriores, as entrevistas e coletas de dados haviam sido fora do ambiente das saunas, mediadas com os donos e sempre com outro pesquisador ao meu lado. Dessa vez, vi-me na intenção de frequentar esses locais, permanecendo durante um bom tempo, como um cliente comum. Já havia realizado um levantamento de como entrar, agir e me portar nesses locais. Para a primeira visita, tudo já estava planejado: onde estacionar, como entrar na sauna, o que falar na recepção, ir ao armário, encontrar as toalhas, trocar-me e conhecer o espaço. As informações que busquei me davam um panorama geral do que fazer, porém a prática mostrou que o planejado não foi tão simples de se realizar: nas saunas, eu tive que me despir, não só de roupas, mas de medos, preconceitos e defesas.

Barreto et al. (2012), em suas notas etnográficas sobre a prostituição masculina em Florianópolis, apresenta seu percurso para a realização da pesquisa com garotos de programa, deixando claro que a inserção em campos de prostituição é dificultada pela representação social negativa relacionada à ocupação, acarretando a invisibilidade desses sujeitos e dessas práticas nos contextos urbanos. Essa dificuldade foi sentida por mim desde o início, no planejamento de inserção nos campos.

Passei o dia inteiro nervoso, ansioso, preocupado com a forma que eu deveria me portar, de transparecer nervosismo e isso afetar um dos principais campos de pesquisa. Chegando ao ponto de refletir: por que estou me sentindo dessa forma? “Quem discursa por mim”? (Trecho retirado dos diários de campo)

Por mais que eu tivesse dedicado boa parte dos meus trabalhos até essa dissertação às questões relacionadas à sexualidade, ao gênero e aos espaços socialmente marginalizados⁴, percebi que não sou imune aos discursos que imperam os espaços relacionados ao mercado do sexo; que os medos, os preconceitos, os estigmas e as demais ideias que permeiam os ambientes do mercado do sexo estão impregnadas em minha/nossa subjetividade e esses se expõem no real da experiência.

As duas saunas de Fortaleza que possuem garotos de programa oferecendo seus serviços em suas dependências são a Dragon Health Club e o Thermas Califônia. Ambos são estabelecimentos comerciais destinados ao público *gay* da cidade, com frequentadores e garotos de programa bastante diferentes, cada uma com um foco de mercado diferente. As duas possuem funcionamento diário, com o início no final da tarde, por volta das 16 horas, o fim da noite, por volta das 23 horas, oferecendo diversos serviços além de sauna e bar.

2.2. Dragon Health Club

Logo ao descer a rampa ao lado do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, na Rua Almirante Jaceguai, está localizada a Dragon Health Club, sauna *gay* reconhecida por diversos *sites* especializados como uma das melhores do Brasil. A estrutura do local possui saunas seca e a vapor, piscina, *solarium*, bar, restaurante, cabines, suítes, cine erótico e *darkroom*⁵, sendo o projeto assinado por um grande nome da arquitetura contemporânea do Ceará, Roberto Pamplona. Além desses ambientes, a Dragon conta ainda como serviços como podologia, cabeleireiro e loja de conveniência onde são vendidos desde sungas a bolsas com a logomarca da sauna. Em entrevistas divulgadas na internet, os donos, dois empresários de São Paulo, afirmam que, desde seu projeto, a sauna visava a garantir um espaço de ótima qualidade voltado para um público de maior poder aquisitivo. Ela funciona atualmente todos os dias da semana, das 16h às 22h: 30min. de segunda a quinta e às 23h de sexta a domingo.

⁴ Durante minha formação em Psicologia, além das pesquisas com garotos de programa já mencionadas no início desse texto (ABREU, 2005; ABREU 2007), realizei ainda uma pesquisa sobre apropriação de espaço nos vídeos pornôs do centro da cidade de Fortaleza a partir de uma perspectiva da Psicologia Ambiental (ABREU e OLIVEIRA, 2009).

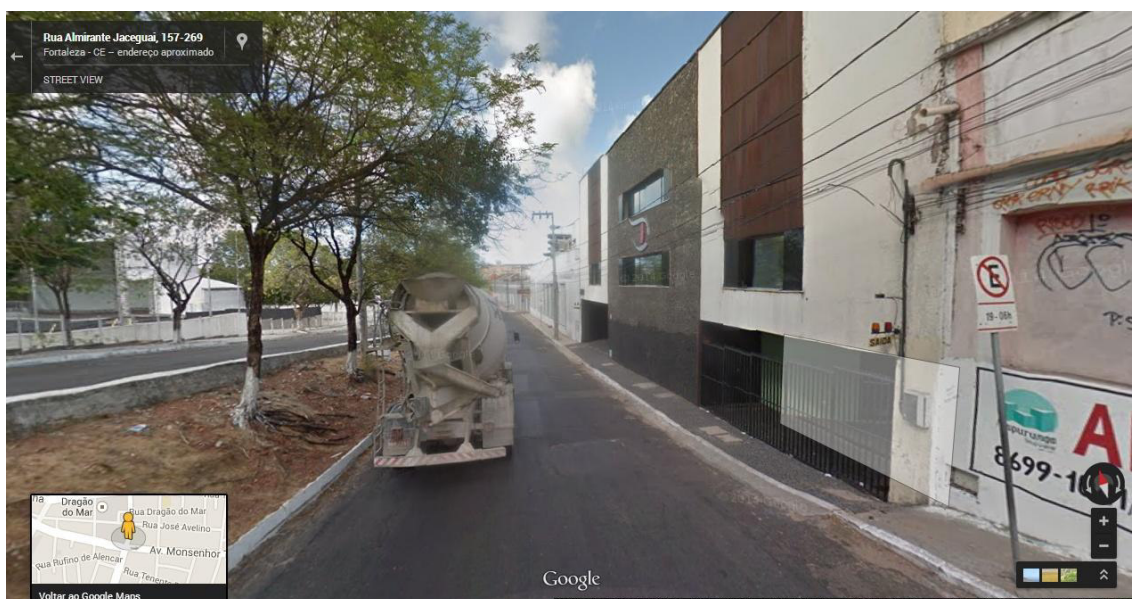
⁵ *Darkroom*, palavra de origem inglesa que significa “quarto escuro”, é um espaço com pouca ou nenhuma iluminação existente em alguns bares, boates e saunas com o objetivo de relações sexuais anônimas entre os frequentadores.

Durante a semana, o valor da entrada é de 30,00 reais e, nos finais de semana e feriados, 37,00 reais.

Todas as vezes que fui à sauna, senti nervosismo. Numa mistura de sensações, sempre pensava: “e se encontrar alguém conhecido? E se for confundido com um dos garotos de programa? E se ocorrer algum problema e o campo se tornar inutilizável para a pesquisa? E se...”. E minha resposta as essas sensações eram sempre a mesma: “respira e vai”. Na primeira ida, consegui atingir o auge do meu nervosismo, quando, ao invés de entrar no estacionamento da sauna, dei uma volta no quarteirão, esperando ver alguém entrando antes de mim. Para minha sorte, na minha segunda volta pelo quarteirão, percebi que um carro estava entrando e o segui.

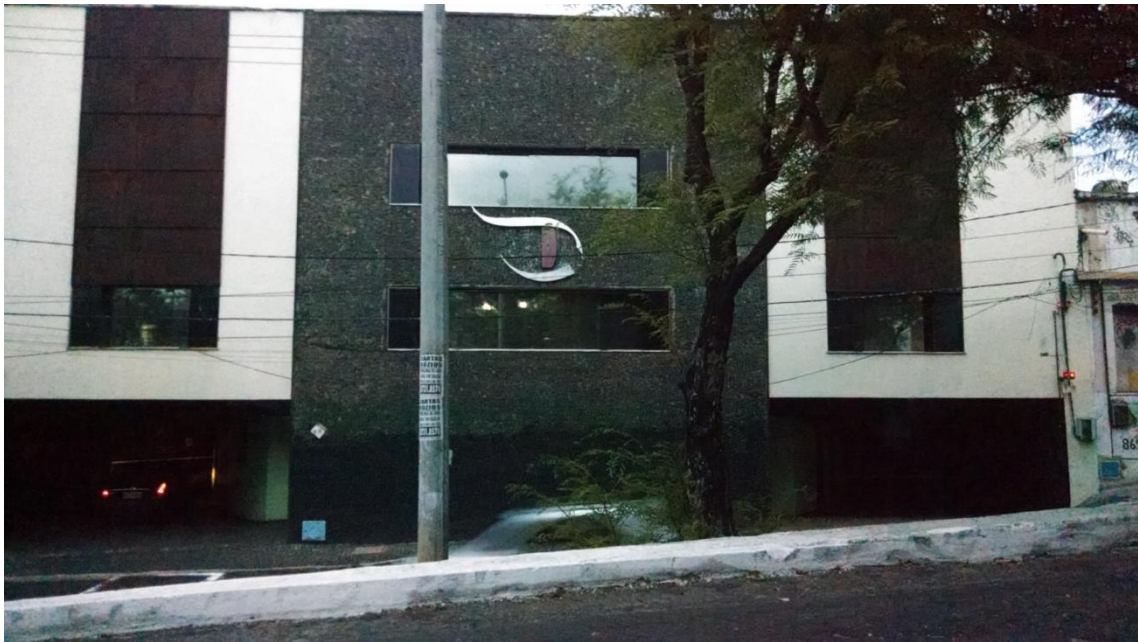
A entrada na sauna de carro se tornou tranquila com o passar das visitas, porém nem sempre o estacionamento estava disponível. Com capacidade para uma média de 16 carros, o estacionamento, a depender da hora e do dia, logo ficava cheio. Nesses dias, os frequentadores tinham que procurar estacionamento nas ruas do Centro Dragão do Mar e entrar a pé. Entrar a pé numa sauna que fica ao lado de um do maior centro cultural da cidade me causava constrangimento, mesmo sabendo que muita gente sequer desconfiava que aquele prédio escuro com fachada discreta fosse uma sauna *gay*.

Figura 11 – Localização da Dragon na Rua Almirante Jaceguai em frente à Praça Verde do Centro Dragão do Mar.



Fonte: Google Maps, 2014.

Figura 12 – Fachada e entrada da Dragon Health Club.



Fonte: Abreu, 2014.

Após a entrada, o primeiro ambiente que os frequentadores encontram é a recepção. Nela dois funcionários estão presentes para que, de forma bastante receptiva e profissional, seja registrada a identificação e entregue a chave para os armários localizados no vestiário. O cadastro na Dragon é feito através de nome, telefone e digital no sensor biométrico. Segurança é um dos itens primordiais dessa sauna, com o controle da entrada dos clientes e dos garotos de programa que lá oferecem seus serviços. Em pesquisas anteriores, apontei a vinculação entre a diminuição do número de garotos de programa nas ruas de Fortaleza com o crescimento desses nas saunas gays, assim como dos clientes nesses espaços, devido ao fator de insegurança da prostituição em vias públicas e através de contatos diretos com os garotos de programa (ABREU, 2007).

No vestiário, localizado no primeiro andar da sauna, encontramos nos armários individuais duas toalhas e recebemos um par de chinelas. Nesse espaço, os clientes se trocam, guardando suas roupas e objetos pessoais nos armários individuais e permanecendo de cueca, sunga ou apenas com a toalha. Na primeira visita, como não sabia bem como me portar, esperei que outros clientes aparecessem para tentar imitar a maneira como eles agiam nesse espaço. Compreendi nas observações que o nu era aceito e esperado naquele espaço, por mais que, saindo de lá, os clientes permanecessem cobertos pela toalha, no vestiário, eles se

despiam sem pudor. Logicamente, alguns preferiam trocar de roupa nos banheiros localizados ao lado ou tentavam se trocar de forma a não expor seu corpo. Poucos permaneciam com sungas ou cuecas, permanecendo nus sob a toalha.

Figura 13 – Vestiário da Dragon Health Club



Fonte: Dragon Health Club, 2014.

Nesse momento, minhas “defesas” foram deixadas no armário. Estar em campo e literalmente se despir de roupas, de posturas formais de pesquisador, do suposto distanciamento dos sujeitos investigados, do caderno de anotações e se confundir entre outros frequentadores como um deles foi a etapa mais difícil nessa pesquisa. Confundir-me com um cliente de sauna me colocava em um lugar de risco acadêmico, pessoal e (pensava eu no início) moral. Compreender meus medos foi de fundamental importância nessa pesquisa, pois, como afirmam Sato e Souza (2001), na inserção inicial em campo, a pesquisa se concentra em nós mesmos, na necessidade de nos situarmos no local, de prestarmos atenção em nós mesmos e em nossa relação com as pessoas do local e do local com as teorias que trazemos. A pergunta “o que estou fazendo?” era constante.

Além do vestiário e dos banheiros, o primeiro andar surge como principal espaço de socialização. Nele está localizado o bar/restaurante com diversas mesas e cadeiras para os clientes, sendo oferecidas no cardápio diversas bebidas alcoólicas e não alcoólicas com preços

na mesma faixa de preço dos estabelecimentos da região do Centro Dragão do Mar; uma piscina com cascata com mesas com guarda sol de praia no seu entorno, além de um telão com vídeos musicais e espaço com palco para shows ao vivo; um *solarium* com acesso através de uma pequena escada com mobília destinada àqueles que optam por “pegar sol” e com localização isolada dentro da sauna; do lado oposto à escada que dá acesso ao *solarium* está um espaço restrito e reservado aos garotos de programa para que eles guardem seus pertences e descansem. O primeiro andar conta ainda com uma pequena loja com venda de produtos com a logo da sauna e uma área com cabeleireiro, podologia, massoterapia dentre outros serviços.

No segundo andar, área restrita para pessoas vestidas com toalhas e no qual é proibido o porte de celular, localizam-se as saunas e a maior parte dos garotos de programa. Logo que se sobe o lance de escadas, encontramos uma sala com televisão, revistas, mesa e cadeiras, um espaço de socialização. É nesse espaço que os garotos de programa passam a maior parte de seu tempo, observando possíveis clientes que chegam à casa e descansando nas espreguiçadeiras que se encontram lá. Os garotos de programa costumam permanecer também nos corredores desse andar, principalmente naquele que dá acesso às saunas, seca e a vapor, localizadas uma de frente para a outra, e no que dá acesso ao *darkroom*, sala de vídeo pornô, cabines privativas e suítes privativas. Nesses espaços do segundo andar, a interação sexual é liberada, podendo ser vistos contatos sexuais em qualquer espaço, embora seja mais comum que eles ocorram na sala de vídeo pornô e nas cabines individuais. Essas últimas são quartos privativos mobiliados com uma espécie de cama e podendo ser fechados por uma porta de correr, onde os clientes mantêm relações sexuais entre si. Outro espaço privativo para a prática sexual são as suítes individuais, sendo utilizadas preferencialmente pelos garotos de programa com seus clientes. A utilização de cabines individuais para programas é proibida, sendo obrigatório o uso das suítes privativas com a cobrança de um valor de uso. Os garotos de programa da Dragon costumam incorporar esse valor na cobrança do programa, deixando claro o quanto custa esse aluguel de quarto.

Em minha observação, dei preferência ao segundo andar, no qual os garotos de programa permanecem por mais tempo e também o espaço mais movimentado. Descobri, com a visita constante na sauna, locais onde eu poderia me sentar e permanecer por longos períodos de observação, balanceando com pausas para andar em outros ambientes da sauna e voltar ao armário para usar o celular. Localizar os garotos de programa na sauna se torna fácil

depois de um tempo curto de observação. Diferentemente do relatado nas pesquisas que fiz no passado (ABREU, 2007) nas quais eles utilizavam toalhas de cores diferentes e colares marcantes no pescoço, agora eles são identificados pela utilização de uma sunga preta. Mesmo munidos de toalha, eles alternam momentos que ficam somente de sunga com momentos que as cobrem com a toalha, porém, para além de vestimentas, existe uma série de símbolos que os identificam: corpos musculosos, grandes tatuagens, olhares fixos e penetrantes, gesticulação e falas sedutoras, insinuações eróticas, posturas ao parar nas paredes em busca de clientes, ereção e/ou dote do seu pênis, dentre outros gestos que costumam ter como objetivo a expressão de virilidade.

Todos esses símbolos têm como objetivo a criação de uma atmosfera de sedução, visando a nutrir a fantasia dos frequentadores da sauna. Conforme Adorno e Silva Júnior (2001), faz parte do esperado na atividade prostitucional masculina a criação e manutenção de papéis e imaginários de que, nos programas, se realize uma troca entre um “gay”, o cliente, e um “heterossexual viril”, o garoto de programa.

Durante minhas visitas à sauna, fui abordado diversas vezes, tanto por garotos de programa como por clientes. A cada abordagem, fui descobrindo que “fingir um papel”, isto é, atuar como um frequentador, afastava-me mais do meu campo. De fato, tive que assumir uma postura de frequentador, que era o que realmente estava fazendo ali, permitindo-me ser acessado e acessar os outros frequentadores para, assim, coletar mais informações sobre o campo. Minha abertura a, de fato, vivenciar o campo se deu através de longas conversas com desconhecidos e conhecidos que encontrava nas saunas. A etnografia, diferentemente de outras estratégias e desenho metodológicos, põe como foco o pesquisador que vai, a cada dia e a cada contato em campo, construindo suas estratégias de coleta de informações, descobrindo sua postura metodológica em campo.

As conversas informais que tive durante o campo foram fundamentais. Os frequentadores das saunas são informantes privilegiados dos fatos que busquei observar e, durante as conversas, eles acabavam saindo do “papel” de frequentador e se aproximando do “papel” de pesquisador, comportando-se como auxiliares de pesquisa, ao distanciarem-se de seus papéis cotidianos e conseguindo interpretar o fato e discuti-lo comigo.

Em uma das visitas à sauna, percebi a negociação de um garoto de programa como um senhor. Falavam sobre valores do programa, mas não pude compreender bem, pois o garoto

falava ao ouvido do possível cliente. Pouco tempo depois, eles se distanciaram e o garoto de programa voltou para a sala de televisão, deitando nas espreguiçadeiras. Resolvi, então, aproximar-me daquele ambiente para ver o que ocorria. Olhei algumas vezes para ele e reparei que um jogo de códigos novos surgiu: ele começou a apalpar seu pênis, deixando-o ereto, e só depois me olhou. Aproximei-me um pouco mais e disse “oi”. Ele se levantou, pôs a mão por traz de mim, em minha cintura, e puxou assunto. Um jogo de sedução e conquista se instalou nesse momento: ele, jovem, bonito, corpo malhado e utilizando todo um repertório de sedução para conquistar clientes. Logo perguntei: “desculpa a pergunta, nem sei como fazer isso, mas você está aqui como frequentador ou a trabalho” e a resposta foi firme “a trabalho”. Ele me explicou que os garotos de programa que trabalhavam lá usavam sungas pretas, que alguns não deixavam a sunga exposta o tempo todo, mas o gestual e os locais onde ficavam deixavam entender a atividade que ali desempenhavam – normalmente estavam de pé próximos aos locais de passagem ou na entrada das saunas.

Perguntei, então, o que ele fazia, sexualmente falando. “Beijo, chupo, como... só não dou a bunda”. E ele me perguntou “O que você curte?”. Numa tentativa de investigar a utilização do corpo pelos garotos de programa e discutir achados de autores como Perlongher e Barreto sobre as performances sexuais de GP, respondi: “Sou ativo, é uma pena, né?”. Ele se aproximou do meu ouvido e disse: “também posso ser passivo”. Mais uma vez, a quebra de pré-conceitos da pesquisa anterior se instalou. Ele afirmou que nunca fala na primeira abordagem que topa penetrar e ser penetrado pelos clientes, pois muitos que buscam os garotos de programa pagam também por esse “papel” de virilidade e masculinidade e, se afirmasse logo de primeira, poderia perder clientes. E que falar sobre essa possibilidade de ser “o passivo da relação” somente depois de afirmar que “só faz ativo” surge, para os clientes, como uma espécie de concessão, instaurando um clima de conquista. A questão do “ser ativo” ou “ser passivo”, penetrar ou ser penetrado, na relação sexual entre homens já vem sendo discutida há bastante tempo, sendo sugerido pelas teorias construcionistas da sexualidade e do gênero que as relações sexuais comerciais encontram-se fortemente estruturadas na dicotomia ativo/passivo (SOUZA NETO, 2009). Perlongher (1987) discutiu profundamente essa questão em sua cartografia das territorialidades marginais no centro de São Paulo na década de 1980, trazendo os sistemas classificatórios de boy/bicha e *gay/gay* para revelar os jogos de poder envolvidos na negociação dos michês estudados, deixando claro o lugar do ânus enquanto zona erógena como foco de tensões e conflitos.

Essas tensões ficaram claras nos contatos que tive com os garotos de programa. Falar sobre “ser passivo” na relação sexual era motivo de desconforto para eles. Segundo o garoto de programa com quem eu falava, todos os outros que estavam lá naquele momento da conversa seguiam a mesma postura, de forma que todos profissionalizavam seu corpo e que a penetração e o ser penetrado surgiam a depender da demanda dos clientes.

Questionei, aproveitando a abertura para a conversa, o valor do programa. “Cem reais”, ele respondeu. Lembrei que nas pesquisas anteriores os garotos de programa da mesma sauna cobravam 50,00 reais o programa, e argumentei que eu não possuía aquela quantidade de dinheiro no momento. Em uma negociação financeira aparentemente corriqueira para ele, o valor foi diminuído para 80,00 reais, quando mais uma vez afirmei que não tinha tanto dinheiro no momento, ele afirmou: “quanto você está disposto a pagar?”. Vi que as negociações de programas sexuais ali eram realmente flexíveis a depender do interesse dos garotos de programa e do poder aquisitivo dos clientes. Diante dessa situação, busquei me esquivar da negociação afirmando que não sabia quanto tinha na carteira (que estava nos armários do vestiário) e ele me respondeu: “se não tiver dinheiro, não tem problema, você pode passar no cartão de crédito”.

Surpreendi-me com essa informação que vinculava de forma mais concreta o pagamento pelo programa com a sauna. Perguntei como essa forma de pagamento funcionava e ele me respondeu que, após ter sido pago em cartão, os garotos de programa recebiam em até dois dias o valor do programa. Reitero que as saunas costumam afirmar que não possuem qualquer tipo de negociação financeira com os garotos, sendo elas responsáveis simplesmente pelo controle de entrada desses trabalhadores em seus estabelecimentos e recomendando a eles que, ao fazerem programas dentro das saunas, utilizem as suítes privativas, sobre as quais a sauna cobra um valor extra, sendo esse um dos lucros da sauna. Descobri com o tempo que a relação garotos de programa e sauna é mais complexa, envolvendo escalas de trabalho, pagamento para uso de armário e toalhas, fiscalizações de formas de atuação e histórico de vida, além de regras e proibições explícitas aos garotos.

Durante nossa conversa, percebi outra pessoa olhando para o garoto de programa, avisei-o sobre isso e afirmei que não iria fazer o programa e não queria atrapalhar seu trabalho. Ele se despediu educadamente, falou que continuaria por lá e que, se eu mudasse de ideia, o procurasse. Vi que ele falou com a pessoa que o estava olhando e, depois de descer ao bar para pegar a chave da suíte privativa, foram juntos ao quarto para o programa.

Outra conversa informal com um garoto de programa dessa sauna ocorreu em um dia atípico até então. Os garotos da Dragon não costumam abordar seus clientes, ficando parados em locais estratégicos e esperando que os clientes cheguem até eles. Entretanto, no dia 09 de outubro de 2014, presenciei e vivenciei abordagens ativas dos garotos de programa. Nesse dia, a sauna estava com poucos clientes e, como observou Daniel Rogers Ferreira (2011), o mercado do sexo, se relacionado com as movimentações financeiras dos seus clientes, possui variações nos perfis e nos programas a depender do dia do mês, sendo os primeiros dias de um mês conhecidos pela vinda de clientes com maior probabilidade de gastar dinheiro em programas devido a terem recebido seus salários.

As abordagens dos garotos de programa iam desde olhares mais firmes, insinuações sexuais explícitas, iniciativa nas conversas e negociações com insistência para a realização dos programas. Pela primeira vez, fui abordado 3 vezes enquanto estava em observação na sauna, todos em busca de clientes para programas. Uma das abordagens ocorreu com um garoto que impressionava pelo tamanho e pelo porte físico, que afirmara possuir 22 anos (confirmei depois com outros informantes que ele tinha por volta de 30 anos). Assim como no relato da conversa anterior, apresentou-se como ativo e depois afirmou que “fazia de tudo”, porém, diferentemente do primeiro, afirmou que os garotos de programa daquela sauna possuíam um preço tabelado de 100 reais pelo programa mais 10 reais pela suíte. Falei, como havia falado anteriormente, que estava sem dinheiro e a possibilidade de pagamento através de cartão de crédito foi mencionada. Dei outra desculpa para ele e falei que não iria fazer o programa. Voltei a encontrar com esse garoto de programa em uma visita à sauna Califórnia. Descobri, conversando com outros garotos, que ele não poderia mais trabalhar na Dragon, pois havia quebrado as regras da casa ao fazer um programa nas cabines privadas, que são gratuitas, ao invés das suítes privadas, sob as quais a casa ganha o valor da utilização.

Essa última conversa me levou a refletir sobre a união/desunião entre os garotos de programa. Em 2006, em conversa com um ex-garoto de programa que era próximo ao Grupo de Resistência Asa Branca (GRAB)⁶ e que visava a criar uma associação de garotos de programa no estado, a exemplo da Associação das Prostitutas do Ceará (APROCE) e da Associação de Travestis do Ceará (ATRAC) que tem a defesa de travestis que se prostituem como pauta. Entretanto, na época, ele relatou a dificuldade de conseguir a união dessa classe

⁶ O Grupo de Resistência Asa Branca (GRAB) é uma entidade civil, sem fins lucrativos e de base comunitária, pioneira no Ceará na defesa dos direitos de gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais, tendo sido parceiro em pesquisas anteriores.

tão anônima e desunida, porém, no cotidiano de trabalho, eles aparentam união e, por várias vezes, observei-os trocando informações de trabalho, conseguindo se comunicar bem entre si, mantendo uma postura profissional de forma compartilhada e se mobilizando para buscar mínimas melhorias no ambiente de trabalho. Por outro lado, o individualismo foi captado através das entrevistas e de como eles falam sobre seu trabalho.

2.3. Thermas Califórnia

Califórnia é a segunda sauna mais conhecida de Fortaleza, tendo mais tempo de existência que a Dragon Health Club e também sendo mais divulgada em locais *gays* da cidade, como boates, barracas de praia e bares. Assim com a Dragon, eu havia visitado a Califórnia nas pesquisas anteriores, mas nunca como “cliente”. Em julho de 2013, realizei minha primeira visita.

O Thermas Califórnia se localiza na Rua Bárbara de Alencar 424, no bairro Centro. É uma casa que foi estruturada e organizada para servir como sauna gay, funcionando todos os dias da semana. A proximidade com o bairro Centro garante, durante o dia, uma grande movimentação no entorno da sauna, porém, à noite, essa região se transforma: a rua fica deserta e bastante escura. Ao anoitecer, as calçadas na proximidade da sauna são ocupadas por carros que, infringindo as leis de trânsito, lá estacionam, indicando a falta de estacionamento do estabelecimento, assim como a possibilidade da insegurança em estacionar em locais mais distantes de forma legal.

Ela não possui uma fachada indicativa, sendo facilmente confundida com mais uma residência dessa rua. Além do grande número ao lado da porta que dá acesso (o número da casa 424), seu único diferencial é a existência de uma guarita de segurança que controla a entrada e a saída dos clientes, além de vigiar o entorno e a segurança dos frequentadores.

Figura 14 – Fachada e entrada do Thermas Califórnia.



Fonte: Google Maps, 2014.

Após atravessar a porta de entrada, os clientes chegam ao primeiro ambiente da casa, um jardim com alguns bancos de concreto, um espaço de convivência para fumantes, um dos locais que mais utilizei para conversar com clientes e garotos de programa dessa sauna. Após esse ambiente, encontra-se a recepção, na qual os clientes pegam as chaves para os armários localizados no vestiário. Em frente à recepção, existe um quarto cujo objetivo é a realização de massagens e, a sua direita, uma sala com televisão e um sofá no qual alguns garotos de programa ficam descansando.

O vestiário é dividido em 2 cômodos. O primeiro possui em torno de 30 armários na cor verde e 1 banco pequeno de madeira, sendo destinados para o uso dos garotos de programa da casa. É nesse ambiente que se concentra a maior parte deles, conversando e observando a entrada de possíveis clientes. O segundo vestiário, bem maior, de cor vermelha e mais bem equipado, é o destinado aos clientes. De forma geral, esses vestiários são bem mais simples que os da Dragon, deixando clara a diferença entre as duas saunas e o público alvo delas: enquanto a Dragon busca atender clientes de maior poder aquisitivo, viajantes, moradores de uma região mais nobre da cidade; a Califórnia busca atingir moradores do entorno do centro, clientes com menor poder aquisitivo e estudantes da região.

Cada armário possui somente uma toalha de banho e, nas quartas-feiras, meu principal dia de visita à Califórnia, ocorria a promoção chamada “Quarta Friend”, na qual dois amigos

dividindo o mesmo armário pagam somente 25,00 reais. Nesse dia, ocorre também o “Videokê Premiado”, um karaokê aberto para os clientes cantarem e ganharem prêmios de acordo com a pontuação obtida, além da cerveja “clonada”, isto é, na compra de uma, o cliente ganha a segunda de graça.

Ainda no vestiário, os clientes podem optar pela utilização de um calçado próprio ou de um par de chinelas fornecidos pela sauna, que ficam dispostas em um armário. Chama atenção os pares de chinelas organizadas com cores diferentes (o pé direito é de uma cor e o esquerdo de outra) e a numeração diferenciada pelas cores dos calçados (38-39 pé direito e pé esquerdo de cor preta; 40-41 pé direito preto, pé esquerdo azul; 42-43 pé direito preto, pé esquerdo rosa), além dos cortes geométricos que as identificavam, diferenciando, assim, do calçado dos clientes. Essas medidas, de acordo com os clientes, são tomadas para facilitar a localização das chinelas e evitar furtos.

A nudez, assim como na Dragon, é esperada nesse espaço, servindo muitas vezes como primeiro local para paqueras durante a troca de roupas para a toalha. Muitas vezes presenciei pessoas trajando roupas nos demais ambientes da sauna, o que me causou estranhamento e dúvida sobre a obrigatoriedade de uso de toalhas nos espaços da sauna. Além disso, reparei que muitos utilizavam livremente seus celulares lá, inclusive os garotos de programa.

O Thermas Califórnia possui diversos ambientes, além da área para fumantes, recepção e vestiário, como sauna seca, sauna a vapor, espaço com palco para música ao vivo e apresentações de drag queens, bar, sala de vídeo erótico *gay* e hetero, *darkroom*, suítes privativas para o atendimento de garotos de programa, cabines individuais para uso dos clientes, área para lanches e cozinha. Em minha primeira visita, após conhecer todos os ambientes, busquei algum lugar próximo ao local onde os garotos de programa permaneciam com maior frequência e descobri um banco que ficava em frente à entrada para as suítes privativas e que permitia uma excelente visão do vestiário dos garotos de programa e acesso às saunas. Essas suítes, assim como na Dragon, são obrigatórias na realização de programas, cujo lucro do valor extra pago pela utilização delas é utilizado como justificativa para a manutenção dos garotos.

Nas quartas-feiras, a Califórnia não é muito movimentada, sendo as quintas, as sextas e os sábados os dias com maior clientela. Entretanto o grande número de garotos de programa

é sempre constante. Eles costumam ficar na sauna trajando somente uma sunga ou cueca de cores variadas, seus corpos não aparentam o mesmo padrão de hipertrofia como os dos garotos da Dragon e costumam abordar os frequentadores da sauna em busca de programas. Nesses dias, também possuem uma clientela diferenciada: os frequentadores são basicamente pessoas entre 40 e 60 anos utilizando o espaço da sauna como ponto de encontro de amigos. Lá eles se reúnem para beber, cantar no karaokê, conversar e para manter relações sexuais com garotos de programa. O foco na Califórnia não é somente o sexual, mas principalmente a convivência e a sociabilidade homossexual.

Lembro-me do meu espanto no primeiro dia de visita, quando escureceu e reparei que o número de clientes estava aumentando – fenômeno comentado por todos os frequentadores de que a casa só começa a ter movimento quando o dia escurece – e a área com karaokê já estava bastante animada. As imagens que vi eram de pessoas bebendo juntas, cantando seriamente no karaokê, elogiando as performances dos colegas, comendo e rindo. A única ligação com o teor sexual esperado de saunas *gays* era a passagem de garotos de programa com seus pênis eretos por debaixo da cueca em frente à tela projetada no palco, como forma de atrair os clientes.

O primeiro garoto de programa com quem conversei lá foi André (nome fictício). Ele tinha 24 anos, morava com sua família em uma região periférica da cidade e cursava técnico em edificações, tendo trancado o curso de Educação Física em uma faculdade privada devido à insatisfação com o curso e falta de dinheiro para as mensalidades. Além da prostituição, ele também estagiava em uma empresa e estava aguardando o resultado de um processo seletivo para trabalho. Nossa conversa começou a partir de uma abordagem dele, que, ao me ver sentando no banco próximo às suítes privativas, sentou ao meu lado e iniciou uma conversa com o objetivo de realizar um programa.

Durante toda a conversa, ele se denominou “massagista”, explicando que preferia ser chamado assim que de “garoto de programa”. Percebi claramente a dificuldade que ele tinha de falar sobre sua atividade prostitucional, tendo introjetado uma série de estigmas e preconceitos com essa forma de trabalho. A Califórnia é o único lugar em que ele oferta os programas, estando lá quase todos os dias da semana, embora ele possua alguns clientes fixos que entram em contato diretamente com ele e marcam programas e outros locais. Ele se apresentou como bissexual, no que tange a sua orientação sexual, pois se relaciona prioritariamente com mulheres, mas tem prazer sexual no sexo com outros homens, não

possuem nenhuma questão sobre a *performance* sexual, podendo ser “ativo” ou “passivo” na relação, cobrando 70,00 reais por cada programa.

O valor cobrado pelos garotos de programa da Califórnia não são tabelados, dependendo deles conseguir, pelo menos, o valor da taxa de utilização da suíte privativa. Todos os garotos com quem eu falei cobraram entre 50,00 e 90,00 reais pelo programa, deixando claro que cada um decide seu valor.

Ao ser questionado sobre sua visão de prostituição, se ele a via como uma forma de trabalho, ele disse que ‘não’. Perguntei, então, “o que a diferenciaria de outros trabalhos?” e ele me respondeu que era complicado, que era diferente das outras formas de trabalho. Mais uma vez, ele demonstrou dificuldade de reflexão sobre a atividade que ele desempenhava, não conseguindo argumentar racionalmente sobre as visões negativas que possuía sobre a prostituição e seguindo o caminho da aceitação cega das coisas como elas estão. Porém consegui ser bastante claro sobre sua percepção do ambiente de trabalho. Para ele, a Califórnia era um local com ambiente agradável e sem pressões, diferente da Dragon que, segundo ele, “é cheia de regras”. Lá, ele continuou, os garotos de programa possuem dias determinado para atender clientes, controle de faltas, cobranças e pouca possibilidade de escolha de clientes, fatores que expunham formas típicas de organizações de trabalho.

Outra conversa que tive nessa sauna e que foi fundamental para o entendimento dela foi com Gustavo (nome fictício), indicado por um amigo para conversar comigo acerca da prostituição masculina em Fortaleza. Ele é um rapaz de 29 anos que faz programas, atualmente com menos frequência e fora das saunas. Já havia trabalhado por algum tempo como garoto de programa da Califórnia e atualmente só faz com clientes antigos. Ele me falou que realiza os programas com o objetivo de pagar suas saídas, festas e “gastos de final de semana”, não encarando a prostituição como uma profissão. Com quase dois metros de altura e magro, ele foge dos padrões de corpos malhados e tatuados de muitos dos garotos de programa que vi durante minha estadia em campo, afirmando, inclusive, que esse era um de seus diferenciais frente aos outros trabalhadores do sexo.

Como o público nas quartas-feiras da Califórnia era mais velho e eu fugia do padrão de visitantes, resolvi marcar algumas idas à Califórnia com ele, assim não ficaria sozinho por muito tempo naquele ambiente em que todos pareciam se conhecer. Em nossa primeira ida a campo juntos, minha segunda vez nessa sauna, percebi que ele conhecia muitas pessoas que lá

estavam, entre garotos de programa e clientes, o que facilitou a realização de algumas entrevistas. E logo ele tratou de me reaperesentat o ambiente, relatando detalhes que eu não havia percebido até então.

Os armários verdes de utilização exclusiva por garotos de programa são pagos, porém seu valor é bem menor que o de outros clientes, totalizando cinco reais por dia de uso e sua cobrança obrigatória na entrada dos garotos na sauna. Os garotos que tem mais tempo de sauna possuem sua própria chave de armário, permanecendo com eles durante o tempo que oferecer seus serviços lá. Trabalhar como garoto de programa nessa sauna, para Gustavo, é bastante simples. Todos iniciam procurando o dono da sauna e o gerente que lhes passam as regras da casa e informam sobre o período de observação necessário para conhecer como o garoto trabalha e como ele reage às normas impostas. As normas giram em torno do modo de tratamento que os garotos devem ter com os clientes; da utilização dos espaços da sauna, respeitando a regra de realização de programas somente nas suítes privativas cuja taxa por utilização é destinada à sauna e a proibição de acesso a determinados ambientes, como o *darkroom*, as salas de vídeos pornô e as cabines privativas; o relacionamento deles com outros garotos de programa e com o gerente da casa. Após esse período de experiência e observação, os garotos recebem suas próprias chaves de armário.

Como já comentando antes, essa sauna não possui uma “escala de trabalho” designada para cada garoto de programa, tendo eles liberdade de atuação em qualquer dia da semana, ocasionando, muitas vezes, um número de garotos superior ao número de clientes. A única regra relacionada ao dia de trabalho dos garotos na Califórnia se aplica às quintas-feiras, dia em que a sauna possui, em sua programação diferenciada, denominada “nu escuro”, na qual os garotos de programa permanecem durante todo o funcionamento da sauna nus, sendo eles obrigados a participar desse dia. Nesse dia, o público da sauna se modifica, aproximando-se do perfil de clientes da Dragon, tendo como principal finalidade a busca por relações sexuais entre clientes, tendo como consequência a diminuição de procura por programas com os rapazes que se prostituem lá. Para muitos dos garotos de programa, essa regra causa bastante incômodo e constrangimento, mas eles acabam aceitando, visando à manutenção do vínculo com o estabelecimento. Nas quartas-feiras, quando ocorre o karaokê, o público, de acordo com Gustavo, é composto de pessoas mais velhas, sendo o número de relações sexuais entre clientes reduzido e o número de relações com garotos de programa aumentado.

Realizei diversas visitas à Califórnia acompanhado por Gustavo. Em todas elas, encontramos garotos de programa que ele conhecia e cujas histórias ele me relatava. Falou qual deles era o mais antigo no ramo, com mais de 6 anos de trabalho na prostituição, quais começaram a fazer programas nas ruas e nos cinevídeos pornô – o que é considerado, para eles, como o excesso da precarização de sua atividade devido à insegurança e ao estigma social –, quais faziam programas em saunas que não apoiavam o oferecimento de serviços sexuais nelas, sendo a atividade deles realizada de formas “escondida”, quais já tinham trabalhado na sauna e saído devido a interesse próprio ou à expulsão por conta de descumprimento de regras. Nenhum dos garotos com quem conversei ofertavam seus serviços nas duas saunas, pois ambas requeriam exclusividade dos garotos.

Acompanhado por Gustavo, permaneci diversas horas nas visitas parado na área externa da sala, utilizado prioritariamente por fumantes. Lá fui apresentado a muitos frequentadores e garotos, com quem teci longas conversas. Alguns das pessoas com quem conversei nesses espaços concordaram com a realização de entrevistas gravadas, que foram feitas nas suítes privativas, como forma de manutenção de sigilo e qualidade do áudio.

CAPÍTULO 3

PROSTITUIÇÃO E TRABALHO: ENTRE O MARGINAL E O LABORAL.

A atividade desempenhada por garotos de programa é permeada de estigmas e preconceitos que tendem a afastá-la do que a sociedade compreende como trabalho. Por outro lado, as definições de trabalho tendem a ser amplas e também contraditórias, compreendendo, na atualidade, uma série de atividades laborais anteriormente não compreendidas como trabalho, como os trabalhos informais e marginais. Através de referenciais da Psicologia Social do Trabalho, procuro discutir os achados da inserção no campo da prostituição masculina em Fortaleza que remetem às categorias laborais, tanto quanto ao local à margem que essa atividade possui, sendo caracterizada aqui como ‘trabalho marginal’ devido à fragilidade das relações trabalhistas, aos estigmas e aos preconceitos relacionados e à dificuldade dos garotos de lidar com temas relacionados à sexualidade e ao gênero. Concluo o capítulo com a outra polaridade: prostituição como atividade laboral, apresentando características que aproximam a prostituição masculina a “um trabalho como outro qualquer”.

3.1. Entendendo a prostituição como trabalho

De acordo com Marx (2006), a essência do homem está no trabalho, o que o homem produz é o que ele é. O trabalho se coloca como central na vida dos homens: é ele que funciona como fator de mediação entre o homem e a natureza, entre o homem e o “si mesmo”. Arendt (2007) propõe que a condição humana pressupõe as seguintes dimensões: o labor (relação tanto do esforço físico quanto do mental com o mundo de forma mecânica), o trabalho (possibilita a produção de bens duráveis e permanentes utilizando o labor e, assim, fazendo história) e a ação (através das trocas e dos laços realizados, torna-se possível a transformação do mundo e do “si mesmo”). Estabelece-se, assim, o lugar central assumido pela categoria trabalho na vida das pessoas. Reforçam esse pensamento autores brasileiros, como Antunes (1995; 1999; 2005), Alves (2000; 2006), Frigotto (1995; 2004) que, ao se referenciar em Marx e em Lukács, apresentam elementos teóricos que afirmam a centralidade do trabalho, como condição inerente à existência do ser humano.

Segundo Albornoz (1998), é trabalhador a pessoa que põe em atividade suas forças espirituais ou corporais tendo em vista um fim que deve ser realizado ou alcançado. Dejours

& Molinier (1994, p.61) afirmam que “[...] trabalho é uma atividade coordenada de homens e mulheres para responder ao que não está posto, desde o início, pela organização prescrita do trabalho”. Já Antunes (2010) apresenta uma visão diferenciada sobre essa categoria, afirmando que ela é dupla e contraditória: ela cria e, ao mesmo tempo, subordina, humaniza e degrada, libera e escraviza, emancipa e aliena. Levantar definições sobre o termo trabalho para esses autores de áreas do conhecimento tão diferentes configura-se como mecanismo de visibilização da transversalidade do conceito trabalho, assim como de impossibilidade de sua apreensão em um único território do saber.

Nesse estudo, compreendo trabalho como uma atividade humana sobre a natureza e sobre si mesmo que, em sua ação, participa da construção da identidade do sujeito a partir de um contexto histórico e social. São trabalhadores, a partir da definição de Antunes (1995; 1999), a totalidade dos assalariados, que dependem da venda da sua força de trabalho para sobreviver, incorporando os trabalhadores manuais diretos, os industriais, os de serviços, os rurais, os trabalhadores terceirizados, os temporários, os trabalhadores de tempo parcial, os trabalhadores informais e os desempregados. Para Antunes (2009), essa classe trabalhadora na atualidade deve ser compreendida a partir da expressão “classe-que-vive-do-trabalho”. Essa

[...] pretende dar contemporaneidade e amplitude ao ser social que trabalha, à classe trabalhadora hoje, apreender sua efetividade, sua processualidade e concretude. [Essa classe inclui] a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, tendo como núcleo central os trabalhadores produtivos. [...] engloba também os trabalhadores improdutivos, aqueles cujas formas de trabalho são utilizadas como serviço [...]. (ANTUNES, 2009)

O trabalho e a classe trabalhadora passaram por profundas transformações ao longo dos últimos anos quanto à forma de organização do trabalho, sendo a situação vivenciada atualmente profundamente relacionada com a crise estrutural instaurada no país a partir da década de 1970. São exemplos de processos que ocasionaram essas transformações a transnacionalização da produção, o surgimento de empresas multinacionais, a fragmentação geográfica e social dos processos laborais, a ampliação e a diversificação do mercado de trabalho, dentre outras. Como consequências, o sentido e o lugar do trabalho na estrutura social da contemporaneidade começaram a ser questionados e os processos de subjetivação do trabalhador modificados (AQUINO, 2008).

Essa situação culminou com o surgimento da chamada “precarização”, não só relacionada ao “trabalho”, mas também ao “homem que trabalha” (ALVES, 2010). A precarização do trabalho pode ser definida enquanto experiência humana em um contexto de

classes do capitalismo manipulatório, causadora da perda da razão social do trabalho por conta das mudanças ocorridas na ordem salarial que implicam na corrosão de direitos do trabalho. Como consequências dessa situação, está a proliferação de formas de exploração da força de trabalho, exemplificadas com as novas modalidades de contratação salarial, a desregulação da jornada de trabalho e instauração de novos modos de remuneração flexível (ALVES, 2011).

Sendo o trabalho participante da construção identitária do sujeito, a precarização do trabalho afeta o homem nas dimensões de sociabilidade e de auto-referência pessoal, através da influência, respectivamente, na troca metabólica entre o homem e outros homens e entre o homem e si-próprio.

Deste modo, a precarização do trabalho e a precarização do homem que trabalho implicam a abertura de uma tríplice crise da subjetividade humana: a crise da vida pessoal, a crise de sociabilidade e a crise de auto-referência pessoal. (ALVES, 2011).

Reafirmo o caráter duplo e contraditório do trabalho que, ao mesmo tempo, é fonte de sofrimento e prazer e que, de acordo com Esposito e Kahhale (2006), pede a elaboração de estratégias para ser tolerado, enquanto também propicia prazeres ao trabalhador durante sua realização. Para Dejours e Abdouchelli (1994), o prazer e o sofrimento provenientes do trabalho são vivências subjetivas que remetem a um sujeito singular, mas que podem ser vividas por qualquer um, não podendo ser, em nenhum caso, a mesma de um sujeito para o outro. O sofrimento é considerado, para esse autor, como parte inerante ao processo de trabalho, impossível de ser eliminado, mas mobilizador do desenvolvimentos de estratégias defensivas individuais e/ou coletivas para a proteção frente ao sofrimento.

Como já citado anteriormente, não estão fora desse paradigma nenhum grupo pertencente à “classe-que-vive-do-trabalho”, isto é, trabalhadores formais, informais, em tempo parcial, temporários e até mesmos os desempregados. Esse processo de degradação das condições de trabalho e emprego costuma ser vinculado frequentemente ao trabalho informal, devido a sua característica de inexistência de vínculos trabalhistas, garantias e benefícios sociais. Trabalho informal, termo relativamente antigo e datado dos primórdios da Revolução Industrial (SINGER, 2001), seriam todas as atividades que se inscrevem no campo da inexistência de relações contratuais amparadas por leis trabalhistas e fiscais (SILVA e BARBOSA, 2013), inseridos hoje no contexto de precarização do trabalho.

Conforme classificação apresentada por Alves (2001), os trabalhadores do sexo poderiam ser inclusos na categoria de trabalhadores informais tradicionais, pois, assim como vendedores ambulantes, jardineiros e engraxates, vivem de sua força de trabalho e possuem conhecimento profissional específico sobre sua atividade. Mendes e Campos (2004) afirmam que o trabalho informal costuma ocorrer em ambientes caracterizados por condições inseguras e insalubres, sem qualquer apoio de regulamentação dos direitos básicos, como costuma ser a prostituição.

A classificação da prostituição como trabalho informal tem sido compartilhada por diversos autores, como Westphal e Barbosa (2012), Barreto, Silveira e Grossi (2012), Soares (2011) e Benedetti (2005). Essa definição reforça a compreensão da atividade realizada por prostitutas, garotos de programa e travestis que se prostituem como um trabalho. Assumir essa visão sobre essa atividade é uma forma de mobilização política e militante em prol dos direitos humanos e trabalhistas da categoria dos trabalhadores do sexo, fundamentada em um posicionamento crítico e contrário ao julgamento moral que permeia essa atividade. Segundo Bila Sorj:

[...] abordar o universo da prostituição como um mundo de relações de trabalho e, por conseguinte, a prostituta como mulher trabalhadora (...) já contém em si mesma uma crítica avassaladora ao modo como usualmente as prostitutas são tratadas: vítimas, libertinas, marginais... (...). Mesmo que esta nova concepção ainda não seja predominante, nem no conjunto da categoria nem na sociedade, ou mesmo que sua institucionalização possa sofrer idas e vindas, a percepção da prostituta como trabalhadora já faz parte do léxico político atual. E será certamente com ela que as feministas, a Igreja, os poderes públicos, o sindicalismo, para citar apenas algumas instituições, terão que dialogar daqui para frente (1995, p. 9-10).

Compreender o trabalho de natureza sexual como uma prática laboral com significados sociais, históricos e culturais construídos sobre influências da época e do local praticado coloca a prostituição como foco de estudo da Psicologia Social do Trabalho. O trabalho sexual pode ser definido como a prática de comercializar serviços de natureza sexual, como o prazer, as fantasias, o sexo, as carícias, exercido mediante negociação direta com o cliente sobre os serviços a serem prestados e os preços equivalentes de acordo com a performance do profissional. Ou, nas palavras de um entrevistado, sua atividade ocorre

Abordando clientes, na internet, em busca de *sites* de bate-papo e *sites* de relacionamentos, nas saunas e nas ruas. Tudo com horário, valores acertados. [...] Prostituição é um jogo de *marketing*. Você tem que vender, expor aquilo que o cliente vai buscar para comprar. [...] Alguns compram beleza por um instante, corpo por um instante, ou mesmo um simples fato, um sexo naquela hora. (Entrevistado 1)

Conforme escrevem Maia, Chacham e Lopes (2002), a prostituição não pode ser compreendida como a simples venda do corpo. Esses trabalhadores do sexo atuam sobre o imaginários de homens e mulheres por meio da oferta de prazeres, fantasias, práticas sexuais diferenciadas, especiais ou incomuns, atuando com o desejo dos clientes. O exercício da prostituição possui hoje no Brasil um conjunto de prescrições e normas para o seu exercício (MTE, 2002; TEIXEIRA RODRIGUES, 2009). A descrição dessa ocupação pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em sua Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) é feita de maneira cuidadosa ao explicitar os diferentes locais em que o trabalho sexual se realiza e ao incorporar ao campo de ação dos “profissionais do sexo” outras atividades não relacionadas diretamente com a “prestação de serviços de natureza sexual”:

Buscam programas sexuais; atendem e acompanham clientes; participam em ações educativas no campo da sexualidade. As atividades são exercidas seguindo normas e procedimentos que minimizam a vulnerabilidade da profissão (MTE, 2013).

Alguns parlamentares, em especial o Deputado Federal Jean Wyllys, atuam na perspectiva de regulamentação da atividade dos profissionais do sexo através do Projeto de Lei 4211/2012, a “lei Gabriela Leite”. A ideia de regularizar a profissão de prostitutas, garotos de programa e travestis que se prostituem não é recente e deve muito ao movimento organizado de prostitutas no Brasil que fundou, em 1987, durante o I Encontro Nacional de Prostitutas, a Rede Brasileira de Prostitutas visando à união de grupos e associações de prostitutas para a promoção e defesa da cidadania e dos direitos humanos da categoria.

Infelizmente, quando entramos no jogo de sentidos da prostituição realizada por homens na cidade de Fortaleza, a situação muda. A falta de união entre garotos de programa com objetivos de melhoria em suas condições de trabalho e respeito a sua cidadania é um grande empecilho para o fortalecimento da classe. O principal fator para isso é a dificuldade que eles têm de identificar sua atividade como um trabalho:

Eu não vejo como um trabalho. Vejo como um passatempo pra uma noite de diversão. Faço porque quero sair, preciso de dinheiro e faço, mas eu nunca me acomodei [ao ponto de ver a prostituição como] trabalho, diferente de outras pessoas. (Entrevistado 1)

Pra mim, trabalho é serviço, carteira assinada. Aqui é entregue às baratas. (Entrevistado 2)

Como consequências dessa situação, está a influência desse trabalho na saúde desses trabalhadores. Segundo Maia, Chacham e Lopes (2002), no cotidiado dos trabalhadores do sexo, estão presentes aspectos como violência e agressão física e psicológica por parte dos

clientes e das pessoas relacionadas ao trabalho sexual, conflito com a polícia, ocultação da atividade com seus familiares e amigos e, principalmente, conflito moral.

São questões como a presença da prostituição na Classificação brasileira de ocupações do MTE, os diversos Projetos de Lei que visam à regulamentação da prostituição no Brasil, a atuação dos movimentos sociais de defesa dos direitos das prostitutas, a (ainda) inclusão de questões relativas à prostituição no Código Penal, o estigma sobre essa categoria, os preconceitos e a desconsideração dessa população nos estudos e nas pesquisas que complexificam o entendimento do trabalho sexual desenvolvido por homens na modernidade. Esse trabalho se localiza em um espaço entre dois polos contrários, porém de completude, o marginal e o laboral. Ao mesmo tempo em que possuem características que os colocam no contexto de desfiliação social e trabalhista, sofrendo com as repercussões dos estigmas e preconceitos sob essa atividade, a prostituição masculina também ganha cada vez mais espaço como trabalho, como profissão, com possibilidade de regulação e asseguramento de direitos civis e trabalhistas. Esse lugar duplo de prostituição será discutido a seguir.

3.2. O processo de marginalização dos trabalhadores do sexo

O termo marginalidade surge, para Quijano e Pereira (1978), como referência a certos problemas produzidos durante o processo de urbanização pós Segunda Guerra Mundial, que se caracterizou pela ocupação de populações *sub-standard* na periferia do corpo urbano tradicional das cidades, isto é, as suas margens. Para essa população periférica, estar à margem não se resumia a uma questão geográfica, de moradia e habitação, mas incorporava uma série de serviços públicos, como a precariedade de água, saneamento básico, fornecimento de energia elétrica e acessibilidade a transporte público. A partir de então, diversos autores passaram a fazer uso desse termo para as mais diversas situações. Marginalidade passou a ser vinculado à questão ecológica, à cultura da pobreza e ao atraso no desenvolvimento econômico (MAIOLINO; MANCEBO, 2005).

Na América Latina, a partir da década de 1970, os debates sobre marginalidades centraram-se na perspectiva estruturalista histórica que, compreendendo as circunstâncias históricas como determinantes na incorporação de elementos à estrutura social, considerava que a integração à sociedade surgia de maneira conflituosa e descontínua para a população

marginal (QUIJANO e PEREIRA, 1978). Dessa forma, a sociedade brasileira se configuraria a partir de uma integração conflituosa devido às suas peculiaridades históricas. Essa ideia de marginalidade e de configuração da sociedade foi bastante discutida e criticada na época, pois as análises que identificavam os problemas sociais a partir de questões de integração ou não integração, da avaliação da produção da pobreza e dos poderes de consumo de populações diferentes foram, em grande parte, desprezadas.

Nos anos 1980, o enfoque da discussão sobre marginalidade muda. Estudos sobre as características e causas da pobreza, as origens e configurações das favelas e os motivos e consequências do processo de migração/imigração prepararam o território para a compreensão da marginalidade como cidadania limitada, isto é, oriundo da dificuldade e/ou impossibilidade de participação desses grupos no processo de desenvolvimento econômico e ascensão social. Milton Santos (1987) questiona a fixação da pobreza em determinados espaços que impossibilitavam o cidadão ao direito à mobilidade urbana e aos serviços públicos, criando, através dessa fixação, "espaços de pobreza"; por outro lado, discutia o direito do cidadão de permanecer em seu "lugar identitário", relacional ou histórico. Fica clara, dessa forma, a marca dessa época: a defesa da cidadania em meio às dinâmicas urbanas da sociedade capitalista.

O termo marginalidade passa a ser menos utilizado nos anos 1990, abrindo espaço para discussões acerca de segregação social e de exclusão social. Conforme Nascimento (1994), as desigualdades se configurariam a partir do contexto de crise econômica que possibilitou o aumento do abismo social entre os pobres cada vez mais miseráveis e numerosos e os ricos em pequeno número e detentor do poder econômico. Como consequências dessa desigualdade, o povo permaneceu cada vez mais fora de um espaço de cidadania, sendo "excluído ou 'empurrado' para fora" (VÉRAS, 1999, p. 37) da sociedade de consumo. Castel (1998) surge nesse contexto com sua crítica ao termo "exclusão". Para ele, não se deve utilizá-lo para definir a situação desses grupos, pois esse conceito engendra uma ideia dicotômica estática: a figura do excluído, em contraposição à do incluso, viveria em uma situação de ausência completa de vínculos, estando fora da sociedade. Tal conceito se destinaria àqueles que são repelidos e retirados do convívio social ou aqueles que vivenciam uma total ausência de direitos sociais. Seriam exemplos de exclusão situações de banimento, expulsão, discriminação jurídica e restrição de acesso.

A situação dos marginais para Castel (1998) teriam origem, por outro lado, no processo de desligamento em relação ao trabalho e à inserção social. Para esse autor, o trabalho ganha o estatuto de suporte privilegiado de inscrição na estrutura social, tornando a experiência de “exclusão” impossível de ser pensada fora do contexto da organização do trabalho. Desta forma, o processo de “exclusão” remeteria a uma reflexão sobre o futuro da sociedade salarial e da organização do trabalho para que a questão social pudesse ser compreendida.

Por conta disso, os conceitos filiação e desfiliação revelariam de melhor forma a situação dos grupos sociais até então visto como excluídos. Castel (1998) chama de desfiliação social este processo que leva indivíduos à perda e ruptura social. Em sua teoria, são colocados os opostos: de uma lado, estariam os filiados, isto é, sujeitos inseridos em uma zona de integração e detentores de poder na sociedade, assim como aceitação social e trabalho; do lado oposto, estariam os desfiliaados, aqueles com pouco poder na relações sociais e, portanto, os que tenderiam a ser dominados, estando à margem do trabalho. Entre esses polos, haveria ainda uma zona de vulnerabilidade, marcada pela precarização das relações de trabalho e fragilidade nas relações sociais e, abaixo da zona de desfiliação, uma zona de assistência, na qual predomina a incapacidade de trabalho e o isolamento social (Castel, 1998, 2005).

Ressalta-se que a zona de vulnerabilidade articula e se comunica com as zonas de filiação/integração e de desfiliação, sendo possível a movimentação entre elas, tanto na ascensão quanto no declínio, permitindo a mobilidade dos indivíduos. O autor também propõe o cruzamento dessas zonas, ou seja, é possível a integração de uma pessoa no quesito social ao mesmo tempo em que estaria desfiliaada do mundo do trabalho. Entretanto, aquela filiação lhe permite manter o sustento de sua família, compensando a insegurança financeira que a não filiação ao mundo do trabalho causaria (BOTELHO et al., 2008; CASTEL, 1998).

A prostituição masculina em Fortaleza é considerada pelos garotos de programa da cidade como uma atividade diferente de trabalho e que confere relacionamentos sociais fragilizados e degradantes:

A prostituição nunca foi importante na minha vida. Sempre o meu trabalho formal era mais importante do que a prostituição. [...] Fazendo [programas] você tem que lidar com tudo que é tipo de gente, do grande empresário da cidade até bêbados e drogados da madrugada de Fortaleza. E, mesmo que você tenha amigos, você tá

só. Nem colegas, nem família, nem amigos estão com você nessa hora. (Entrevista 01)

Dessa forma, faz-se uma aproximação dessa atividade laboral desenvolvida por garotos de programa em Fortaleza com a zona de vulnerabilidade, caracterizada por Castel (1998) pela instabilidade ocupacional e relacional. Ao falar dessa zona, Castel (1998) dá ênfase aos aspectos relativos à sociabilidade, considerando que não somente a insuficiência de recursos materiais que propiciem um acesso ao mercado de consumo ameaçam as populações vulneráveis, mas também a instabilidade relacional as fragiliza. O autor ainda enfatiza que somente a dissociação total desses vínculos sociais, unida à ausência de trabalho, propiciaria uma situação de desfiliação-exclusão.

A prostituição masculina em Fortaleza mostrou-se como um espaço de conflitos, de ausência de direitos trabalhistas e, muitas vezes, civis e de cumprimento às leis. Destaca-se, pela fala dos entrevistados, a violência simbólica durante o trabalho, a ausência de representatividade de classe e de visibilidade de interesses, assim como a ausência de participação na elaboração de políticas voltadas a eles. É nesse espaço marginal que os garotos de programa atuam, tendo que se arranjam como possível para permanecer na atividade.

Por outro lado, essa atividade apresenta características de inclusão. As possibilidades de filiação com o ganho financeiro através dos programas, os contatos realizados com clientes, a rede de negociação do mercado do sexo entram em contradição com desconsideração dessa atividade como um trabalho e como atividade “indigna”, aproximando-se do espaço da desfiliação, reforçam a caracterização dela na zona de vulnerabilidade. É uma inclusão realizada sob a exclusão, um paradoxo entre a filiação e a desfiliação.

A situação de vulnerabilidade social e/ou de desfiliação é fonte de grande sofrimento psíquico aos indivíduos a elas submetidos. Este sofrimento pode ser compreendido como “a dor mediada pelas injustiças sociais” (SAWAIA, 1999, p. 102), ou seja, o sofrimento é a representação em cada um de uma situação vivida socialmente. A situação de vulnerabilidade retira do indivíduo a possibilidade da existência social, e, por consequência, confere-lhe uma inutilidade social. A insatisfação e a angústia convivem com a humilhação social, que causa um sofrimento psíquico que imobiliza o indivíduo pela ruminação dessa humilhação (LE BLANC, 2007).

A maioria das coisas [na prostituição masculina] são ruins. Porque você tem que se esconder. Se você não é declarado oficialmente garoto de programa, você tem que se esconder. Tem que atender no seu local. Tem que rezar pra não ser ninguém conhecido [que você encontre nos espaços de prostituição]. Tem que saber se não vai denegrir sua imagem. Hoje em dia, a gente sabe que tem pessoas que fazem faculdade e que pagam essas faculdades com dinheiro da prostituição. E isso não sei se é ponto positivo. Pra mim, é negativo, porque não precisaria se prostituir pra fazer faculdade [...]. (Entrevista 01)

Le Blanc (2007) demonstra como esse sofrimento psíquico atrelado ao sofrimento social está presente, principalmente, entre os desempregados e empregados precários. O poder desigual dentro dos contextos psicossociais e as suas consequências para a conformação das interações sociais, bem como a compreensão de suas repercussões psíquicas individuais ajudam a entender grupos que historicamente vivem à margem da sociedade e que podem ter, como resultante de sua situação, uma experiência de sofrimento ou de tentativa de crescimento.

Com base nessas informações, caracterizo os garotos de programa de Fortaleza como trabalhadores marginais. O arriscado termo marginais surge nesse trabalho, afasta-se dos sentidos de espaço geográfico ou periféricos, assim como da valoração negativa presente na palavra⁷, mas se aproxima do pensamento de Telles (2010). Essa autora define margens não enquanto definições territoriais, com contornos previamente estabelecidos como lugares geográficos ou periferias, mas como:

[...] espaços de práticas e relações que se deslocam e se redefinem não à margem do Estado, mas justamente conforme as forças deste operam nesses lugares: contextos situados a partir dos quais é possível seguir e etnografar seus modos, seus tempos, procedimentos, técnicas e tecnologias de ação (TELLES, 2010, p. 14).

Pensar em um trabalhador marginalizado não significa pensar em sujeitos exteriores ao Estado, mas em sujeitos que estão tanto no interior quanto fora do Estado. Eles se localizariam em espaços de exceção, mas não inertes: estar à margem significa encontrar-se em espaços de criatividade, espaços de experimentação, nos quais indivíduos e coletivos reinventam seus recursos, lançam mão de elementos do próprio Estado. O “lugar” ocupado por esses trabalhadores pede a criação de estratégias de “sobrevivência”: artifícios para lidar com fronteiras incertas do legal e ilegal; negociação de regras, limites e protocolos; e agenciamento de contra-condutas, de tal modo que as próprias fronteiras do Estado se estendam ou sejam refeitas na busca de segurança ou de justiça em suas vidas cotidianas.

⁷ Telles (2010), ao falar sobre essa visão valorativa do termo “à margem”, exemplifica a divisão comumente estabelecida na cidade, que se divide entre os trabalhadores e “cidadãos de bem” de um lado, e bandidos e marginais do outro.

Pesquisar a vida e o trabalho de garotos de programa significa ir aos limites dessa fronteira entre o marginal e o laboral. Para Rago (1998), desde o século XIX, o saber médico já diferenciava a prostituição masculina das outras formas de trabalho sexual. Chamada de sodomia, era classificada em um patamar inferior da prostituição clandestina, que agregava pederastas, ativos, passivos, mistos e praticantes do onanismo (RAGO, 1998). Esse trabalhadores que se contrapunham ao modelo médico-moral do homem-pai da família higienista, ao fugir dos padrões impostos, eram classificados como libertidos, celibatários e homossexuais (COSTA, 2004), assim como continua ocorrendo na atualidade. A prostituição feminina, embora ocupando um lugar marginal, possui certa legitimidade por servir como mecanismo de satisfação dos desejos masculinos em uma sociedade machista (FERREIRA, 2011), enquanto a prostituição masculina é relegada ao espaço da degeneração.

Ela existe porque existem homens anormais, psíquica ou fisiologicamente. O homem normal nunca será um prostituto. [...] Já na prostituição feminina, a mulher é sempre, ou quase sempre, uma normal, do ponto de vista sexual, pelo menos. O homem é tangido pela tara, a mulher apenas pelo dinheiro. (PEREIRA, 1967, p. 111)

A repercussão de anos de condenação moral frente ao trabalho da prostituição, às formas de se exercer a suposta masculinidade e às práticas sexuais divergentes da heteronormatividade repercutem diretamente na vida dos garotos de programa. A partir das falas dos garotos de programa entrevistados e dos diários de campo, destaco esses três tópicos: a prostituição e sua relação trabalhista, o estigma e o preconceito na prostituição masculina e a marginalização dos garotos de programa relacionada a questões de sexualidade e gênero.

3.2.1. A prostituição e sua relação trabalhista

Rodrigues (2009) em seu artigo “A prostituição no Brasil contemporâneo: um trabalho como outro qualquer?” apresenta a discussão sobre a atividade desenvolvida por prostitutas e sua definição como trabalho e profissão, a partir de duas iniciativas do Legislativo brasileiro que se referem ao trabalho e aos direitos humanos dessa categoria: o Projeto de Lei nº 98/2003, apresentado pelo então deputado federal Fernando Gabeira que objetivava a prostituição como um “serviço de natureza sexual” e a legislação trabalhista que tratou de inserir a atividade na Classificação Brasileira de Ocupações sob a alcunha de “profissionais

do sexo”. Da publicação desse artigo até hoje, mudanças importantes ocorreram, discuti-las-ei a seguir utilizando os achados de minha pesquisa de campo.

Não se pode falar sobre a relação entre trabalho e prostituição sem se voltar para a construção histórica e social dessa atividade. Roberts (1998) publicou um estudo histórico da prostituição desde seus primórdios até a atualidade, enfocando as mudanças que essa atividade passou no decorrer dos séculos. Desde a Grécia Antiga, já se encontra relatos da prostituição. Nas polis, muitas mulheres exerciam a prostituição de forma legal, isto é, as cidades gregas não puniam a prostituição, nem as casas destinadas ao mercado do sexo. Solón, importante legislador, jurista e poeta grego, chegou a criar casas de prostituição e regulamentar os valores cobrados pelos serviços, compreendendo a importância social, política e econômica das prostitutas na época.

Tal importância às prostitutas gregas é vista como repercussão das sociedades babilônicas, egípcias e sumérias, nas quais as prostitutas eram tidas como semi-divindades, diferenciadas das esposas e aproximando-se da igualdade para com os homens, em termos de posicionamento social e independência para agir. Entretanto, com o surgimento da burguesia, a prostituição perdeu seu *status*, sendo considerada agora uma atividade proibida, relegada a guetos e julgada a partir da moral da família cristã. Os séculos XVIII e XIX ficaram marcados pelo grande êxodo rural para os grandes centros urbanos e, conseqüentemente, pelo aumento do desemprego e da pobreza. A difícil situação vivenciada nesse período fez com que o número de prostitutas aumentasse exponencialmente por toda a Europa, pois muitas vezes essa era a forma de sobrevivência de mulheres e famílias em meio às adversidades sociais da época.

No Brasil, a prostituição já é relatada com a chegada dos primeiros portugueses, assim como durante todo o período colonial. Entretanto o estudo desse fenômeno iniciou-se somente a partir da segunda metade do século XX e, nos anos 90, as políticas públicas voltadas ao mercado do sexo começaram a mudar. Motivadas pela efervescência social da época, uma rede organizada cujo objetivo era a integração das prostitutas para a reivindicação de seus direitos sociais de cidadania começa a se articular. O movimento social em defesa dos direitos das prostitutas iniciou, então, uma luta em busca da cidadania da prostituta, exigindo igualdade, liberdade, dignidade da pessoa humana, respeitando objetivos da República Federativa do Brasil de construir uma sociedade livre, justa e solidária; erradicando a pobreza e a marginalização, além de reduzir as desigualdades sociais e regionais e promover o bem de

todos sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Parte desse grupo, ao se denominar como “profissionais do sexo” e/ou “trabalhadoras do sexo”, assumiu como bandeira de luta a inclusão da prostituição como um trabalho digno, que deveria ser respeitado e protegido pelo Estado. A ideia era conseguir viver com dignidade através do seu trabalho e, para tanto, se organizaram e diversos encontros e movimentos exigindo serem vistas pelo poder público. Em 2003, o então deputado Fernando Gabeira (PV-RJ) realizou a primeira tentativa de regularizar a situação dos profissionais do sexo brasileiros através do Projeto de Lei 98/2003, que dispunha sobre a exigibilidade de pagamento por serviço de natureza sexual e suprimia os artigos 228, 229 e 231 do Código Penal (2004), que impediam a plena realização da atividade prostitucional. O primeiro, o artigo 228, pune quem incentiva ou induz alguém à prostituição. O último, o artigo 231, conta com uma punição alta no caso de facilitação da entrada no Brasil de mulher a exercer a prostituição, ou a saída, para que a prostituta que vá prestar tal atividade no estrangeiro. Já o artigo 229, o mais importante para a PL, proíbe a manutenção de casa de prostituição ou qualquer outro lugar cuja finalidade seja encontros sexuais, com ou sem intuito de lucro ou mediação direta do proprietário. A PL foi arquivada pela Mesa Diretora da Câmara.

No ano seguinte (2004), o hoje ex-deputado petista Eduardo Valverde (RO) apresentou proposta semelhante. O Projeto de Lei nº 4.244/04 pretendia regularizar a profissão de “trabalhadores da sexualidade” e, diferentemente do primeiro projeto, englobaria nessa categoria, além das prostitutas e dos prostitutos, os dançarinos que prestam serviços nus ou seminus, garçons que apelam para a sexualidade como forma de atrair clientes, atores pornô, massagistas e gerentes de casas de prostituição. Para tanto, esses profissionais deveriam possuir um registro profissional expedido pela Delegacia Regional do Trabalho a ser renovado a cada doze meses, além de uma inscrição como segurado do INSS e um atestado de saúde sexual emitido por técnico da Saúde Pública. Para o Deputado Eduardo Valverde, o objetivo seria a retirada da categoria da informalidade, porém, em 2005, foi apresentado um requerimento do próprio deputado pedindo a retirada da tramitação da PL.

A visão trazida pelo Projeto de Lei acima citado faz parte do sistema “regulamentarista” da prostituição. Silva (2013) afirma que existem no mundo três sistemas legais sobre a prostituição: o Regulamentarismo, o Proibicionismo e o Abolicionismo. A visão regulamentarista, como o nome já expõe, reconhece e regulamenta a profissão da

prostituta⁸. Como no Projeto de Lei de Valverde, o modelo regulamentarista propõe regulamentações conservadoras⁹, como o exame periódico de saúde sexual obrigatório para as prostitutas e a determinação de espaços próprios para se exercer a atividade. O proibicionismo, por outro lado, surge como proposta radical por entender o ato de se prostituir como uma ilegalidade, tendo o Estado a gerência sobre o corpo dos cidadãos e a legitimação para a punição por lei tanto da prostituta quanto da casa de prostituição.

Para Silva (2013), o Brasil adotaria o último modelo, o abolicionismo. Esse sistema entende que toda a prostituição é uma forma de exploração do corpo humano, sendo a prostituta uma vítima da sociedade que necessita de reintegração, e, ao mesmo tempo, criminaliza parte das ações desse trabalho, como a mediação entre cliente e prostituta, o rufianismo, o tráfico de mulheres e o estabelecimento de casas de prostituição – como definido no Código Penal –, embora o ato de prostituir-se não seja ilegal. Para Moraes (1998), o intuito desta postura seria tratar as causas da prostituição e abolir, em longo prazo, a profissão. De forma geral, esse sistema, ao ver as prostitutas como vítimas, ignora a vontade desse grupo em exercer sua atividade de forma profissional e dificulta a criação e aplicação de leis trabalhistas que resguardariam seus direitos e assegurariam uma vida mais digna.

Piscitelli (2007), aliando a academia aos movimentos sociais das prostitutas, propõe um posicionamento distinto dos três citados acima: a perspectiva trabalhista. Para essa autora, as outras perspectivas possuem em comum uma mesma visão moral sobre a prostituição, entendendo-a como um mal social que deve ser, dependendo da visão, suprimida ou controlada.

Os três primeiros traduzem-se em sistemas legais específicos, sendo o proibicionista aquele que criminaliza todo o entorno da prostituição, incluindo a própria prostituta; o abolicionista, que entende a mulher como vítima e criminaliza a cafetinagem e, em alguns casos, o cliente; e por fim o regulamentarista, que considera a prostituição como um “mal necessário”, sendo assim, deve ser controlado pelo Estado (TAVARES, 2012).

⁸ Silva (2013), em seu estudo sobre os sistemas Regulamentarista, Proibicionista e Abolicionista da prostituição, determina esse trabalho como uma prática somente feminina, excluindo, assim, outros trabalhadores do sexo. Essa generalização da prostituição como somente feminina é algo nesse estudo e será tratado no tópico 1.3. O processo de marginalização dos trabalhadores do sexo.

⁹ Durante a tramitação do Projeto de Lei nº 4.244/04 na Câmara Federal, ocorreram protestos e críticas por parte dos movimentos sociais de defesa dos direitos de prostitutas, como o Grupo de Mulheres Prostitutas do Pará, que afirmava que a proposta era conservadora e remetia aos anos 50, época que as prostitutas eram obrigadas a fazer exames ginecológicos e ter carteirinha para identificação nas delegacias.

A perspectiva trabalhista, diferente dessas, tem como foco o laboral, sendo difundida por organizações de trabalhadoras do sexo, movimentos LGBT e segmentos feministas ligados à academia. As principais bandeiras defendidas desse grupo são a luta contra a violência policial, a busca por direitos humanos, civis e sociais para os trabalhadores do sexo.

Contemplando essa nova visão, em novembro de 2012, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Deputados recebeu o Projeto de Lei nº 4.211/2012, do deputado Jean Wyllys (PSol-RJ). Intitulada “Lei Gabriela Leite”, em homenagem à fundadora da grife Daspu, idealizadora da ONG Davida, autora do livro “Filha, mãe, avó e puta” e defensora dos direitos das prostitutas, a proposta regulamenta a prostituição no Brasil e assegura às profissionais do sexo o direito ao trabalho voluntário e remunerado. O texto descriminaliza as casas de prostituição e autoriza até mesmo a cobrança de valores devidos na Justiça, nos casos em que os clientes não pagam o preço combinado. Após sua apresentação, o projeto rendeu muita polêmica, críticas por parte de grupos conservadores e omissão por parte de grupos progressistas. O deputado Domingos Dutra (PT-MA), na época presidente da Comissão de Direitos Humanos, exemplifica bem a situação: apesar de ser declaradamente favorável à proposta, afirmou que a aprovação da Lei Gabriela Leite “é quase impossível”. Para Jean Wyllys, autor da PL,

Os deputados têm medo de se aproximar das chamadas causas polêmicas, como as que envolvem os direitos LGBT, a defesa das religiões de matriz africana, a briga pelos direitos das prostitutas, dos adolescentes infratores, a legalização da maconha, do aborto ou das células tronco. Os deputados temem ser estigmatizados e, por conta desse temor, abrem mão de brigar por cidadania (MADER, 2013).

A situação em torno da criação e aprovação de leis em defesa de direitos de trabalhadores do sexo reflete bem a condição vivida por essa classe: anonimato, pobre, não assalariada, móvel, submetida a coerção, numerosa e crescente, cooperativa e trabalhadora. Esses adjetivos, retirados da citação já apresentada anteriormente nessa dissertação, da obra “A hidra de muitas cabeças” de Linebaugh e Rediker (2008), apresenta características de uma classe trabalhadora que até mesmo os mais afastados da temática poderiam associar à prostituição. Entretanto a obra fala do proletariado atlântico dos séculos XVII e XVIII e do começo do século XIX: marinheiros, escravos e plebeus. Hoje os trabalhadores do sexo ocupam o lugar desses personagens ocultos na história, pois são relegados à marginalização, exclusão social, precariedade no trabalho e culpabilização, tendo relegados o acesso à Saúde, ao Direito do Trabalho, à Segurança Pública e, principalmente, à dignidade.

A situação de marginalização das condições trabalhistas dos trabalhadores do sexo se agrava quando elegemos como foco de estudo a prostituição desenvolvida por homens. Praticamente ausentes dos movimentos sociais que criaram a Rede Brasileira de Prostitutas, que participaram da inclusão dos “profissionais do sexo” na Classificação Brasileira de Ocupações do Ministério do Trabalho e do Emprego e que ajudaram a construir os Projetos de Lei que visavam à defesa dos trabalhadores do sexo, os garotos de programa acabam por representar a marginalidade de grupo já marginal por si só.

Um dos fatores que buscam dar uma explicação a essa situação é a inexistência de grupos organizados de garotos de programa. No cotidiano de trabalho deles nas saunas, pude notar uma espécie de companheirismo, de troca de informações, de apoio mútuo, porém esse me pareceu frágil: bastou a situação complicar para um deles que os outros se afastam, deixando-o só.

Um fato diferente ocorreu hoje. Enquanto estava no segundo andar da sauna [Dragon] notei uma movimentação dos garotos de programa que conversavam entre si e se aglomeravam na sala de televisão. Percebi que o motivo estava vindo do andar inferior e fui conferir. O celular de um cliente havia sumido e este estava culpando um dos garotos de programa. Nenhum dos seus companheiros tomou partido por ele que, já bastante alterado, negava o suposto roubo. Pouco tempo depois, o celular foi “encontrado” no andar superior. Ficou claro nesse momento que o individualismo parece reinar nas relações entre garotos de programa. (Trecho do diário de campo).

Essa mesma postura surge nos contatos com os clientes: nas conversas com os garotos de programa, percebi um clima de competição entre eles por clientes, principalmente em dias de movimento mais baixo:

Às vezes, você tá conversando com um cliente, o outro já tá se exibindo ali, pra ver se ele olha pra ele... não tem essa de você dizer: “pô, o cara tá com o cliente dele, eu vou sair fora”, não. Às vezes você fica assim, você tá com um cliente aqui, conversando, o cara fica pegando no pau, pra ver se ele chama mais atenção pra pegar aquele cliente pra ele, entendeu? (Entrevista 03)

O individualismo parece estar presente em diversos momentos dessa atividade, culminando com o enfraquecimento da classe. Essa situação acaba por causar um processo de fragmentação da união e coletividade desse grupo de trabalhadores que, unido à discriminação e ao preconceito com a categoria, impossibilita que movimentos de união ocorram.

Enquanto a situação permanece assim, os garotos de programa continuam sendo beneficiados pelo movimento de mulheres prostitutas que conseguiram que, a partir de 2000, os trabalhadores do mercado do sexo aparecessem na Classificação Brasileira de Ocupações

(CBO) do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE) como “profissionais do sexo” – sendo a ocupação reconhecida e inclusa em 2002 – a partir da aprovação de uma nova norma que organizou as ocupações similares em conjuntos mais amplos, chamados “famílias” – na família “prestador de serviços”. O cuidado apresentado no texto relativo à descrição de profissionais do sexo pela CBO só foi possível devido ao debate e à abertura do MTE à participação de técnicos da área e de representantes de organizações em defesa dos direitos de prostitutas. Além do reconhecimento por parte do Ministério, o movimento social de prostitutas conseguiu retirar boa parte do que diz respeito à prostituição do Código Penal, de modo que as questões relacionadas à atividade sejam tratadas na esfera da legislação trabalhista. Entretanto, mesmo com essa grande vitória, esse trabalho sexual ainda se encontra longe do respeito, do direito e da cidadania esperados aos trabalhadores do sexo.

O reconhecimento do profissional do sexo como ocupação, proferido pelo MTE em seu cadastro, não regulamenta e reconhece essa atividade como profissão. A finalidade do CBO é a identificação das ocupações no mercado de trabalho, para fins classificatórios, junto aos registros administrativos e domiciliares:

Os efeitos de uniformização pretendida pela Classificação Brasileira de Ocupações são de ordem administrativa e não se estendem as relações de trabalho. Já a regulamentação da profissão, diferentemente da CBO, é realizada por meio de lei, cuja apreciação é feita pelo Congresso Nacional, por meio de seus Deputados e Senadores, e levada à sanção do Presidente da República (MTE, 2013).

3.2.2. O estigma e o preconceito na prostituição masculina

O conceito de estigma, originalmente criado na Grécia, passou, no decorrer dos anos, por diversos entendimentos e concepções. Nesse trabalho, opto pela utilização do termo a partir da visão trazida por Goffman (1988). Esse autor compreende que a sociedade estabelece um modelo de categorias e o utiliza na tentativa de catalogação das pessoas conforme atributos considerados comuns e naturais, sendo os indivíduos, dessa forma, determinados por padrões e características que objetivam prever suas identidades sociais e classificá-los em grupos. Caso os indivíduos demonstrem pertencer a categorias com atributos incomuns ou diferentes pouco aceitos pela sociedade da qual fazem parte, essa acaba por categorizá-los negativamente, deixando de serem vistos como pessoas em sua totalidade, sendo o foco dado somente àquela construção identitária atribuída. Esses sujeitos são estigmatizados socialmente e anulados no contexto da produção técnica, científica e humana (MELO; DEUSTO, 2000).

Segundo Melo e Deusto (2000), ao falarem sobre o conceito de estigma de Goffman, afirmam que essa categoria

[...] estabelece uma relação impessoal com o outro; o sujeito não surge como uma individualidade empírica, mas como representação circunstancial de certas características típicas da classe do estigma, com determinações e marcas internas que podem sinalizar um desvio, mas também uma diferença de identidade social.

Como consequências, os indivíduos estigmatizados entram em descrédito: as características que os encaixam nesses grupos sociais são, muitas vezes, vistas como defeitos, falhas ou desvantagem em relação aos outros, o que ocasiona na redução de oportunidades e na perda de sua identidade social para uma imagem deteriorada sobre si, de acordo com o modelo esperado pela sociedade. Para Goffman (1988), os atributos indesejados são considerados estigmas.

Não tenho uma relação afetiva com ninguém justamente por conta disso. Pessoas chegam e diz “olha, aquele fulano já se prostituiu”, “tu ainda vai ficar com ele? Ele já fez programa, ele faz programa”. Então esse é um tipo de preconceito que eu levo até hoje ainda. Somente isso. Preconceito mesmo somente isso. Também você fica tachado. Você não pode chegar em um canto porque lhe reconhecem: “ah! Ele faz programa” (Entrevista 1).

Segundo a fala acima, os garotos de programa da cidade de Fortaleza sofrem devido aos estigmas relacionados à atividade, sendo “apontados” e diferenciados do restante da sociedade devido ao seu trabalho. A fala apresenta ainda a questão relacional que é prejudicada devido à atividade. Muitos preferem esconder dos seus próximos com medo desse preconceito:

Sou casado e tenho duas filhas. Se elas sabem? Não. Falei pra elas que faço bicos como segurança particular. Fiz até curso de segurança. Às vezes faço mesmo esses bicos, mas, na maioria, é pra cá que eu venho quando digo que vou trabalhar. Mas acho que ela desconfia de algo, mas não pergunta. (Entrevista 3)

De forma geral, para os garotos de programa, as características comumente atribuídas a eles e que lhes conferem o *status* de “estigmatizado” foram a vinculação deles com tráfico de drogas, a ligação deles com episódios de violência física com os clientes, os supostos furtos cometidos, as doenças sexuais que eles seriam portadores e principais transmissores e a “vagabundagem” por não irem atrás de um “trabalho digno”. A estigmatização desses trabalhadores está tão entranhada em nossa sociedade ao ponto da ocorrência de um processo de interiorização dessas características pelos próprios garotos de programa: em pesquisas anteriores realizadas na cidade de Fortaleza, pôde-se constatar a interiorização da marginalização da prostituição nas falas de garotos de programa (ABREU et al, 2007).

Encontrou-se, dentre outros resultados, que esses trabalhadores do sexo tendem a reproduzir o discurso socialmente preponderante de não aceitação de sua atividade como um trabalho e, conseqüentemente, mantêm em sigilo seu trabalho da sociedade por se entenderem como “não aceitos” (ABREU et al, 2007). Esses achados foram novamente encontrados nessa pesquisa, como na fala abaixo na qual o garoto de programa reflete sobre a possibilidade de sua família saber que ele faz programa:

Se eles soubessem claramente, se abrisse minha boca e falasse “to fazendo programa”, eles não iriam aceitar. Ia ter briga. E não seria legal. Eles não aceitariam (Entrevista 1).

A prostituição, enquanto atividade marginalizada, provoca em seus atores uma espécie de “dor social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor” (SAWAIA, 2002, p. 104), ao ter o corpo transformado em mercadoria, sendo explorado, alugado e usado pelos clientes. Segundo os próprios garotos, o ato de “vender o corpo” é tido como problemático, na fala abaixo, perguntei o que seria prostituição para ele:

Vender seu corpo por dinheiro. Oferecer sexo por dinheiro. Não por amor. Carinho... também vai carinho na relação. Têm uns que tá nem aí. Só querem só usar. Tem uns que não têm sentimento (Entrevista 2).

Frente a essa situação, os garotos de programa buscam construir estratégias de sobrevivência aos estigmas que carregam, procurando, em sua atividade, armar um jogo de segredos sobre si mesmo, construindo personagens para atuar com os clientes. Hall lembra que a construção da identidade requer a existência do outro, “mesmo que esse outro que lhe falta seja um outro silenciado e inarticulado” (HALL, 2007, p.110). O estigma sobre o trabalho dos garotos de programa isola, cria desigualdades e interdita o desejo, construindo nesse processo subjetividades temerosas de si e de sua expressão. Essa forma de existência não habilita esses sujeitos à “aceitação social plena” que nos fala Goffman (1988, p. 7).

Para ele, o processo estigmatizado depende de uma “linguagem de relação” e não apenas de atributos negativos, pois “um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto, ele não é, em si mesmo, nem honroso, nem desonroso” (GOFFMAN, 1988, p. 7-13).

Durante as entrevistas, questioneei aos garotos se eles já haviam sofrido algum preconceito por trabalhar na prostituição masculina. Embora a resposta direta a essa pergunta costumasse ser negativa, durante as entrevistas e conversas informais, eles deixaram transparecer diversos momentos em que sofreram preconceito e discriminação por serem garotos de programa.

Preconceito em si já. Mas assim, não tão exposto. Nunca uma pessoa chegou pra mim e me acusou de um preconceito na minha frente, por eu fazer. E sim sempre pelas costas (Entrevista 2)

Como forma de superar os preconceitos, eles se utilizam da metáfora do teatro, criando personagens com nome, personalidade e sexualidade própria para dar conta das atividades, sendo o mercado do sexo o palco no qual atuam e os clientes ao mesmo tempo telespectadores, que pagam para assistir o espetáculo, e atores coadjuvantes na cena na qual atuam.

[...] quando você tá disposto a fazer um programa, ali é uma válvula de escape. Ali você já tem que saber o nome que você vai usar, saber como vai ser aquela pessoa com quem você vai trabalhar. Eu, pessoa física, sou uma pessoa totalmente diferente quando eu fazia rua, fazia sauna, quando era da prostituição. Você tem que botar uma outra pessoa. Você é uma outra pessoa. (Entrevista 1)

Nesse sentido, o preconceito constitui-se em um mecanismo eficiente de discriminação, atuando em todos os campos da vida. Os garotos de programa passam por múltiplos preconceitos de gênero, cor, classe, etc. que se fazem presentes em imagens, gestos, linguagens e marcas corporais e psíquicas dos clientes, dos funcionários das saunas e dos próprios garotos de programa com quem trabalham.

3.2.3. Questões de sexualidade e gênero

As novas formas de vivenciar a sexualidade e o gênero vêm agenciando modos de compreensão dessas ideias que desconstroem as divisões binárias que ainda perduram na nossa civilização. A experiência de gênero vem sendo construída pelos indivíduos com elementos fornecidos pelo social, mas sem esquecer a constituição orgânica que ajuda a compor essa ideia, lembrando, entretanto, que esses mesmos elementos orgânicos recebem uma significação que é igualmente social e histórica. Durante as entrevistas e os contatos em campo com os garotos de programa da cidade de Fortaleza, questões relacionadas a gênero e a sexualidade foram constantemente presentes. No espaço de negociações sexuais e jogos de sedução de orientação *gay*, os garotos de programa acabam desconstruindo estereótipos e categorias estanques ligadas à sexualidade.

Na prostituição masculina, temas como masculinidade, ativo/passivo, prazer e orientação sexual parecem ser tabus para os garotos de programa. Existe uma série de jogos e

negociações na relação entre garotos de programa e clientes, exemplificada pela conversa a seguir que tive com um dos garotos que, quando questionado sobre a possibilidade de sentir prazer nos programas, respondeu-me:

GP2: Cara eu acho que... eu nunca senti... eu posso gozar aqui... quer dizer... eu gozar, mas não por querer. Gozar aqui eu é pensando em mulher, não nele [cliente]. Gozo 2, 3 vezes. Se eu sair lá fora e aparecer uma mulher, o pau levanta.

PESQUISADOR: E como você faz? É só pensar em outra pessoa?

GP2: É... às vezes tem uns clientes novinhos... cheirosinho... dá até...a gente trepa... mas tem uns velhos...

PESQUISADOR: Então você consegue ter prazer aqui?

GP2: Um pouquinho dá. Se eu falar que não, é mentira. Sente sim. Um pouquinho.

Uma das questões primordiais nesse trabalho é a venda, não só de um corpo ou uma *performance* sexual, mas de uma suposta masculinidade. O termo masculinidade foi cunhado por volta do século XVIII para explicitar, definir e delimitar os critérios para diferenciar os sexos, caracterizando, nessa época, o monismo sexual a partir da concepção de dimorfismo sexual. Essa visão instituiu que homens e mulheres eram de fato biologicamente diferentes, assim como os padrões comportamentais de homens e mulheres seriam definidos a partir dos referenciais do que era o masculino, o que era “próprio” aos homens, e a sua negação constituiria o que era “próprio” às mulheres (WEEKS, 2000). Essas diferenciações se constituíam a partir e sobre o discurso anatômico e também produziam a forma de conceber a mulher, no caso, compreendida como “um homem invertido, cuja vagina era vista como ‘um pênis interno, os lábios como o prepúcio, o útero como o escroto e os ovários como os testículos’” (LAQUEUR, 2000).

A partir do século XIX, aconteceria o advento do “*two-sex-model*” (SILVA, 2006), no qual as diferenças iniciais que se percebiam, sejam comportamentais ou anatômicas, legitimaram-se nos âmbitos sociais e políticos, como uma “norma natural do sexo” (COSTA, 1995, p. 125). A diferença comportamental entre os sexos que já havia sido estabelecida e agora se consolidava transformava-se, então, em diferenças entre os gêneros masculino e feminino, embora ainda não houvesse concepções teóricas bem formuladas e claras acerca desta ideia. Os homens desta época buscavam se distanciar definitivamente de qualquer aproximação entre o que era feminino ou o que era homossexual, buscando estratégias para fortalecer a ideia de masculinidade, tanto física quanto psicologicamente. Com isso, fortalece-

se a preocupação com o vigor físico, com as consagradas virtudes tidas como masculinas tais como a coragem, a destreza e o raciocínio, mas também as questões de postura, de vestimenta, de fala, ou até mesmo a capacidade de galantear e conquistar, tudo que transparecesse virilidade e não permitisse entrever qualquer indício de sensibilidade ou de afetação, características designadas ao feminino ou aos homossexuais (SILVA, 2006).

No século XX, para autores como Villela e Barbosa (1996), haverá o surgimento do conceito de gênero a partir do advento do feminismo dos anos 1960, época na qual se instalaria a ideia de que a diferença sexual seria proveniente das elaborações culturais. A noção de gênero já estaria elaborada, então, conforme esta concepção nos anos 1970 e 1980. Todo este período foi marcado pelo que se pode chamar de “estudo das mulheres” (GIFFIN, 2005). Entretanto, por mais que as mulheres sejam conhecidas historicamente como as grandes protagonistas desta questão, ou as grandes militantes desta luta, alguns estudos tentam tornar de conhecimento público o chamado “*men’s studies*” (GIFFIN, 2005), na tentativa de expor que, desde há muito, eles também produziam estudos sobre como era ser homem, quais os conflitos que enfrentavam e, da mesma forma, também buscavam marcar seu lugar no mundo e de que forma isto se imprimia.

Segundo Araújo (2006), a discussão sobre a masculinidade se aproxima em muitos momentos da história dos caminhos que foram percorridos pelo feminismo, adotando, por vezes, o binarismo biológico/social, questionando-se acerca de uma ideia universal de masculino, até a formação de um pensamento que compreende a existência de uma multiplicidade de masculinidades. Um dos principais temas discutidos sobre a masculinidade diz respeito à virilidade. Bourdieu (1999), sobre esse tema, fala que:

O privilégio masculino é também uma cilada [...] impõe a todo homem o dever de afirmar, em toda e qualquer circunstância, a sua virilidade [...] entendida como capacidade reprodutiva, sexual e social, mas também como aptidão ao combate e ao exercício da violência [...] o homem ‘verdadeiramente homem’ é aquele que se sente obrigado a estar à altura da possibilidade que lhe é oferecida de fazer crescer sua honra buscando a glória e a distinção na esfera pública. (BOURDIEU, 1999, p. 64).

Nas entrevistas, percebeu-se claramente a distinção feita nos discursos dos entrevistados entre virilidade e masculinidade, segundo eles, entre o que se aparenta e o que se é. Foram coletadas informações que ligariam a masculinidade a uma “*questão de atitude*” (Entrevista 1) separando esse conceito do de práticas sexuais: “*Ser homem é uma coisa que não tem nada a ver com sexo, entendeu?*” (Entrevista 1), assim como foi relatada uma desvinculação entre o conceito de masculinidade e as definições de gênero tradicionais. Para

os garotos de programa, o fato de não se considerarem homossexuais decorre não devido às práticas sexuais realizadas na atividade prostitucional, mas sim do fato de que, para eles, não há envolvimento subjetivo na execução dessas práticas, visto que elas se realizam apenas por trabalho, por dinheiro, constituindo, portanto, um “sacrifício” realizado devido à necessidade de uma forma de se sustentar: “*Se eu faço isso aqui, eu não faço porque eu gosto. Isso aqui eu faço por dinheiro [...] Isso aqui é um trabalho*” (Entrevista 2). Encontramos, então, o profissionalismo legitimando essa dissociação entre a prática sexual e as questões de gênero. Assim, eles demonstram um tipo de pensamento no qual o ser se define em função do que pensa e não do que faz, apresentando também certa indiferença em relação ao que os outros pensam da masculinidade deles em função da atividade prostitucional.

O gênero aparece enquanto vivência, possuindo flexibilidade, e não como algo preso em estruturas, em uma das falas pode-se perceber a intensidade desse pensamento: “*se eu quiser trepar com uma mulher, com animal ou com homem, isso é problema meu*” (Entrevista 3). Sendo assim, o gênero se expressa como uma questão estritamente pessoal, particular. “*E hoje eu tou falando assim, mas ninguém tem necessidade de tá falando isso pra ninguém.*” (Entrevista 3). Por outro lado, a questão da venda da virilidade e da necessidade de se posicionar de forma “masculina” também surgiu em suas falas. Um dos garotos de programa, declaradamente homossexual, afirmou que “*encontrar garoto de programa que vá se definir assim [como homossexual] é muito difícil [...]*” (Entrevista 3). Podemos, então, perceber que há um embate entre a problemática de se posicionar frente às questões de gênero e aos dilemas da profissão, o que dificulta a escolha, opção ou simples afirmação de uma orientação sexual específica. Falamos aqui de identidade sexual que ressignifica os desejos e a necessidade do sujeito, possibilitando aos garotos de programa um lugar social de “acesso às comunidades de suporte e significado” (WEEKS, 2000, p. 43).

Identidade sexual é compreendida aqui, a partir de Louro (2004), como o modo de os sujeitos exercerem sua sexualidade e vivenciarem seus desejos e prazeres corporais com parceiros de outro sexo, do mesmo sexo, de ambos os sexos ou até mesmo sem parceiros. Fábregas-Martínez (2000) especifica que, no caso da prostituição masculina, ocorre uma flutuação desses sujeitos por diferentes categorias sexuais e em diferentes contextos. Os termos “homossexual”, “heterossexual” e “bissexual” são ressignificados a partir do contexto relacional que os garotos de programa se localizam, não sendo estanques por se tratar de categorias situacionais.

No que tange à categoria afetividade, os garotos de programa entrevistados apresentaram uma tentativa profissional de transformar não só o corpo, mas também o afeto em mercadoria. De forma a obter uma relação estritamente comercial e profissional:

[...] o garoto ele tem que tá com sensibilidade pra fazer o que o cliente quer. Tem cliente que chega lá, quer abraço, quer beijo, [...] E o que eu tenho que fazer é dar... (Entrevista 3).

Eles têm, então, que, além de trabalhar com seu corpo e proporcionar prazer ao outro através de dele, saber proporcionar uma satisfação emocional, afetiva no cliente. Dessa forma, o garoto de programa se incumbem de criar um papel para cada cliente, realizando as fantasias sexuais e emocionais demandadas:

Porque tem cara que gosta de ver você sentir prazer. O cara tá te pagando, ele não quer um boneco, às vezes ele quer se sentir desejado, entendeu? Então, ele quer se sentir desejado, então ele quer ouvir você gemer de prazer... Quer ficar perguntando se você tá gostando. Se você disser assim: 'Não to não' (com bastante ênfase). Você tem que tá, entendeu? Ah... é assim, cara, ele quer ouvir isso [...]" (Entrevista 3).

Os garotos de programa teriam como atuação profissional principal a produção de um cenário de prazer. A maioria dos clientes os busca para se beneficiarem numa relação que lhes proporcione prazer. Nas falas dos entrevistados, pode-se perceber a dimensão “teatral” da composição deste cenário. O garoto de programa assumiria um papel: *“Eu tou trabalhando pra ele, pra mim, é um papel que eu tou fazendo”* (Entrevista 2). A “direção” deste teatro se daria em função do desejo particular do cliente, que organiza os papéis segundo suas exigências subjetivas. Muitas vezes, além da instrumentalização do corpo, pretende-se também instrumentalizar a afetividade, correspondendo à demanda de clientes que, por vezes, demonstram carências afetivas, assumindo um papel, funcionando como ator, utilizando-se da representação em prol dos desejos do cliente.

Um dos temas mais obscuros na prática da prostituição masculina é a relação “ativo/passivo”, isto é, a relação penetração na relação sexual *gay*. Nas entrevistas, os garotos demonstraram dificuldade na aceitação da prática do sexo anal, de assumir uma postura passiva. Isso fica claro em falas como “[...] a única coisa que eu não faço é passivo.” (Entrevista II). De acordo com o que os garotos de programa falam, essa postura está estritamente vinculada com a homossexualidade, de forma que quem se assume enquanto passivo é logo identificado enquanto homossexual:

[...] se o cara der a bunda, deixa de ser homem, né? Assim, enquanto ele tiver comendo e tudo, pode ser até mesmo um veado, mas ele é homem, ele tá comendo

veado. Se o cara comer ele, ele não deixa porque vai se sentir veado, entendeu? [...] (Entrevista I).

Perlongher (1987) nos fala que esse posicionamento apresentado pelos garotos de programa frente à atitude passiva na relação sexual existe pela busca desses por uma virilidade exacerbada. Quanto mais viril o garoto, maior seria a busca por seus serviços, mais ele seria valorizado, então eles tendem a se afastar o máximo possível de qualquer característica que os ligue à passividade, à feminilidade. A dificuldade na aceitação da passividade com a superafirmação do garoto de programa como o ativo na relação sexual

[...] inscreve-se em um sistema classificatório hierárquico ou popular, que divide os varões participantes de relações homossexuais segundo sua posição (esperada) no coito, em macho ativo e bicha passiva. (PERLONGHER, 1993, p. 140).

Verifica-se uma relação hierárquica na qual os homens que se relacionam com outros homens assumindo o papel, nos termos apresentados por Perlongher (1993), de bichas estariam, em segundo plano, sofrendo uma carga mais de preconceito e estigmatização que aqueles que se relacionariam enquanto o “homem da relação”, que não perderiam seu *status* de virilidade. Para Gontijo (2004), essas classificações produzem imagens identitárias, modelos categoriais de definição dos sujeitos a partir dos locais e das performances realizadas. Constatamos, dessa forma, também um preconceito entre os próprios garotos: quem deixa claro que também “faz passivo” é identificado pejorativamente como “biba”. De fato, uma grande taxa de preconceito ronda essa profissão, tanto internamente (entre os próprios garotos) quanto externamente (sociedade em si).

Ao investigar profundamente essa questão, verifica-se, de maneira clara, a fluidez das performances sexuais dos garotos de programa investigados. Por se tratar de negociações amparadas e justificadas pelo dinheiro, as fronteiras não são fixas e, para alguns desses trabalhadores do sexo, “ser passivo” significa se adequar às necessidades da clientela e permanecer no mercado cada vez mais competitivo do sexo. Como afirma Carrara (2005, apud BRAZ, 2010, p. 133) “para alguns, por aumentar o preconceito, a feminilidade parece politicamente incorreta nos homens. Para outros, deve ser cuidadosamente policiada pelos que se aventuram no mercado dos afetos e paixões”.

3.3. No laboral

O trabalho assume aspecto central na estrutura social e na formulação material e psicológica dos indivíduos (NARDI, 2006), representado um dos mais importantes valores no mundo contemporâneo (ARAUJO; SACHUK, 2007). A prostituição masculina, assumida aqui como trabalho marginal, também ocupa esse lugar na vida das pessoas que a têm como atividade laboral. Morin (2001) afirma que o trabalho, assim como o produzido por ele, ajuda o trabalhador a descobrir e formar sua identidade. Porém, esse processo, especialmente para os trabalhadores marginalizados, é contraditório e inserido em ações de alienação do trabalhador, tendo consequências na saúde mental deles. Por outro lado, para Dejours (1994), ele também surge como um instrumento de emancipação, de forma a conduzir os indivíduos ao aprendizado de solidariedade e democracia.

No trabalho de garotos de programa, assim como em outros trabalhos da contemporaneidade, os temas “prazer” e “sofrimento” estão presentes (MENDES, MARQUES, 1995). Quando o indivíduo tem a possibilidade de desenvolver autonomia, quando tem objetivos claros definidos, quando são valorizados e quando tem a chance de testar suas habilidades, o trabalho torna-se fonte de prazer (MORIN, 2001). O trabalho torna-se fonte de sofrimento quando falha na sua função de operador simbólico para o indivíduo (BOUYER, 2010), quando há confronto entre a subjetividade do trabalhador e as restrições das condições socioculturais e ambientais (MENDES; MORRONE, 2002) e torna-se fonte de alienação quando falha na relação do sujeito com o produto do seu trabalho e na relação dele com o processo produtivo (D’ACRI, 2003).

A fala a seguir expõe as contradições e importância da atividade prostitucional para um dos garotos de programa pesquisados, deixando claro que a prostituição se aproxima de “um trabalhado como outro qualquer” em suas contradições, dificuldades e potencialidades em nossas vidas:

Mudou minha vida. Antigamente eu tinha uma visão muito fechada, depois que eu comecei a fazer a prostituição, eu tive que conhecer todo mundo. Conhecer a noite. Conhecer a vida. Conseguir me afastar de mim mesmo, criando um outro eu. Tive que criar um personagem que usei por vários anos. Tive que fazer amizade desde o marginal até a cafetina. Tive que andar pelo centro da cidade fazendo amizade com todos. Tive que saber quer tinha droga pra vender, quem não tinha. Tinha que usar drogas por conta disso. Tinha que ter pau pra toda obra. A repercussão foi essa. Me abriu muitas coisas. Eu tenho uma outra visão do mundo em si, como do mundo LGBT relacionado à prostituição. Não aconselho ninguém a fazer, mas também não critico ninguém que faça. Porém, se você quiser outra forma de ganhar dinheiro, outra forma de vida, dá. (Entrevista 1).

Nesse sentido, são temas que aproximam a prostituição masculina da esfera laboral o Cadastro Brasileiro de Ocupações do Ministério do Trabalho e do Emprego, os Projetos de Leis que visam a regulamentação da prostituição, o movimento social das prostitutas, o vínculo existente entre os garotos de programa e as saunas e o relacionamento entre garotos de programa. Esses fatores não se encontram separados, mas ocorrem juntos e integrados, a partir de conquistas históricas e sociais passadas por essa categoria de trabalho.

Presente desde o período de colonização do Brasil (RIBEIRO, 1995), a prostituição passou por diversos períodos. O início foi incentivado pela Igreja Católica que, preocupada com a miscigenação que estava ocorrendo devido às relações sexuais entre colonos e indígenas, mandou vir ao Brasil mulheres brancas portuguesas para que pudessem se casar e se reproduzir com os colonizadores, perpetuando a raça branca (NÓBREGA, 1931). Assim a colonização feminina no Brasil foi composta por meninas órfãs, ladras, assassinas e, principalmente, prostitutas. Anos depois, por volta de 1641, o comportamento da Igreja Católica já havia se modificado: agora, com uma estabilidade da sociedade, as prostitutas, sejam elas escravas forçadas ou prostitutas brancas, atentavam contra o pudor e eram tratadas com ojeriza e discriminação (ARAÚJO, 2012).

No século XVIII, as primeiras casas de prostituição são registradas na história brasileira (FONSECA, 1982). A cidade de São Paulo havia se transformado em ponto de passagem obrigatório para indivíduos interessados nas recém-descobertas minas de ouro nos estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul, e, por conta disso, houve a proliferação de diversas casas de jogos, tabernas e de prostituição. Nesse mesmo século, as prostitutas foram mais uma vez usadas pelas forças dominantes do poder: com a necessidade de povoamento de regiões desertas, criou-se uma lei de punição àqueles que perturbavam a ordem através do isolamento da sociedade, sendo as trabalhadoras do sexo forçadas a se distanciar de centros urbanos e iniciar o processo de povoamento de regiões isoladas

Na segunda metade do século XIX, a cidade do Rio de Janeiro apresentava uma população muito numerosa, o que ocasionou uma dificuldade de empregos para os cidadãos livres e sem posses. Para as mulheres, a situação era mais difícil devido às questões de gênero que delimitavam os espaços que poderiam ser ocupados pelas mulheres, o que não incluía o mercado de trabalho da época, sendo a prostituição uma das poucas opções para mulheres se tornarem independentes e conseguirem se manter economicamente. O meretrício ganhou ares

diversificados nesse século, sendo composto por escravas, libertas, mulheres livres brasileiras e estrangeiras (ENGEL, 2004).

No final do século XIX e início do século XX, a prostituição conquistou um espaço diferenciado na sociedade brasileira, vinculada a uma zona de boemia, com espaços diversificados que abrangiam os pequenos prostíbulos a grandes bordeis e sendo mantida por uma série de personagens relacionados ao mercado do sexo, como artistas, músicos, dançarinas, boêmios, gigolôs, prostitutas de diversas nacionalidades, clientes, garçons, arrumadeiras, cozinheiras, manicures, costureiras, porteiros, dentro outros. A chamada “zona de meretrício” desenvolveu códigos, leis e práticas próprias que se mantêm até hoje, transformando-a em espaço de interação social (RAGO, 2008).

Del Priore (2005) expõe que a prostituição passou a integrar a vida sexual dos brasileiros, como, por exemplo, no período de iniciação sexual que passou a ser realizado por prostitutas e na relação extraconjugal para a realização de fantasias e diferentes práticas sexuais não aceitas de serem realizadas com suas esposas. Expõem-se, assim, fatores que determinavam a procura pela prostituição: os padrões sociais instituídos, as normas de comportamento e os valores morais (como a valorização da virgindade feminina, a imposição de um comportamento monogâmico, o patriarcalismo), fatos que justificariam a liberdade sexual do homem nessa época. À mulher, incumbia-se a casa e as imposições morais, com exceção a mulher-prostituta. Essa, mesmo marginalizada e estigmatizada, poderia viabilizar uma condição de autonomia e independência se comparada à “figura da esposa”. Quando inserida nos bordeis de luxo, inseria-se em discussões sobre política, arte, economia e outros assuntos monopolizados pelo mundo masculino. A prostituição passa a ser vista como espaço efetivo de resistência ao ideal da mulher frágil e submissa (ENGEL, 2004).

A figura pública da mulher-prostituta começou a simbolizar uma ameaça de subversão aos códigos de comportamento moralmente instituídos (RAGO, 2008) e a necessidade de delimitar e controlar o meretrício em meados do século XX. Para Ferreira da Rosa (1896), o ponto de partida e razão da repressão à prostituição no Rio de Janeiro foi a existência de rufiões estrangeiros, isto é, homens que exploravam a prostituição de verdadeiras escravas brancas e que atuavam numa espécie de associação composta por homens de diversas nacionalidades. Esse fato culminou com a inclusão do lenocínio, prática que consiste em explorar, estimular ou facilitar a prostituição sob qualquer forma ou aspecto, havendo ou não mediação direta ou intuito de lucro, no Código Penal de 1890. Embora a prostituição não

tivesse sido enquadrada como crime, sua prática se tornou, a partir de então, cada vez mais marginalizada, como exemplos estão os artigos 282, que criminalizava o “ultraje público ao pudor”, e o artigo 399, que era direcionado aos “vadios e capoeiras que mantinham a subsistência por meio de ocupação proibida por lei ou manifestamente ofensiva da moral e dos bons costumes”. Ambos os artigos eram utilizados como forma de controle da prostituição.

No ano de 1890, o saber médico se uniu ao religioso e ao jurídico no controle dessa atividade. Engel (2004) afirma que as práticas sexuais do meretrício foram associadas à propagação de doenças venéreas, em especial à sífilis. O discurso médico buscava a normatização higiênica dos corpos, criando categorias para a classificação patológica dos comportamentos sexuais: a perversão era relacionada ao adoecimento físico, à depravação, ao adoecimento moral, e o comércio do corpo era considerado uma doença social. Definia-se como único espaço da “sexualidade sadia” o casamento com a mulher “honesta e pura”. À prostituta, cabiam as definições de mulher libidinosa, devassa, de apetite sexual exaltado, dada às perversões, sendo burra e ignorante, e instável física e espiritualmente (RAGO, 1998).

Ao trabalho da prostituta, restou o sistema higienista do regulamentarismo. Segundo Pereira (1967), as prostitutas eram obrigadas a realizar exames periódicos, sofriam sanções administrativas e, caso apresentassem algum mal contagioso, eram internadas em hospitais compulsoriamente. Rago (1998) afirma que esse procedimento era uma forma de definir uma nova economia do sexo, disciplinando a prostituição de modo a impedir que se manifestassem formas aberrantes de comportamento sexual. O ideal de prostitua para os regulamentaristas era a mulher recatada e dessexualizada, que cumpre seus deveres profissionais sem prazer. Esse modelo não surtiu o efeito desejado pelo Estado, pois as mulheres não se inscreviam formalmente no meretrício, por medo da estigmatização e preconceito, mas continuavam a exercer a atividade de prostituição à margem do Estado.

Da virada do século XIX para o século XX, houve um grande aumento de casas de prostituição, impulsionado pelas imigrações devido a conflitos internacionais, crises econômicas no Brasil, miséria, êxodo rural, dentre outros fatores sociais. Durante um período, as primeiras décadas desse século, a atividade prostitucional ocorreu de forma regulada, inclusive com certa tolerância policial. Em 1958, quando foi ratificada a assinatura da Convenção de Lake Success, o Brasil passou a adotar a perspectiva abolicionista, com o objetivo de reprimir o tráfico de pessoas e o lenocínio (ABREU, 1998). Uma onda de

repressões e fechamento de zonas de meretrício assolou principalmente as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

Em 1953, a Zona do Bom Retiro (SP), por exemplo, foi fechada com duas mil mulheres despejadas. Porém, em 1960, criou-se uma zona de baixo meretrício, chamada Boca do Lixo, próximo à Estação da Luz (SP), chegando a reunir cinco mil mulheres. Em 1980, a capital paulista já contava com 100 mil prostitutas (ABREU, 1998). Essa nova onda de mulheres prostitutas e as mudanças sociais proporcionaram um movimento de luta por seus direitos de cidadania e de trabalho, possibilitando, em 1987, o I Encontro Nacional das Prostitutas, realizado na cidade do Rio de Janeiro. São exemplos de conquistas, desde esse primeiro encontro, o reconhecimento das Profissionais do Sexo no Código Brasileiro de Ocupações, as campanhas de prevenção de DST e AIDS e o lançamento da grife Daspu, que utiliza prostitutas como modelos de divulgação das roupas e de luta contra preconceitos. Seguiram essas conquistas todos os projetos de lei de regulamentação da profissão das prostitutas até hoje, com o Projeto de Lei Gabriela Leite em tramitação na Câmara Federal.

A história da prostituição está fortemente ligada à nossa sociedade, desde os primórdios dela até hoje. As prostitutas estavam presentes em todos os momentos de nossa história, em alguns, sendo fortemente perseguidas; em outros, sendo necessárias aos planos da sociedade. Essa população não permaneceu inerte frente a essas mudanças, organizadas, a prostitutas se dedicaram às lutas por melhorias sociais e de cidadania, alcançando diversas conquistas que vemos hoje. A prostituição masculina, por outro lado, não é facilmente localizada nos livros de história e nas pesquisas históricas em nosso país, configurando-se como uma população marginal dentro de um grupo que por si só já é marginal.

Na história do mundo, indícios de comportamentos que remontariam ao que hoje conhecemos como prostituição masculina são encontrados desde a Grécia Antiga. Anos depois, na Roma Antiga, a perseguição aos prostitutas homens era rigorosa, conta-se que, em 390 DC, Teodósio I condenava à fogueira todos os homens que se prostituíam em bordeis.

No Brasil, os primeiros relatos de prostituição masculina são do final do século XVI (MOTT, 1998), sendo encontrados registros documentais de pesados castigos aplicados àqueles que manifestavam qualquer desejo fora dos padrões morais da época. Destaca-se, na história da prostituição no Brasil, o caso de Jerônimo Parada, identificado como o primeiro michê do Brasil, que, em 1591, confessou à Inquisição ter cometido “o pecado da sodomia”

com o vigário em troca de dois vinténs. Para a igreja da época, a sodomia era um pecado gravíssimo que deveria ser castigado na tentativa de suprimir a culpa e o desejo.

A obscuridade histórica relativa à prostituição masculina é acompanhada pela quase completa inexistência de movimentos organizados de garotos de programa no país, com exceção de movimentos existentes em Manaus e Porto Alegre, em conjunto com Organizações Não Governamentais dedicadas à defesa dos direitos da comunidade GLBT. Porém, mesmo não tendo uma participação e representação de classe nas conquistas dos trabalhadores do sexo no Brasil, eles acabam beneficiados nessas conquistas, principalmente as alcançadas pelo movimento de prostitutas. Na Classificação Brasileira de Ocupações, a categoria “profissional do sexo” inclui “Garota de programa, Garoto de programa, Meretriz, Messalina, Michê, Mulher da vida, Prostituta, Trabalhador do sexo”. Da mesma forma, o Projeto de Lei Gabriela Leite inclui esses trabalhadores. Em seu primeiro artigo fala:

Considera-se profissional do sexo toda pessoa maior de dezoito anos e absolutamente capaz que voluntariamente presta serviços sexuais mediante remuneração. (Lei Gabriela Leite, 2012).

Garoto de programa, michê, acompanhante, massagista, são diversos os nomes utilizados para os atores da prostituição masculina, porém nenhum se referiu à sua atividade laboral com o termo “profissional do sexo”. Rodrigues (2003), em entrevistas realizadas em sua tese de doutorado com mulheres pertencentes à Rede Brasileiras de Prostitutas, afirma que o movimento inicialmente adotou o termo “profissionais do sexo”, porém atualmente muitas lideranças têm retornado ao uso do termo “prostituta”, por compreenderem que sua utilização, ao invés de mascarar a realidade desse trabalho, ajuda a enfrentar o estigma que sempre esteve ligado às prostitutas.

De acordo com o presidente da Rede Nacional de profissionais do sexo, resgatar a denominação prostituta significa, neste sentido, confrontar diretamente o preconceito e a discriminação, ao mesmo tempo em que valorizar as mulheres que sobrevivem da prostituição, sem eufemismos. (RODRIGUES, 2003, p. 117).

Para a prostituição masculina, o termo “profissional do sexo” parece surgir com o dificultador “profissionalismo” em uma atividade que, para eles, sequer é compreendida como trabalho. Voltamos, então, às dificuldades de lidar com os estigmas e preconceitos desse trabalho, principalmente os relacionados com a abertura à diversidade sexual requerida pela atividade. De todo modo, os termos utilizados parecem atuar em uma ressignificação identitária de seus trabalhadores, numa tentativa de profissionalizar seus corpos e suas

subjetividades para superarem as dificuldades envolvidas com seu trabalho que possui suas regras, roteiros e relações próprias que muitas vezes são contrárias aos desejos e interesses dos garotos de programa. A fala abaixo apresenta a resposta de uma dos entrevistados ao ser questionado sobre os pontos que ele considera negativos no trabalho como garoto de programa.

Pra mim, não tem pontos positivos. Tem muitos pontos negativos. Já vi várias entrevistas que pessoas fazem da prostituição seu ganho de vida, mas aqui fora, mas aqui no Brasil, aqui, no Ceará, é difícil. Difícil porque é um valor baixo. Em SP, dá pra tirar um valor legal ou pelo custo de vida. E fora dá pra ter alguma coisa assim, porém você tem que saber administrar bem. E tem que ralar. (Entrevista 2)

Nos ambientes das saunas, nos quais ocorre uma troca de benefícios entre sauna, garotos de programa e clientes, há um comércio do mercado do sexo muito bem estruturado. Os proprietários ou administradores dos estabelecimentos figuram, muitas vezes, como efetivos agenciadores da prostituição masculina. Os garotos de programa, como forma de se manter nas saunas, seguem as regras dos donos desses estabelecimentos, sendo temerosos a eles:

Aqui é assim: você passa três meses sendo observado pelo dono, tem que seguir na linha. Depois disso, ganha a chave do armário e começa a ser mais respeitado, mas, se pisar na bola, chamam você pra conversar. Aqui ninguém quer sair, porque o ambiente é bom, sem as pressões da Dragon, por exemplo. (Entrevista 2)

A prostituição masculina mostra-se, assim, pautada no mesmo sistema capitalista que estabelece as relações de poder embasadas na exploração da força de trabalho humano, através de mecanismos que burlam o Estado e capturam a subjetividade dos trabalhadores (ALVES, 2000). Para Russo (2011), no jogo do mundo do trabalho, o dinheiro toma importância em detrimento do ser humano, tanto que, em qualquer local, independentemente do tempo ou da cultura, pessoas trocam e trocarão suas ideias, ideais, força física e mesmo o sexo por dinheiro. Esse dinheiro, cultuado pela mídia como “fácil”, a depender do movimento no local de trabalho, é variável e os garotos de programa possuem um pensamento crítico sobre ele:

Às vezes, consegue comprar algumas coisas. Mas é um dinheiro que, se você não aplicar em alguma coisa, que, se ganhar uma grana no mês e não aplicar em outra, eu digo que é igual uma folha. Passou um vento, já era. Some. (Entrevista 3)

Mesmo com as dificuldades, os garotos de programa permanecem na atividade por longos períodos, podendo ter intervalos de meses ou anos, mas sempre voltando. Sobre a permanência nesse trabalho, um dos entrevistados justificou como sendo:

Comodismo. Comodismo de você se juntar a outra pessoa somente para um sexo casual, com cervejas, bebidas, algumas drogas. E sabendo que uma hora, 2 horas você vai estar ali com cem reais, cento e cinquenta no bolso. E só. Somente comodismo. (Entrevista 1)

A venda do corpo por sexo transforma o garoto de programa em um objeto de consumo, já que a prostituição constitui uma relação de compra e venda. Ele é suporte para normas e transgressões, no qual características anatômicas, gestuais e comportamentais compõem ações e práticas. Essa utilização do corpo e da afetividade surge como um facilitador no processo de desconstrução do gênero, de enfraquecimento de parâmetros heteronormativos e de transgressão de padrões sociais sobre o trabalho. As práticas sexuais nessa atividade são diversas, sendo a questão “atividade/passividade” ainda importantíssima no jogo de negociações:

Cara, aqui é assim: se você perguntar de primeira, todo mundo vai dizer que só faz ativo. Mas depois de conversar um pouco todos que tão aqui agora topam ser passivos também. Ninguém vai falar de primeira pra não perder cliente. (Entrevista 2).

A posição sexual é de profunda importância tanto para garotos de programa, quanto para seus clientes, pois a dicotomia ativo-passivo ressalta a relação “macho-fêmea”, presente na lógica binária da concepção de gênero. Nessa atividade, a lógica da dominação simbólica estabelecida nas relações heterossexuais se mantém presente (FÁBREGAS-MARTINEZ, 2000). Para Perlongher (1987), a relação sexual na prostituição masculina inscreve-se em um sistema classificatório hierárquico ou popular que divide os sujeitos segundo uma suposta postura de “macho ativo e bicha passiva”. Ainda para esse autor, a carga de preconceito sempre recai sobre a segunda figura, isto é, o que é penetrado na relação sexual, sendo estabelecida uma relação hierárquica na qual esse estaria em uma posição inferior se comparada à do sujeito que penetra, que não teria sua virilidade abalada na relação homossexual.

Como na fala acima, as fronteiras entre as posturas sexuais de “ativo/passivo” não são absolutas, mas negociáveis durante o acordo sexual. Santos (2013, p. 83), em seu estudo etnográfico sobre a prostituição masculina de rua em Fortaleza, explica:

De fato, o garoto de programa sempre se apresenta como viril, penetrador ou ativo, mas, em algumas ocasiões, pode desempenhar a função passiva. Essa postura sexual, no entanto, não deve ser verbalizada para os outros michês nem para os clientes, para não haver perda de prestígio no ramo de atividade sexual. Ser “passivo” significa não só perdas simbólicas, mas redução da demanda de clientes, pois há os que não aceitam “michê que faz tudo”. Essa atitude não é tão rígida na privacidade,

pois, quando algum cliente manifesta o desejo de penetrar o michê, a negociação poderá quebrar a regra, dependendo da oferta proposta.

A negociação da postura sexual é uma das várias estratégias criadas para sobrevivência simbólica no trabalho de garotos de programa que visam a possibilitar sua inserção na chamada “sociedade salarial” (CASTEL,1998) através dos ganhos econômicos obtidos nos programas. Nesse processo de inserção, são utilizados recursos de criatividade, de inovação, de sensibilidade, de capacidade de ação política e de libertação para dar conta da marginalização vivenciada nas em seus ambientes laborais, assim como na sociedade como um todo, principalmente devido à desproteção proveniente do Estado, que inclui os garotos de programa como alvo de políticas de ordem e controle social nos espaços públicos. Mesmo sem uma organização de trabalhadores socialmente instituída, os garotos de programa acabam possuindo vínculos de proteção, como nos explica Dejours (1994), é através de estratégias coletivamente construídas que os trabalhadores conseguem ser capazes de reconstruir a lógica de pressões no cotidiano de trabalho que os fazem sofrer e, dessa forma, evitar patologias relacionadas ao trabalho:

Pô, no meu caso, assim, eu fui muito bem orientado, eu acho assim, no começo, eu arrumei uns amigos legal, que eu via que eles viam que eu tava com medo e começou a me dar umas dicas, aí assim é igual aquele negócio de experiência, às vezes você vive a experiência pelo outro, você entendeu? Uma rua escura aqui e uma clara. E muitas pessoas já foram assaltadas nessa rua, não precisa eu passar lá pra ser assaltado pra mim ter essa experiência não, que várias pessoas já passaram lá. Eu digo assim: ó, vá por essa que é mais segura. Então, pela experiência deles, eu segui. Então, assim, no começo assim, essas coisas de orientação, até de prevenção, era uma coisa que eu me cuidava muito, tipo assim: teve um colega que falou pra mim que ele disse assim: “Olhe, macho, quando um cliente chegar, que você tiver na rua e ele pedir pra transar sem camisinha, por mais que ele lhe ofereça, você não queira porque com certeza ele transa sem camisinha com todo mundo”. Porque se uma pessoa chega lá, não te conhece, você fazendo programa e quer... Eu conheço mil pessoas ali que já fez sem camisinha então a probabilidade de ter alguma doença é muito maior, entendeu? (Entrevista 3).

Entretanto, os vínculos parecem ser frágeis e perenes. A competitividade, o preconceito entre garotos e a visão da prostituição como um “não-trabalho” tendem a afastá-los da criação de associações, movimentos e qualquer união fortalecida de classe. A “inexistência social” (ARENDRT, 1993, CASTEL, 1998, CHATEL, 2002) mantém esses trabalhadores ainda como os “sem trabalho”, sem reconhecimento e sem cidadania; abrindo espaço para a constante exploração de seus serviços e precarização da prostituição, fortalecendo o *locus* marginalizado desse trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante os dois anos de mestrado dediquei atenção especial aos fenômenos que estivessem relacionados à temática da prostituição masculina, principalmente no que concerne sua relação com o mundo do trabalho, as questões de gênero e a expressão da sexualidade. A imersão que empreendi durante esse tempo não se compara à das pesquisas anteriores, tanto em relação ao aprofundamento das discussões teóricas e metodológicas, quanto em relação à vivência nos espaços de prostituição. Descobri que falar sobre o trabalho de garotos de programa significa também ser militante na defesa de direitos e da cidadania dos trabalhadores marginalizados. Produzir um trabalho acadêmico nessa temática é defender a existência deles em uma sociedade que finge não enxergá-los. O desconforto em falar sobre prostituição masculina por parte de colegas da academia, as dificuldades com o comitê de ética, a desaprovação em eventos científicos se misturam à grande curiosidade e ao encantamento que esses mesmos colegas da academia demonstram ao se aproximarem das temáticas envolvendo trabalho e sexualidade.

A investigação da atividade laboral, ou porque não chamar aqui da forma que acredito que ela deva ser nomeada, do trabalho de garotos de programa da cidade de Fortaleza, me aproximou, de certa forma, das implicações e repercussões vividas por eles. A problemática dessa pesquisa, que objetivou compreender como esse trabalho ocorre, como ele é vivenciado por seus atores, que repercussões ele traz e o que pode produzir, surge como temática relevante à Psicologia Social do Trabalho, exigindo a utilização de recursos metodológicos específicos que possibilitem sua investigação. Para uma problemática tão ampla, uma metodologia de aproximação dessa realidade e atores precisou ser igualmente ampla para dar conta do cotidiano desses trabalhadores, a etnografia.

Passei ao todo dez meses frequentando as duas principais saunas gays da cidade, além de habitualmente percorrer outros espaços de prostituição masculina como o centro da cidade e a região da Beira-mar, de acessar *sites* de prostituição, notícias, imagens, reportagens, dentre outras fontes de informação. Como já citado anteriormente, para Sato e Souza (2001), o estudo da subjetividade não deve se restringir somente ao que as pessoas “pensam ou conhecem”, mas abranger tudo o que “faz sentido” para elas e conhecer o contexto material no qual as interações se dinamizam, portanto, conhecer e reconhecer o trabalho de garotos de programa demandam a entrada em campo por parte do pesquisador, a observação de suas relações com clientes, com outros garotos de programa e com outros sujeitos que estão

próximos de suas atividades. Logo, somente o convívio com esses sujeitos me garantiria atingir o objetivo principal desse estudo.

Os relatos tanto do trabalho dos garotos de programa, quanto de minhas reações e experiências de campo enriqueceram esse trabalho e minha formação pessoal-profissional-acadêmica, pois, ao fazer parte da sociedade que oprime e estigmatiza esses trabalhadores, foi para mim possível verificar meus próprios preconceitos e resistências às questões relacionadas à prostituição, modificando meu modo de percebimento e minha visão sobre essa atividade, quebrando estereótipos tão enraizados em nossa cultura. A superação de preconceitos, a aproximação de espaços da cidade até então desconhecidos, a ressignificação sobre o funcionamento do mercado do sexo e das pessoas que nele estão inseridas a partir da imersão nos campos possibilitaram minha identificação com o fazer etnográfico.

Entretanto, na realização da pesquisa, surgiram algumas dificuldades, sendo a principal delas relacionada ao tempo. Realizar esse tipo de pesquisa durante tão pouco tempo foi um grande desafio, pois a aproximação do cotidiano de garotos de programa somente surge com o estreitamento de laços do pesquisador com esses trabalhadores, conhecidos pela dificuldade de acesso e de contato devido à condição e representação social da prostituição masculina, foco desse estudo. Os facilitadores das pesquisas anteriores, isto é, o contato com os donos de sauna que apresentavam e disponibilizavam alguns garotos de programa para as entrevistas não ocorreu dessa vez, justamente para garantir a fidedignidade dos dados coletados. Por outro lado, alguns atores envolvidos no mercado do sexo da prostituição masculina facilitaram meu acesso e coleta de dados, em especial um dos garotos de programa pesquisados que me indicou colegas de trabalho que poderia servir de informantes nas entrevistas. Infelizmente essa ajuda na aproximação dos informantes somente surgiu próximo ao término da pesquisa, impossibilitando a realização de mais entrevistas gravadas.

A investigação do trabalho de garotos de programa expõe a configuração do mundo do trabalho na contemporaneidade, em especial daqueles que são relegados a espaços à margem, espaços de não aceitação social e trabalhista. Robert Castel (1998) surge nesse contexto como primordial na ressignificação da temática dos comumente chamados “excluídos”, abrindo espaço para a compreensão desses a partir do viés da filiação/desfiliação. Nesse trabalho compreendeu-se que os trabalhadores do sexo se encontram em um espaço entre a filiação e a desfiliação, em um espaço de vulnerabilidade, sendo marcados pela fragilidade das relações sociais e precarização das relações de trabalho.

Essa compreensão só se tornou possível a partir da realização dos objetivos específicos da pesquisa, com a identificação e a caracterização dos espaços de prostituição masculina na cidade, com fotografias e dados sobre os principais locais, como ênfase especial na definição das saunas gays, principalmente a Dragon Healthy Club e o Thermas Califórnia, as duas principais da cidade que ofertam/permitem o serviço de garotos de programa em suas dependências. A caracterização desses espaços principais para a pesquisa foi feita respeitando não só a configuração deles, mas também as vivências e as sensações do pesquisador. Através desses dados pude conhecer as negociações e regras presentes em ambas as saunas, compreendendo as diferenças entre eles, entre as relações de garotos de programa com clientes, com demais trabalhadores da sauna e com outros garotos de programa. As regras implícitas nas negociações possibilitaram uma nova visão sobre a organização do trabalho da prostituição, sua organização e seus vínculos, muitas vezes semelhantes aos vínculos empregatícios.

Dragon e Califórnia são saunas com objetivos diferentes, e, portanto, acabam por possuir clientes, garotos e relações diferentes. A primeira busca atender uma clientela com maior poder aquisitivo e em busca prioritariamente de relações sexuais casuais, exigindo dos garotos de programa que lá ofertam seus serviços um perfil dentro do padrão de beleza vigente, com jovialidade, corpos malhados, tatuagens e virilidade. Já na Califórnia, os padrões estéticos dos garotos de programa se assemelham ao padrão comum da cidade, isto é, sem o excesso de hipertrofia dos músculos e a virilidade presentes na outra sauna. A Califórnia também se diferencia no que diz respeito ao perfil dos clientes, contando com uma média de idade superior a dos clientes da Dragon e poder aquisitivo reduzido, tendo por objetivo utilizar a sauna mais como espaço de convivência com pares do que como espaço unicamente de contato sexual.

As saunas, como primordial local de oferta regular de serviços sexuais da prostituição masculina em Fortaleza, se configuram como ambientes de trabalho dos garotos de programa e, assim como outros ambientes de trabalho, são fundamentais no processo de subjetivação de seus trabalhadores. Esses processos compreendem discursos, instituições, leis, enunciados científicos, proposições morais, dentre outros elementos, em rede. No caso da prostituição, eles fogem do padrão afetivo/sexual vigente, sendo seus atores relegados à margem. Esse espaço à margem é analisado nesse trabalho dentro do contexto de filiação/desfiliação dos garotos de programa.

A divisão “marginal/laboral” utilizada como condução dessa pesquisa expõe a situação atual do trabalho da prostituição na cidade. Ao mesmo tempo em que os garotos de programa sofrem devido a estigmas e preconceitos relacionados à atividade e às questões de orientação sexual e gênero, os mesmos são inclusos nas políticas públicas de defesa da cidadania e direitos trabalhistas do movimento social de prostitutas. Destacam-se nessa luta por direitos, a inclusão de “profissionais do sexo” na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e a criação da Lei Gabriela Leite, que visa à regulamentação da atividade desses profissionais. Entretanto julga-se que a balança laboral/marginal tem pendido mais para a inclusão desses trabalhadores em um espaço à margem social, principalmente devido a julgamentos morais de condutas laborais e sexuais supostamente corretas. O fato mais agravante dessa situação parece ser a incorporação dessas normas sociais pelos próprios garotos de programa, o que fortifica a representação social negativa da atividade.

Frente a essa condição relegada ao seu trabalho, os garotos de programa criam estratégias que possibilitam a participação na chamada “sociedade salarial” (CASTEL,1998). Nesse processo, são utilizados recursos de criatividade, de inovação, de sensibilidade, de capacidade de ação política e de libertação para dar conta da marginalização, assim como da desproteção proveniente do Estado, que inclui os garotos de programa como alvo de políticas de ordem e controle social nos espaços públicos. Entretanto as resistências criadas nesse processo não deixam espaço para além da sobrevivência, impedindo a criação de laços de estabilidade. A “inexistência social” (ARENDRT, 1993, CASTEL, 1998, CHATEL, 2002) se mantém sem trabalho, sem reconhecimento e sem cidadania desses trabalhadores.

Não podemos esquecer que, de acordo com Marx (2006), a essência do homem está no trabalho, o que o homem produz é o que ele é; que o trabalho se coloca como central na vida dos homens: é ele que funciona como fator de mediação entre o homem e a natureza, entre o homem e o “si mesmo”. Com base nisso, e compreendendo que garotos de programa são também trabalhadores, questiono ao final desse trabalho, qual o papel que a Psicologia Social do Trabalho vem desempenhando junto aos trabalhadores marginalizados?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, V. B. S. et al. **Produção de sentido sobre masculinidade nas práticas discursivas dos garotos de programa**. Trabalho final da disciplina Pesquisa em Psicologia II. Curso de Psicologia, Universidade Federal do Ceará, 2005.
- ABREU, V. B. S. et al. **Prostituição Masculina e Sofrimento Psíquico**: a produção de sentido dos garotos de programa sobre sua prática prostituinte. Pesquisa apresentada no VIII Seminário PET – Psicologia UFC: Discutindo Caminhos para a Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão. Universidade Federal do Ceará, 2007.
- ABREU, V. B. S.; OLIVEIRA, R. **Relatório de Psicologia Ambiental**: Cinevideos pornô de Fortaleza. 2009.
- ABREU, W. **O submundo da prostituição**: vadiagem e Jogo de bicho. Rio de Janeiro. Editora Record, 1998.
- ADORNO, R. C. F.; SILVA JUNIOR, G. P. Visibilidade e invisibilidade do trabalho de garotos de programa. In: DAYRELL, J.; MOREIRA, M. I. C.; STENGEL, M. (Orgs.). **Juventudes contemporâneas**: um mosaico de possibilidades. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2011.
- ALBORNOZ, S. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- ALMEIDA, Sérgio Alves de. **Prostituição masculina**. IN: Nelson Vitiello (org). Sexologia II-II. 1º ed., São Paulo: Roca, 1986.
- ALONSO, L. E. **La mirada cualitativa en sociología**. Madrid: Ed. Fundamentos, 1998.
- ALVES FILHO, M. **Asas do desejo**. Jornal da UNICAMP [Internet]. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/jornalPDF/ju269pag12.pdf>. Acesso em: Fev. 2014.
- ALVES, G. **Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório**: O novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem-que-trabalha. Revista Estudos do Trabalho, 2010. Recuperado em 10 março 2012, de <http://www.estudosdotrabalho.org>.
- ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo, Coleção Mundo do Trabalho. Boitempo Editorial.2000.
- ALVES, Giovanni. **Trabalho e sindicalismo no Brasil dos anos 2000 dilemas da era neoliberal**. In: ANTUNES, R (org). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006.
- ALVES, Maria Aparecida. **Setor informal ou trabalho informal?** Uma abordagem crítica sobre o conceito de informalidade. Campinas, 2001, 156f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.
- ANDRADA, C. F. **Etnografias em Psicologia Social**: notas sobre uma aproximação fecunda. Ponto.Urbe (USP), v. 7, 2010. p. 129.

ANTUNES, R. & ALVES, G. **As Mutações do Mundo do Trabalho na Era da Mundialização do Capital**. Educ. Soc., 25(87), 335-351, 2004. Acessado em 26 de junho de 2012, < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302004000200003&lng=en&nrm=iso/>.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

ANTUNES, R. **Século XXI** : nova era da precarização estrutural do trabalho? In: Rosso, S. & Fortes, J. Condições de trabalho no limiar do século XXI. Brasília: Época, 2010.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo, Cortez/Unicamp, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo / Coleção Mundo do Trabalho, 2005.

AQUINO, Cássio Adriano Braz de. **O tempo como substancialidade do trabalho**: o tempo industrial e o tempo de trabalho. 2008.

ARAÚJO, Martinho Tota Filho Rocha de. **Entre a luxúria e o pudor**: a história do sexo no Brasil. Revista Ártemis, v. 13, n. 1, 2012.

ARAÚJO, Rogério. **Prostituição**: artes e manhas do ofício. Goiânia: Cãnone, 2006.

ARAÚJO, Romilda Ramos; SACHUK, Maria Iolanda. **Os sentidos do trabalho e suas implicações na formação dos indivíduos inseridos nas organizações contemporâneas**. Revista de Gestão USP, v. 14, n. 1, p. 53-66, 2007.

ARENDT, H. **A condição humana**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2007.

ARENDT, Hannah. **A dignidade da política**. Ensaios e conferências. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

ARENT, M. **Introdução ao tema da prostituição masculina**. 2001. Disponível em: <http://copsa.cop.es/congrssoiberoa/base/social.htm>. Acessado em: 15 set. 2012.

BACELAR, Jéferson Afonso. **A família da prostituta**. Salvador – BA. Editora Ática. Fundação Cultura do Estado da Bahia, 1982.

BARRETO, L., SILVEIRA, C., GROSSI., **Notas etnográficas sobre prostituição masculina em Florianópolis**: entre o trabalho, o afeto e a sexualidade. Revista Ciência Humanas, Florianópolis, Volume 46, nº 2, p. 511-534, Outubro de 2012.

BECKER, H. **Falando da Sociedade**: Ensaios sobre diferentes maneiras de representar o social. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BENEDETTI, M. **Toda feita**: o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BENITEZ, Maria Elvira Diaz. **Nas redes do sexo: bastidores e cenários do pornô brasileiro.** Tese (Doutorado). PPGAS/MN/UFRJ, 2009.

BINGHAM, W. H.; MOORE, Bruce Victor. **How to interview.** Nova Iorque: Warper Brothers, 1941.

BLANCHETTE, Thaddeus Gregory; SILVA, AP da. **Amor um real por minuto.** Paper apresentado no Diálogo Latino-Americano sobre Sexualidade e Geopolítica (2009). Disponível em <http://www.sxpolitics.org/pt/wp-content/uploads/2009/10/sexualidade-e-economia-thaddeus-blanchette-e-ana-paula-da-silva.pdf>. Acessado em, v. 20, n. 06, p. 2010, 2009.

BOTELHO, A. P. et al. (2008). **Meninos de rua: desafiados em busca de saúde mental.** Psicologia em Estudo, 13(2), 361-370.

BOUERI, Rodrigo Miguel. **Turismo e exploração sexual infanto-juvenil:** Fortaleza – CE (Brasil). Monografia. Instituto de Ensino Superior de Brasília – IESB, 2004.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina.** Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1999.

BOUYER, Gilbert Cardoso. **Contribuição da Psicodinâmica do Trabalho para o debate:** “o mundo contemporâneo do trabalho e a saúde mental do trabalhador”. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, v. 35, n. 122, p. 249-59, 2010.

BRASIL. **Código Penal, Código de Processo Penal e Constituição Federal.** Organizador Luiz Flávio Gomes. Revista dos Tribunais. São Paulo, 2004.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 4.211,** de 2012. Lei Gabriela Leite. Legislação Federal. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=32BFF66F055813F2879DA1BD87681B56.node2?codteor=1019532&filename=Avulso+-PL+4211/2012 . Acesso em: 10 jan. 2014.

BRAZ, Camilo Albuquerque de. **"Como num filme pornô":** notas sobre (des) controle e corpos que importam em clubes de sexo masculinos. 2010.

BRONFMAN, A. V.; MARTÍNEZ, I. **La socialización en la escuela:** una perspectiva etnográfica. Barcelona: Paidós, 1996.

BUTLER, Judith. **Undoing gender.** New York: Routledge, 2004.

CAMPOS, Luiz F. de L. **Etapas do trabalho científico.** In: _____. Métodos e Técnicas de Pesquisa em Psicologia. 2 ed. Campinas: Alínea. Cap. VI, p. 103-120, 2001

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. **O trabalho do antropólogo :** ver, ouvir e escrever. Brasília: Paralelo 15, São Paulo Editora UNESP, 2000.

CASTEL, Robert. **A insegurança social:** o que é ser protegido. Petrópolis: Vozes, 2005.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis, Vozes, 1998.

CAVALCANTE, Adriana Costa. **As Iracemas e os príncipes do além-mar**: políticas públicas e a exploração do turismo sexual no Ceará. Dissertação (mestrado). Universidade de Fortaleza (Unifor), 2011.

CHÂTEL, Viviane (2002) **A responsabilidade pelo outro**: um preliminar à confiança. (in) BALSAL, C. Confiança e Laço social. Lisboa, CEOS, Inquérito.

CICOUREL, A. **Teoria e método em pesquisa de campo**. In: GUIMARÃES, A. (Sel.). Desvendando Máscaras sociais. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990. p. 87-121

COELHO, Ana Lúcia de AL; GODOI, Christiane K. **Coerência entre o discurso institucional e o discurso midiático sobre a sustentabilidade**. DOI: 10.5773/rgsa. v4i3. 329. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 2010, 4.3.

COLARES, Maria Carmelita S. **Poder, dominação e violência**: um “olhar” sobre a exploração sexual comercial de adolescentes. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual do Ceará (UECE), 2006.

COLBARI, A. L. **Ética do trabalho**. São Paulo: Letras & Letras/Ed. Da FCAA/UFES, 1995.

CONDE, F. G. del A. **Análisis sociológico del sistema de discursos** (Cuadernos Metodológicos 43). Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas (CIS), 2009.

COSTA, Andreia da Silva. **O tráfico de mulheres**: o caso do tráfico interno de mulheres para fins de exploração sexual do Estado do Ceará. Dissertação (mestrado). Universidade de Fortaleza (Unifor), 2008.

COSTA, Jurandir Freire. **A Face e o Verso**: Estudos sobre o Homoerotismo II. São Paulo: Escuta, 1995.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro, Editora Graal, 2004.

COSTA, Nhandeyajara de Carvalho. **O lado duro da vida fácil**: a exploração sexual de meninas adolescentes na periferia de Fortaleza/CE e o resgate da cidadania. Dissertação (mestrado). Universidade de Fortaleza (Unifor), 2005.

CRESWELL, J. W. **Research design**: qualitative and quantitative approaches. Thousand Oaks: Sage, 1994.

D'ACRI, Vanda. **Trabalho e saúde na indústria têxtil de amianto**. São Paulo em perspectiva, v. 17, n. 2, p. 13-22, 2003.

DE SOUZA BARRETO, Victor Hugo. **“Às vezes eu me sinto uma puta da zona!”**—A atividade da prostituição vista por garotos de programa. 2011.

DEJOURS, C. & MOLINIER, P. **Le travail comme énigme**. Sociologie du Travail, XXXVI, Hors série, 35-44. Paris – France, 1994.

DEJOURS, C., ABDOUCHELLI, E., & Jayet, C. **Psicodinâmica do trabalho**: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 1994.

DEL PRIORE, Mary. História das Mulheres: As Vozes do Silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 217-235.

DESLANDES, S.F.; ASSIS, S.G. Abordagens quantitativa e qualitativa em saúde: o diálogo das diferenças, pp. 195-226. In: MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. (orgs.). **Caminhos do pensamento**: epistemologia e método. Fiocruz, Rio de Janeiro, 2002.

DÍAZ-BENITEZ, María Elvira. **Nas redes do sexo**. Os bastidores do pornô brasileiro. Rio de Janeiro, Zahar, 2010.

DINIZ, Beatriz Ferraz. **Os Indesejáveis da Praça da Sé** (SP). Uma Aproximação Etnográfica. Ponto Urbe. Revista do núcleo de antropologia urbana da USP, n. 12, 2013.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **A reconstituição da realidade**: um estudo sobre a obra etnográfica de Bronislaw Malinowski. Editora Ática, 1978.

ENGEL, Magali. **Psiquiatria e feminilidade**. In: PRIORE, Mary Del (org.). História das mulheres no Brasil. 7ªed. São Paulo: Contexto, 2004.

ESPOSITO, Ana Paula Gomes; KAHHALE, Edna Maria Peters. **Profissionais do sexo**: sentidos produzidos no cotidiano de trabalho e aspectos relacionados ao HIV. Psicologia: reflexão e crítica, v. 19, n. 2, p. 329-339, 2006.

FÁBREGAS-MARTÍNEZ, Ana Isabel. **A identidade masculina entre os michês de Porto Alegre**. IN: FREITAS, Karen Bruck, FÁBREGAS-MARTINEZ, Ana Isabel e BENEDETTI, Marcos Rentato. Na Batalha: sexualidade, identidade e poder no universo da prostituição. Porto Alegre: Dacasa: Palmarica, 2000.

FALEIROS, Eva T. Silveira. **A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes no mercado do sexo**. In: LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra e SOUSA, Sônia M. Gomes (org). A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil. Reflexões teóricas, relatos de pesquisas e intervenções psicossociais. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão Européia do livro, 1972.

FERREIRA, Daniel Rogers de Souza. **Prazer com segurança?** – As relações entre michês e polícia num ponto de prostituição do centro de Fortaleza. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual do Ceará/Centro de Estudos Sociais Aplicados, 2011.

FONSECA, Cláudia. **A dupla carreira da mulher prostituta**. Estudos Feministas, Rio de Janeiro, n. 1, 1996.

FONSECA, Claudia. **Quando cada caso não é um caso**. Revista Brasileira de Educação, v. 10, p. 58-78, 1999.

FONSECA, Guido. **História da prostituição em São Paulo**. Editora Resenha Universitária, 1982.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I – A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

FRIGOTTO, G. **A ideologia que embala a galinha dos ovos de ouro**. In: PIKANÇO, I.; TIRIBA, L. (Orgs). Trabalho e Educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária. Aparecida, S.P: Idéias & Letras, 2004.

FRIGOTTO, G. **Os delírios da razão: Crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional**. In: Pedagogia da exclusão: Crítica ao neoliberalismo em educação. GENTILI, P. (org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. (Coleção estudos culturais em educação).

GARCIA, M. R. V. **Prostituição e atividades ilícitas entre travestis de baixa renda**. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 11, 241-256. 2008.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1989.

GODOI, C. K. Perspectivas de análise do discurso nos estudos organizacionais. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e técnicas**. São Paulo: Saraiva, p. 357-401, 2006.

GOFFMAN, Erving. **Estigma e identidade social**. 1988.

GONÇALVES, Luiziânia da Silva. **Avaliação da Política Pública da Secretaria de Turismo de Fortaleza no Enfrentamento a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Ceará (UFC), 2008.

GONDIM, Linda. **“Prostiturismo” feminino em Fortaleza: um encontro de Cupido com Mercúrio?**, In: BENEVIDES, Ireleno Porto. Turismo e PRODETUR: Dimensões e olhares em parceria. Fortaleza: EUFC, 1998.

GONTIJO, Fabiano. Imagens identitárias homossexuais, carnaval e cidadania. RIOS, L. F. et al.(Org.). **Homossexualidade: produção cultural, cidadania e saúde**. Rio de Janeiro: ABIA, 2004.

GONZÁLEZ, R. E. Y.; FERNANDO, L. **Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios**. São Paulo: Thomson, 2002.

GRIFFIN, Karen. A inserção dos homens nos estudos de gênero: Contribuições de um sujeito histórico. Ciência & Saúde Coletiva, 10(1), 47-57, 2005.

GUALDA, Dulce Maria Rosa; HOGA, Luiza Akiko Komura. **Pesquisa etnográfica em enfermagem**. Revista da Escola de Enfermagem da USP, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 410-422, 1997.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2007.

LAKATOS, Eva M. & MARCONI, Marina de A. (). **Técnicas de pesquisa**. In: _____. Técnicas de Pesquisa. 5 ed. São Paulo: Atlas. Cap. 3, p. 87-92. 2002.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo**. 2001.

LE BLANC, G. **Vidas ordinarias, vidas precarias**: sobre la exclusión social. Buenos Aires: Nueva Visión, 2007.

LEITE, Gabriela Silva. **A mulher delinqüente, a prostituta e a mulher normal**. In: Tempo e presença. Ano 15. N. 268, São Paulo: Koinonia, Centro Ecumênico de Documentação e Informação, 1993.

LINEBAUGH, P. & REDIKER, M. **A hidra de muitas cabeças**: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho**: ensaios sobre a sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MADER, H. **Lei da prostituição divide a Câmara**. Disponível em: <<http://jeanwyllys.com.br/wp/lei-da-prostituicao-divide-camara>>. Acessado em : 20 de abril de 2013.

MAIA, M. B.; CHACHAM, A. S.; LOPES, A. F. C. Profissionais do sexo e saúde. **Jornal da Rede Feminista de Saúde**, n. 25, p. 13-17, 2002.

MAIOLINO, Ana Lúcia Gonçalves; MANCEBO, Deise. **Análise histórica da desigualdade**: marginalidade, segregação e exclusão. *Psicologia & Sociedade*, v. 17, n. 2, p. 14-20, 2005.

MARX, K. **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MAZZIEIRO, João Batista. **Sexualidade criminalizada: prostituição e outros delitos**. *Revista Brasileira de História*. Vol. 18, nº3 5 – São Paulo, 1998.

MEDEIROS, Regina. **Prostituição e imaginário Popular**. V Encontro da Rede pastoral Oblata, Salvador, 2006.

MELO, V. A; PERES, F. F.; MELO, M. P.; VALENTE, K. N.; MORAES NETO, E.; SANTANA, A. L. **Lazer e prostituição**. 2001. Disponível em: <<http://www.eefd.ufrj.br-lazer-prostituicao/home.html>>. Acesso em: Fev. 2014.

MELO, Zélia Maria de; DEUSTO, Bilbao-Espanha. **Os estigmas**: a deterioração da identidade social. 2000.

MENDES, Ana Magnólia; MORRONE, Carla Faria. **A resignificação do sofrimento psíquico no trabalho informal**. *Revista Psicologia*, v. 3, n. 2, p. 91-118, 2003.

MENDES, Marcelo Nascimento; MARQUES, Luiz Alberto de Souza. “**A vida na zona**”: desigualdades, valores e as complexas redes que cotidianamente se estabelecem entre profissionais do sexo, sua prole e o mundo sob o foco educacional. ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História. Fortaleza, 2009.

MENDES, R.; CAMPOS, A. C. C. **Saúde e Segurança no Trabalho Informal**: Desafios e Oportunidades para a Indústria Brasileira. Revista Brasileira de Medicina do Trabalho (2) 3:209-223. Belo Horizonte (MG), 2004.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento científico: Pesquisa qualitativa em saúde (2a ed.). São Paulo: Hucitec & Abrasco, 1994.

MINAYO, M.C. S. & SANCHES, O. **Quantitativo-Qualitativo**: Oposição ou Complementaridade? *Cadernos de Saúde Pública*, 9(3), 239-262. 1993.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO. **CBO - Classificação Brasileira de Ocupações**. Disponível em: < <http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/saibaMais.jsf> > Acesso em: 20 de abril de 2013.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Portaria 397/2002** – CBO – Classificação Brasileira de Ocupações. Brasília: MTE, 2002.

MOLINA, A. M. R. & KODATO, S. **Trajetória de vida e representações sociais acerca da prostituição juvenil segundo suas participantes**. Temas em Psicologia, 13(1), 09-17, 2005.

MORAES, A. F. **Mulheres da vila**: prostituição, identidade social e movimento associativo. Petrópolis: Vozes, 1996.

MORAES, I. N. **Sexologia**: sexo, sexualidade e sexualismo. São Paulo: Lejus, 1998.

MORIN, Estelle M. **Os sentidos do trabalho**. RAE, v. 41, n. 3, p. 9, 2001.

MOTT, L. Estereótipos sexuais tupiniquins. Folha de São Paulo, São Paulo, 1998. Caderno Mais, p.18-1.

NARDI, H. **Ética, trabalho e subjetividade**: trajetórias de vida no contexto das transformações do capitalismo contemporâneo. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

NASCIMENTO, E. P. **A exclusão social na França e no Brasil**: situações (aparentemente) invertidas , resultados (quase) similares? In Diniz, E.; Leite Lopes, J. Sérgio e Prandi, R. (Orgs). O Brasil no rastro da crise. São Paulo/Rio de Janeiro: Anpocs–Hucitech-Ipea, 1994.

NÓBREGA, Manuel da. **Cartas do Brasil (1549-1560)**. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1931.

OIT. **Cidadania, Direitos Humanos e Tráfico de Pessoas**: Manual para Promotoras Legais Populares / Organização Internacional do Trabalho; Programa Segurança com Cidadania (MDG-F). 2. ed. rev. e ampl. - Brasília: OIT, 2012

OLIVAR, José Miguel Nieto. **Banquete de homens**. Sexualidade, parentesco e predação na prática da prostituição feminina. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 26, n. 75, p. 89-101, 2011.

OLIVEIRA, Juliana e Silva de. **Novas fronteiras do trabalho**: vivências à margem dos trabalhadores do tráfico de drogas. 2009. 138 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fortaleza-CE, 2009.

OLIVEIRA, Alexandra M. da Silva. **As Vendedoras de Ilusões**: Estudo sobre Prostituição, Alterne e Striptease, Lisboa, Editorial Notícias, 2004.

OMS. **Policies on sex work and health**. European Network for HIV/STD Prevention in Prostitution (Europap/Tampep 4) London: 1999. Acessado em 20 de dezembro de 2012: <http://www.who.int/hiv/topics/vct/sw_toolkit/policies_sw_health.pdf>

PASINI, Elisiane. **Sexo para quase todos**: a prostituição feminina na Vila Mimosa, *Cadernos Pagu*, n° 25, 2005.

PEIRANO, Mariza. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PELÚCIO, L. M. **Travestis, a (re)construção do feminino**: gênero, corpo e sexualidade em um espaço ambíguo. *Revista ANTHROPOLÓGICAS*, ano 8, volume 15(1): 123-154, 2004.

PEREIRA, A. **Sexo e prostituição**. Rio de Janeiro: Gráfica Record, 1967.

PERLONGHER, Nestor. **O negócio do michê: prostituição viril em São Paulo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PISCITELLI, Adriana. **Corporalidade em Confronto**: Brasileiras na indústria do sexo na Espanha. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 22, n. 64, p. 17-32, 2007.

PISCITELLI, Adriana. **Estigma e trabalho sexual**: comentários a partir de leituras sobre turismo sexual. Cáceres, Carlos; Careaga, Gloria, Frasca Tim; Pecheny, Mario.(Org.). *Sexualidad, estima y derechos humanos: desafíos para el acceso a la salud en América Latina*. Lima: FASPA/UPCH, p. 223-251, 2006.

QUIJANO, Aníbal; PEREIRA, Luiz. **Notas sobre o conceito de marginalidade**. Populações marginais. São Paulo: Duas Cidades, p. 10-71, 1978.

RAGO, Margareth. **Descobrimos historicamente o gênero**. *Cadernos Pagu*, n.11, p.89-98, 1998.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, v. 12, 1995.

RIBEIRO, M. A. **Prostituição de rua e turismo em Copacabana** - a Avenida Atlântica e a procura do prazer. *Revista TERRITÓRIO*, ano II, n° 3, jul./dez. 1997.

RIBEIRO, M., MATTOS, R. **Territórios da prostituição nos espaços públicos da área central do Rio de Janeiro**. *Revista TERRITÓRIO*, 1(1), 1996.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2011.

RICHARDSON, Roberto J. **Observação**. In: _____. Pesquisa Social: métodos e técnicas. 3 ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas. Cap. 16, p. 259-264. 1999.

ROBERTS, Nickie. **As prostitutas na história**. Ed. Rosa dos Tempos, 1998.

RODRIGUES, M. T. **Prostituição e polícia: um estudo de caso**. 372 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, 2003.

RODRIGUES, Marlene Teixeira. **A prostituição no Brasil contemporâneo: um trabalho como outro qualquer**. Rev. katálysis, p. 68-76, 2009.

RODRIGUES, Marlene Teixeira. **A prostituição no Brasil contemporâneo: um trabalho como outro qualquer**. Rev. katálysis, p. 68-76, 2009.

ROSA, Ferreira da. **O lupanar: estudo sobre o caftismo e a prostituição no Rio de Janeiro**. 1896.

RUSSO, Gláucia. **Amor e dinheiro: uma relação possível?**. Caderno CRH, v. 24, n. 61, 2011.

SANTOS, Maria Lourdes dos. **Da batalha na calçada ao circuito do prazer: um estudo sobre prostituição masculina no centro de Fortaleza**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2013.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SATO, L. Feira livre: organização, trabalho e sociabilidade. Tese de Livre Docência, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SATO, Leny; DE SOUZA, Marilene Proença Rebello. **Contribuindo para desvelar a complexidade do cotidiano através da pesquisa etnográfica em psicologia**. Psicologia Usp, v. 12, n. 2, p. 29-47, 2001.

SAWAIA, B. (Org.). As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 1999.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, n. 2 (jul./dez.), p. 71-99, 1995.

SELLTIZ, WRIGTSMAN & COOK. **Dados de observação e de arquivo**. In: _____. Métodos de Pesquisas nas Relações Sociais. 2 ed. São Paulo: EPU. Cap. 11, p. 95-120. 1987.

SILVA, J. de S.; BARBOSA, J. L. **O sentido do trabalho Informal na construção de alternativas socioeconômicas e o seu perfil no Rio de Janeiro**. Disponível em:<http://www.iets.inf.br/biblioteca/O_sentido_do_trabalho_informal_na_construcao_de_alternativas_socioeconomicas_e_o_seu_perfil_no_RJ.PDF>. Acesso em: 20 de abril de 2013.

SILVA, M. B. da. **Profissionais do sexo e o Ministério do Trabalho**. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5233>. Acessado em 20 de abril de 2013.

SILVA, Sergio Gomes da. **A crise da masculinidade: uma crítica à identidade de gênero e à literatura masculinista**. Psicologia: ciência e profissão, v. 26, n. 1, p. 118-131, 2006.

SINGER, Paul. **A universidade no olho do furacão**. Estudos avançados, v. 15, n. 42, p. 305-316, 2001.

SOARES, A. **Tão longe, tão perto: o trabalho no setor de serviços**. Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho, Ano 16, nº 26, 2011, 89-117.

SORJ, B. **Prefácio**. In A. F. Moraes (Org.), Mulheres da Vila: prostituição, identidade social e movimento associativo. Petrópolis: Vozes, 1995.

SOUZA NETO, Eptacio Nunes de. **Entre boys e frangos: análise das performances de gênero dos homens que se prostituem em Recife**. Dissertação de Mestrado/Programa de Pós-graduação em Psicologia- UFPE, 2009.

SPINK, P. K. **Organização como fenômeno psicossocial: notas para uma redefinição da psicologia do trabalho**. Psicologia & Sociedade, 8(1), 174-192, 1996.

SPINK, Peter Kevin. **O pesquisador conversador no cotidiano**. Psicologia & Sociedade, v. 20, n. spe, p. 70-77, 2008.

TAVARES, Aline Godois de Castro. **Prostituição como ocupação: complexificando o debate**. 2012. Disponível em: <http://www.strabalhoegenero.cienciassociais.ufg.br/uploads/245/original_aline_tavares_prostituicao.pdf>. Acessado em: Jan/2014.

TELLES, Vera. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

VELHO, G. Observando o familiar. In: NUNES, E. O. **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. **Notas ainda preliminares sobre exclusão social, um problema brasileiro de 500 anos**. Por uma sociologia da exclusão social, o debate com Serge Paugam. São Paulo, EDUC, 1999.

VILLELA, W.; BARBOSA, R. **Repensando as relações entre gênero e sexualidade**. 1996.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira L. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 36-82.

WEITZER, Ronald. **“Why we need more research on sex work”**, em Ronald Weitzer (org.), Sex for Sale: Prostitution, Pornography, and the Sex Industry, Londres, Routledge, pp. 1-16. 2000.

WESTPHAL, D., BARBOSA, C.. **Trabalhadores Invisíveis**: A Situação dos Profissionais do Sexo no Brasil. **Revista Jurídica Cesumar - Mestrado**, América do Norte, 12, out. 2012. Disponível em: <<http://cesumar.br/pesquisa/periodicos/index.php/revjuridica/article/view/2552/1757>>. Acesso em: 28 Abr. 2013.

WOLCOTT, H. F. **Ethnography at the crossroads**: A reply to Hammersley. *British Educational Research Journal*, 13, 297-307, 1987.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado a participar como voluntário de uma pesquisa. Você não deve participar contra a sua vontade. Leia atentamente as informações abaixo e faça qualquer pergunta que desejar, para que todos os procedimentos desta pesquisa sejam esclarecidos.

Caro participante

Gostaria de obter a sua autorização para realização de uma entrevista com o intuito de contribuir com esta pesquisa sobre as **repercussões do trabalho na vida de garotos de programa de Fortaleza**. A finalidade desse estudo é contribuir com a visibilidade e informações que auxiliem na elaboração de políticas públicas que garantam cidadania e respeito aos direitos dos trabalhadores do sexo.

A sua participação será respondendo as perguntas do entrevistador que versará sobre sua vida e sua relação com o trabalho e sociedade. Sua fala será gravada e você poderá contar sua história em qualquer lugar que se sinta à vontade. Também não se sinta preocupado com o tempo, pois você pode falar de forma livre sem uma duração delimitada. Quando você se sentir a vontade, poderá acrescentar algo que considere importante e que não lhe foi perguntado. Esta participação não pretende atrapalhar suas atividades. Você pode obter benefícios, pois, quando você reflete sobre sua vida, podem emergir novos sentidos e significados para você, percebendo elementos que não haviam sido compreendidos antes.

Você terá a liberdade de se recusar a participar e pode, ainda, se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo. Sempre que quiser, você pode pedir informações sobre a pesquisa através dos seguintes contatos do pesquisador responsável, psicólogo **Vinício Brígido Santiago Abreu** sob a orientação do **Professor Cássio Adriano Braz de Aquino** pelo telefone (85) 9911.0300 (você pode fazer ligações a cobrar caso necessário). As entrevistas gravadas serão arquivadas no Núcleo de Psicologia do Trabalho do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará. O material será destruído após o período de cinco anos. Na publicação dos resultados desta pesquisa a sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo e serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo (a), seguindo as normas éticas do Comitê de Ética em Pesquisa (Rua Coronel Nunes de Melo 1127, telefone (85) 3366-8344).

Atenciosamente,

Orientador: Cássio Adriano Braz de Aquino

Mestrando: Vinício Brígido Santiago Abreu

O abaixo-assinado, _____, _____
anos, RG nº _____ declara que é de livre e espontânea
vontade que está participando como voluntário da pesquisa. Eu declaro que li cuidadosamente
este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que, após sua leitura tive oportunidade de
fazer perguntas sobre o conteúdo do mesmo, como também sobre a pesquisa e recebi
explicações que responderam por completo minhas dúvidas. E declaro ainda estar recebendo
uma cópia assinada deste Termo.

Fortaleza, ____/____/____

--	--	--

Nome do voluntário

Data

Assinatura

--	--	--

Nome do pesquisador

Data

Assinatura

--	--	--

Nome da Testemunha (se o voluntário

Data

Assinatura

não souber ler)

--	--	--

Nome do profissional que aplicou o

Data

Assinatura

TCLE

ANEXOS A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
CEARÁ PROPESQ

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ENTRE O MARGINAL E O LABORAL: REPERCUSSÕES DO TRABALHO NA VIDA DE GAROTOS DE PROGRAMA DA CIDADE DE FORTALEZA.

Pesquisador: Vinício Brígido Santiago Abreu

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 24381414.3.0000.5054

Instituição Proponente: Departamento de Psicologia

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 560.213

Data da Relatoria: 20/02/2014

Apresentação do Projeto:

Projeto de Mestrado desenvolvido na Universidade Federal do Ceará - UFC pelo discente Vinício Brígido Santiago Abreu, sob orientação do professor doutor Cassio Adriano Braz de Aquino. O projeto trata da compreensão das repercussões da atividade laboral na vida de garotos de programa da cidade de Fortaleza, compreendendo a prostituição enquanto trabalho marginal e informal. Para tanto, utilizar-se-á da perspectiva qualitativa da Análise Sociológica do Discurso, nessa perspectiva o discurso social que é visto em seu contexto social e capaz de explicar como se constrói determinados fenômenos sociais. Para tanto, o discente fará uso de dois métodos: observação não-participante e entrevistas focalizadas sobre temas precisos. O número de participantes não está definido previamente, seguindo-se o critério de saturação das informações para determinar a quantidade de entrevistas. A análise dos dados coletados nas etapas de observação e entrevista seguirá os pressupostos da Análise Sociológica dos Discursos, de Alonso (1998), buscando compreender o que os sujeitos entrevistados apresentam em seus discursos como verdades acerca de seu grupo social e sua realidade de trabalho.

Objetivo da Pesquisa:

Geral: Analisar as repercussões da vivência da atividade laboral prostitucional na vida de garotos de programa.

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1127

Bairro: Rodolfo Teófilo

CEP: 60.430-270

UF: CE

Município: FORTALEZA

Telefone: (85)3366-8344

Fax: (85)3223-2003

E-mail: comepe@ufc.br

Continuação do Parecer: 560.213

Específicos: 1) Compreender os processos de subjetivação dos garotos de programa relacionados à sua atividade laboral; 2) Analisar os processos de filiação/desfiliação vivenciados pela inserção/ marginalização laboral dos garotos de programa; 3) Observar a configuração (espaços, atores, recursos, etc.) da atividade prostituinte masculina e sua influência nos modos de vida dos garotos de programa.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: ¿Por utilizar-se de entrevistas a pesquisa não traz complicações, talvez, algum constrangimento que certas pessoas sentem quando estão fornecendo informações sobre si mesmas.

Benefícios: A pesquisa servirá como base de dados para a ¿desestigmatização¿ da prostituição masculina, possibilitando a reflexão acerca da diversidade de formas laborais e desconstrução do gênero na contemporaneidade, proporcionando a visibilidade dessa atividade.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa relevante para o campo da Psicologia e o campo das Políticas Públicas, com possibilidades de geração de benefícios para a população participante, na medida em que gera visibilidade das vulnerabilidades vivenciadas pelos garotos de programa. Os objetivos estão suficientemente claros e alinhados com a metodologia a ser empregada.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O pesquisador apresentou ao CEP: folha de rosto assinada pelo chefe do departamento de Psicologia/UFC; cronograma atualizado (precisa atualizar apenas na plataforma para geração de nova folha de informações básicas do projeto); carta de encaminhamento do projeto ao CEP; currículo do pesquisador; Termo de Consentimento Livre e Esclarecido TCLE e Orçamento financeiro detalhado.

Recomendações:

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto de Pesquisa com atendimento aos princípios éticos, sem pendência documental.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1127

Bairro: Rodolfo Teófilo

CEP: 60.430-270

UF: CE

Município: FORTALEZA

Telefone: (85)3366-8344

Fax: (85)3223-2903

E-mail: comcep@ufc.br

Continuação do Processo: 580.213

FORTALEZA, 18 de Março de 2014

Assinado por:
FERNANDO ANTONIO FROTA BEZERRA
(Coordenador)

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1127

Bairro: Rodolfo Teófilo

CEP: 60.430-270

UF: CE

Município: FORTALEZA

Telefone: (85)3366-8344

Fax: (85)3223-2909

E-mail: comape@ufc.br

ANEXO B – LEI GABRIELA LEITE**PROJETO DE LEI Nº _____/ 2012****(Dep. Jean Wyllys)****Regulamenta a atividade dos
profissionais do sexo.****LEI GABRIELA LEITE**

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º - Considera-se profissional do sexo toda pessoa maior de dezoito anos e absolutamente capaz que voluntariamente presta serviços sexuais mediante remuneração.

§ 1º É juridicamente exigível o pagamento pela prestação de serviços de natureza sexual a quem os contrata.

§ 2º A obrigação de prestação de serviço sexual é pessoal e intransferível.

Art. 2º - É vedada a prática de exploração sexual.

Parágrafo único: São espécies de exploração sexual, além de outras estipuladas em legislação específica:

I- apropriação total ou maior que 50% do rendimento de prestação de serviço sexual por terceiro;

II- o não pagamento pelo serviço sexual contratado;

III- forçar alguém a praticar prostituição mediante grave ameaça ou violência.

Art. 3º - A/O profissional do sexo pode prestar serviços:

I - como trabalhador/a autônomo/a;

II - coletivamente em cooperativa.

Parágrafo único. A casa de prostituição é permitida desde que nela não se exerce qualquer tipo de exploração sexual.

Art. 4º - O Capítulo V da Parte Especial do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Favorecimento da prostituição ou da exploração sexual.

Art. 228. Induzir ou atrair alguém à exploração sexual, ou impedir ou dificultar que alguém abandone a exploração sexual ou a prostituição:
.....”

“Casa de exploração sexual

Art. 229. Manter, por conta própria ou de terceiro, Estabelecimento em que ocorra exploração sexual, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente:
.....”

Rufianismo

“Art. 230. Tirar proveito de exploração sexual, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça:
.....”

“Art. 231. Promover a entrada, no território nacional, de alguém que nele venha a ser submetido à exploração sexual, ou a saída de alguém que vá exercê-la no estrangeiro.
.....”

“Art. 231-A. Promover ou facilitar o deslocamento de alguém dentro do território nacional para ser submetido à exploração sexual:
.....”

Art. 5º. O Profissional do sexo terá direito a aposentadoria especial de 25 anos, nos termos do artigo 57 da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Brasília, de julho de 2012.

Jean Wyllys

Deputado Federal PSOL/RJ

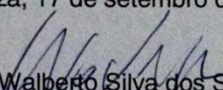
ANEXO C- PARECER DA QUALIFICAÇÃO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que **Vinício Brígido Santiago Abreu**, aluno regularmente matriculado no Curso de Mestrado em Psicologia, deste programa de pós-graduação, prestou Exame Geral de Conhecimento, no dia 17 de setembro de 2013, sendo aprovado, satisfatoriamente, com o projeto intitulado "Entre o marginal e o laboral: repercussões do trabalho na vida de garotos de programa da cidade de Fortaleza", pela comissão julgadora constituída pelos professores doutores: Cássio Adriano Braz de Aquino (Orientador/UFC), Fernando Altair Pçahy (UNIFOR) e Leny Sato (USP).

Fortaleza, 17 de setembro de 2013.


Prof. Walberto Silva dos Santos
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Psicologia - UFC

Av. da Universidade, 2762 - CEP: 60.020-180 - Fortaleza-Ceará
Fone: 3366.7661 - Fax: 3366.7651 - E-mail: pospsi@ufc.br